



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 173.4.55.O

DATA: 04/07/18

TURNO: Vespertino

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa
Extraordinária - CD**

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 13h40min

TÉRMINO: 18h02min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:

Ata da 173ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Vespertina, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 4 de julho de 2018.

Presidência dos Srs.:

Rodrigo Maia, Presidente.

Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.

ÀS 13 HORAS E 40 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Rodrigo Maia

Fábio Ramalho

André Fufuca

Giacobo

Mariana Carvalho

JHC

André de Paula

Dagoberto Nogueira

César Halum

Pedro Uczai

Carlos Manato



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 419 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

II - LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido.)



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Passa-se às

IV - BREVES COMUNICAÇÕES

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pompeo de Mattos, que disporá de até 1 minuto.



O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero primeiramente agradecer aos colegas Deputados Federais e Senadores por ontem nós, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, termos derrubado aqui no Congresso Nacional o veto do Presidente da República relativo à construção da nossa BR-470, conhecida como Caminhos da Neve, que passa pela região de Gramado, Canela, São Francisco de Assis, Bom Jesus, São José dos Ausentes, Vacaria, no nosso Rio Grande do Sul, e por cidades de Santa Catarina, como São Joaquim, terminando na Capital do Estado, Florianópolis.

Foi uma briga dura, Presidente, para aprovar aqui recursos, verbas. É responsabilidade do Governo Federal aportar dinheiro para construir essa obra, fazer a ponte do Rio Pelotas, ligar o Rio Grande do Sul a Santa Catarina. Isso vai gerar progresso, desenvolvimento, vai melhorar o turismo e a economia dessa região.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado José Rocha, do PR.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero fazer um registro de pesar. Na manhã desta quarta-feira, faleceu, aos 53 anos, o Vereador Antonio Carlos Fernandes Rocha, Presidente da Câmara Municipal de Matina.

Quero transmitir o meu pesar não só à família de Antonio Carlos, mas, sobretudo, a toda a comunidade de Matina, no meu Estado, que se encontra consternada, passando por um momento de dor pela do Presidente da Câmara, muito querido no Município.

O jovem Vereador Antonio Carlos, falecido aos 53 anos, deixa uma lacuna muito grande na política do Município de Matina e no seio da comunidade, na qual gozava de muita amizade.

Portanto, neste momento em que homenageio a família do Vereador Antonio Carlos, espero que Deus o tenha ao seu lado!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Paulão, do PT de Alagoas.

O SR. PAULÃO (PT-AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na última sexta-feira, na cidade de Delmiro Gouveia, no Alto Sertão de Alagoas, eu tive a oportunidade de participar da cerimônia de assinatura da ordem de serviço para a construção da Estrada do Turismo, no Município de Olho D'Água do Casado, que tem como Prefeito o Zé da Emater, do Partido dos Trabalhadores.

Eu tive a sorte e o prazer de apresentar uma emenda parlamentar da ordem 4 milhões de reais para a construção dessa estrada, que será um diferencial na implementação do turismo nos cânions do Rio São Francisco.

Ali temos uma cidade histórica já consolidada, que é Piranhas, e uma cidade-polo, que é Delmiro Gouveia. Com isso, o Município de Olho D'Água do Casado fica espremido, como se diz no jargão popular.

Eu tenho certeza de que essa estrada terá um papel fundamental para a região. Por isso, cumprimento o Governador Renan Filho, que teve a sensibilidade de assinar a ordem de serviço.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Monteiro, por 1 minuto, e, em seguida, ao Deputado Felipe Bornier.

Informo aos Deputados que é preciso se inscrever para falar por 1 minuto. Estão abertas as inscrições.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero comunicar que amanhã, quinta-feira, será aberta mais uma Exposição Agropecuária de Governador Valadares, promovida pelos agricultores de Valadares, do Vale do Rio Doce, do leste do Estado de Minas Gerais.

Sem dúvida nenhuma, a Exposição Agropecuária de Governador Valadares é uma das maiores festas populares da nossa cidade e da região.

Neste momento, quero parabenizar todos os agricultores e todos os produtores rurais da nossa cidade, da nossa região, e desejar sucesso a todos os feirantes e participantes da Exposição Agropecuária de Governador Valadares, no Vale do Rio Doce.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo, do PT do Pará.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Juiz Sergio Moro fica mais uma vez desmoralizado. Quando teve que soltar o Ministro José Dirceu, ele determinou que José Dirceu teria que usar tornozeleiras. Mas o Supremo foi de encontro à decisão dele, e o Ministro Zé Dirceu está livre da prisão e das tornozeleiras.

Esta é uma prova do que eu sempre disse aqui: ninguém cometeu mais abuso de autoridade neste País do que Sergio Moro. Então, é mais uma desmoralização que sofre esse juiz golpista, lambe-botas dos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - V.Exa. acha que foi dele ou de quem mandou soltar?



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado José Airton Cirilo, por 1 minuto.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO (PT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar, com muita satisfação, o transcurso de 62 anos da criação do Hospital e Maternidade Santa Luísa de Marillac, na minha querida cidade de Aracati.

Esse hospital, que foi fundado em 27 de junho de 1957, cumpre um papel extraordinário na prestação do serviço de saúde às mulheres, às crianças, aos adolescentes, ao povo em geral. Esse hospital ganhou o Prêmio Dr. Pinotti, aqui na Câmara dos Deputados, em reconhecimento ao trabalho extraordinário que vem realizando.

Ao parabenizar os diretores Irmã Graça Ataíde e Júnior Porto, quero abraçar e cumprimentar cada um dos funcionários e toda a população da minha cidade de Aracati.

Viva o Hospital e Maternidade Santa Luísa de Marillac!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Vamos divulgar o pronunciamento de V.Exa. no programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho aqui destacar que, no dia 29 de junho, a Maternidade Santa Luísa de Marillac, fundada em 27 de junho de 1957, completará 62 anos. Essa instituição filantrópica é o único hospital de pediatria e obstetrícia da microrregião de Aracati. Eu sou um apoiador dessa instituição, à qual sempre destino recursos através de emendas.



Parabenizo os diretores Irmã Graça Ataíde e Júnior Porto, do Hospital e Maternidade Santa Luísa de Marillac, em Aracati, pelo trabalho e pelo compromisso de manter funcionando essa instituição, que tem uma história — todos nós nascemos ou temos filhos que nasceram naquela maternidade.

Em 2017, a Câmara dos Deputados entregou o Prêmio Dr. Pinotti — Hospital Amigo da Mulher à Maternidade Santa Luísa de Marillac, após indicação que tenho o orgulho de ter feito. Este prêmio é concedido pela Câmara dos Deputados a entidades governamentais ou não governamentais cujos trabalhos ou ações merecem especial destaque pela promoção do acesso e pela qualificação dos serviços de saúde da mulher.

O Hospital e Maternidade Santa Luísa de Marillac iniciou a sua obra social em 1957, quando um grupo de parteiras chamado Senhoras da Caridade contou com o apoio das Irmãs de Caridade do Patronato São José.

Parabéns!

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Bohn Gass, por 1 minuto.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Presidente Carlos Manato, quero insistir aqui num ponto: a Medida Provisória nº 842, que o Temer mandou para cá, é inconstitucional.

Este Congresso derrubou um veto do Governo sobre o tema da renegociação da dívida dos colonos. Os agricultores têm que ter a regulamentação para poderem ir ao banco fazer o seu ajuste e voltar a produzir. Há novas modalidades de plantio agora. Isso não vai acontecer para esses, porque o Temer não só não fez as normativas como editou medida provisória inconstitucional. A Medida Provisória nº 842 não deveria nem ter sido aceita. Ela tem que ser revogada.

Gostaria que meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*, para que todos se mobilizem pela não aceitação desse crime contra a agricultura do Brasil.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero dar como lido um pronunciamento que mostra estarmos vivendo um arcabouço de segurança pública em que facções criminosas expulsam de casa beneficiados pelo programa de moradia Minha Casa, Minha Vida. Isso é uma vergonha, Sr. Presidente! Isso ocorre porque os moradores não querem aderir ao tráfico e ao uso de drogas. Acontece não só em Fortaleza, mas no Brasil inteiro. Em Minas Gerais não é diferente.

O outro pronunciamento que quero dar como lido, Sr. Presidente, defende que a gestão pública passa por uma fase pior e que o problema do nosso Governo não é o nosso Governo, mas sim os Governos anteriores. Nos últimos 15 anos, houve obras espalhadas pelo Brasil inteiro, inacabadas, ao léu, ao Deus-dará. Ligam nenhum lugar a lugar nenhum. Aí está o desperdício do dinheiro público em nosso País.

Gostaria de dar como lidos esses pronunciamentos, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento nossos ouvintes da *Rádio Câmara* e do programa *A Voz do Brasil*, e nossos telespectadores da *TV Câmara*.

Meus colegas de Parlamento, representantes de todos os Estados brasileiros e, sim, representantes do povo brasileiro, venho tantas vezes à tribuna desta Casa



para falar sobre segurança pública, que meus discursos muitas vezes ficam como água batendo em pedra, mas que até o momento não furou.

O que quero dizer com isso? Estamos vivendo um arcabouço de insegurança pública onde facções criminosas expulsam de casa beneficiados com moradias do Programa Minha Casa Minha Vida. Esses criminosos atuam na periferia de Belo Horizonte, Fortaleza e em outras capitais. Não é exclusividade de algumas cidades, pois em todos os Estados famílias têm sido expulsas de casa por não permitirem que seus filhos entrem para as famigeradas facções criminosas.

E há algo pior: esses beneficiários dos programas sociais perdem todos os seus benefícios por não conseguirem honrar seus compromissos dentro das regras do programa, levando-os mais uma vez à situação de miseráveis.

Isso está acontecendo porque não conseguimos dar a segurança necessária ao povo. Tudo isso ocorre porque as famílias não cedem seus filhos ao tráfico de drogas, para estes serem “soldados do tráfico”.

Hoje pela manhã, um dos maiores jornais televisivos deu a notícia da situação desses moradores das periferias das capitais de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Ceará, e de outras pelo Brasil. Como é bom contemplar a alegria do cidadão, ao receber a sua casa própria, mas é muito triste ver, ao mesmo tempo, criminosos expulsando-os de casa, por inanição do Estado brasileiro, ausentes na segurança pública.

Somos autoridades e podemos mudar essa realidade, pois fazemos e aprovamos leis. E o que é mais necessário neste momento é o endurecimento das penas e suas execuções contra esses criminosos, que vêm impondo suas sentenças contra cidadãos que não têm ninguém que possa socorrê-los, pois neste Congresso



Nacional, ali na Presidência da República e do outro lado, no Judiciário, encontramos defensores de direitos de criminosos que impedem que pessoas comuns, de bem, tenham seus direitos garantidos.

Sou defensor da pena de morte, friso, para esses criminosos que matam para impor seu poder, impor sua sagacidade e suas ganâncias criminosas contra o povo. Espero que esses criminosos tenham a justiça que merecem, pois a população brasileira não merece essa violência, essa tolerância do Estado brasileiro, por inanição do Parlamento brasileiro e do Judiciário brasileiro, condescendentes com as práticas criminosas.

É o que tenho a dizer, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nossos ouvintes da *Rádio Câmara* e do programa *A Voz do Brasil*, e nossos telespectadores da *TV Câmara*, a gestão pública passa por sua pior fase, e não é o problema do atual Governo, mas de todos os Governos que o antecederam nos últimos 15 anos. Sim, há obras espalhadas pelo Brasil inteiro e inacabadas, ao léu, ao deus-dará.

Há obras iniciadas na Copa do Mundo que até hoje não tiveram resultado. Algumas obras foram acabadas, como estádios em Estados que não têm tradição futebolística, não têm público. Tornaram-se a mais bela aberração do desperdício do dinheiro público, para assim justificar os desvios de recursos, colocando o País na beira de um colapso social.

Sr. Presidente, não resta dúvida de que os problemas que enfrentamos na segurança pública, na saúde e na educação vêm desse mau uso dos recursos públicos. Cito, como exemplo, o metrô de Salvador. As obras do metrô se iniciaram



em 2000, e até agora ainda não foi inaugurado. No Nordeste, na maior obra ferroviária do Programa de Aceleração do Crescimento — PAC, dos 1.700 quilômetros projetados, apenas 600 quilômetros foram entregues até agora. Ainda no Nordeste, no Estado do Ceará, a construção de um aquário vem custando aos cofres públicos uma bagatela de 138 milhões de reais. A transposição do Rio São Francisco consumiu, até 2015, 9,7 bilhões de reais. Cito, ainda, a Usina Abreu e Lima e os parques eólicos. No Sul, a Ponte do Riacho Taipa, no Rio Grande do Sul, que deveria facilitar o transporte na ER-132, hoje não passa de escombros. É também o caso da ponte que liga os Bairros de Iputinga e Monteiro, no Recife, cujo projeto sequer possui prazo para ser conclusão.

Sr. Presidente, são esses os exemplos que temos da gestão pública, obras inacabadas que não geraram o prometido em desenvolvimento, emprego e renda, muito menos melhoria em educação, segurança pública e saúde. E a população brasileira tem morrido à mingua, pois esse dinheiro poderia estar sendo usado no Programa Escola Integral; poderia estar sendo usado para equipar as Polícias Civil e Militar, para a realização de suas atividades de investigação e prevenção do crime, para que possa combater com eficiência as facções criminosas; poderia estar sendo usado para equipar os diversos hospitais brasileiros com materiais de última geração; poderia estar sendo usado para investimento em pesquisa e inovação no ensino superior.

São metas assim, Sr. Presidente, que tornam o nosso País um país de primeiro mundo.

É o que tenho a dizer, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que seja dada a devida divulgação a este pronunciamento que trata do veneno que foi aprovado, o agrotóxico, na Comissão. Somos totalmente contra.

Aproveitando a oportunidade, quero fazer um apelo às Lideranças de todos os partidos governistas e de oposição para ver se hoje aprovamos esse projeto de emancipação de Municípios no Brasil. Erroneamente, na Constituinte, essa responsabilidade veio para Brasília. O que tem a ver Brasília com Rajada, em Pernambuco, ou com outros distritos que estão prontos para serem emancipados?

Precisamos retornar essa responsabilidade aos Estados, para que eles possam fazer a emancipação ou não dos seus distritos. Não venham aqui dizer que isso vai gerar despesas, porque o distrito emancipado fica com um percentual da receita do Município que lhe concedeu essa emancipação.

Vamos aprovar as emancipações de novos distritos no Brasil!

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já está claro que, com o atual Governo Federal, o que puder piorar, irá piorar. É o caso do chamado PL do Veneno, o Projeto de Lei nº 6.299, de 2002, que visa atualizar a lei dos agrotóxicos, de 1989, e, entre outros impropérios, mudar o termo “agrotóxico” para “defensivo fitossanitário”. A proposta é do atual Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, do PP.



Movimentos como Greenpeace acusam a lei de tentar mascarar a nocividade do componente, enquanto a bancada ruralista, a favor do projeto, diz que a atual legislação é antiquada e excessivamente burocrática, dificultando assim o registro de novos produtos.

Outra novidade proposta pela lei seria centralizar o registro de novos agrotóxicos nas mãos do Ministério da Agricultura, mudando o atual modelo, em que o registro se dá entre o IBAMA e a ANVISA. Além disso, a lei proposta pretende definir como crime somente a produção, o armazenamento, o transporte e a importação de produtos não registrados ou autorizados, deixando de fora questões como quantidade, local e modo de aplicar o produto, oferecendo permissão a produtos registrados.

Tanto a ANVISA e o IBAMA quanto a Fundação Oswaldo Cruz se manifestaram contra as mudanças. Da mesma forma, uma série de artistas, autoridades e pessoas ligadas à indústria do alimento foram às redes e a público se declarar contrárias ao PL do Veneno.

Afirma a nota da FIOCRUZ:

Este projeto tem em comum o desmonte do sistema normativo regulatório de agrotóxicos no Brasil. Este PL representa em seu conjunto uma série de medidas que buscam flexibilizar e reduzir custos para o setor produtivo, negligenciando os impactos para a saúde e o meio ambiente.

O PL do Veneno pode ser lido como uma perfeita ilustração do atual Governo e do Brasil: enquanto o mundo caminha para abolir o uso de agrotóxicos em nome



de algo tão essencial como a saúde da população, por aqui se tenta facilitar a utilização de veneno em nossa comida, em nome do eterno lucro dos poucos que mandam no País.

Depois de quatro tentativas, Sr. Presidente, a Comissão Especial que analisa a proposta de nova regulamentação para registro e uso de agrotóxico conseguiu aprovar o relatório a favor das mudanças. Deputados do PSOL, do PSB, do PCdoB e do PT entraram em obstrução e agora vão tentar reverter o resultado em plenário.

Entidades ambientais e de saúde coletiva criticam o projeto. Segundo eles, um pesticida poderá começar a ser usado, mesmo que órgãos como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária — ANVISA não tenham concluído estudo sobre o impacto do produto.

Meu partido, o PSB, posicionou-se totalmente contra o referido projeto e a favor da saúde da população brasileira.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Felipe Bornier, por 1 minuto.

O SR. FELIPE BORNIER (Bloco/PROS-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, semana passada, foi aprovado na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados projeto que proíbe a venda de produtos Orgânicos em supermercados.

Nós do PROS somos completamente contrários a essa posição. A população hoje não aceita esse tipo de proibição. Temos que incentivar a produção e o consumo de produtos orgânicos no nosso País, porque oferece para a população a oportunidade de ter uma alimentação mais saudável. Essa decisão afeta também o pequeno agricultor no Brasil.

Temos nesta Casa um projeto que isenta de alíquotas os produtos orgânicos, o que diminui os preços e facilita o acesso da população a esses alimentos. Trata-se do Projeto de Lei nº 825, de 2015.

O Governo não pode se meter na vida da população brasileira dessa forma, principalmente no que diz respeito à alimentação saudável e ao seu direito de escolha.

Por isso, nós da bancada do PROS apresentamos a nossa posição contrária a esse projeto. Vamos derrotar essa matéria na CCJ e no plenário da Câmara Federal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Seu discurso será divulgado no programa *A Voz do Brasil*, Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR



Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, semana passada foi aprovado em uma das Comissões desta Casa o projeto que proíbe a venda de produtos orgânicos em supermercados.

É um absurdo! É um absurdo porque prejudica a agricultura familiar, o pequeno agricultor e as famílias brasileiras que buscam uma alimentação mais saudável e sustentável.

A posição da bancada do PROS é contrária a esse verdadeiro retrocesso. Vou trabalhar para derrotar o avanço desse projeto nas demais Comissões e na CCJ.

O Governo precisa incentivar a produção orgânica, incentivar a alimentação saudável, e não intervir na venda de produtos orgânicos. A venda desses produtos deve ser estimulada nos supermercados, nas feiras, em todo o território nacional. Não basta querer nos empurrar agrotóxicos e mais agrotóxicos, ainda querem dificultar o nosso acesso a uma alimentação saudável. Um projeto desses é inaceitável.

Tenho dois projetos nesta Casa que incentivam a produção de orgânicos no País. Um é o PL 6.179/16, que já está pronto para ser votado na CCJ e incentiva o uso de alimentos orgânicos nas escolas. E o outro é o PL 825/15, que isenta de alíquotas os produtos orgânicos, o que diminui os preços e facilita o acesso da população a esses alimentos.

No Brasil temos espaço tanto para a produção agroindustrial quanto para a produção orgânica. Somos um dos maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo. Não podemos negar ao brasileiro a livre escolha desses produtos e passar por cima dos direitos do consumidor. Se queremos melhorar a saúde do



brasileiro, precisamos pensar em como as pessoas se alimentam. Por isso é essencial a participação de todos nesse debate.

Alimentação de qualidade é um direito de todos.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Valmir Assunção, do PT da Bahia, por 1 minuto.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer dois registros.

O primeiro é para informar que, de 6 a 8 de julho, acontecerá a Romaria da Terra e das Águas, no Santuário de Bom Jesus da Lapa, organizada pela Comissão Pastoral da Terra, com a participação de centenas de organizações de todo o Estado da Bahia e região. Será um evento importante para refletirmos sobre o momento que vivemos, a luta pela terra e a questão da água no Brasil.

Também quero registrar que o sétimo aniversário do assentamento Margarida Alves, que fica no Município de Itabela, no extremo sul da Bahia, será comemorado na sexta-feira, no sábado e no domingo, num evento em que toda a região vai estar presente, comemorando a luta pela reforma agrária, reforçando a sua importância para aquele Município.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de 6 a 8 de julho, em Bom Jesus da Lapa, acontecerá a 41ª Romaria da Terra e das Águas, no Santuário de Bom Jesus da Lapa. Neste ano, o tema será *Justiça e Paz na Terra: Compromisso e Fidelidade em defesa da vida*.

Já na manhã de sexta, uma grande acolhida está programada para a Esplanada, com a concentração de romeiros e romeiras que todos os anos vão até a cidade em busca de discussão, de renovação da fé e de informação acerca de temas fundamentais, como o acesso à água e à terra e a participação social.



Uma grande plenária final está prevista para o domingo, com atos culturais. A grande inspiradora deste momento realizado na Gruta da Soledade é justamente Marielle Franco. Será uma justa homenagem e um momento de reafirmação da luta que Marielle representa!

Organizada pelas Dioceses de Barra, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Irecê e Caetité; pela Arquidiocese de Vitória da Conquista; pelo Santuário de Bom Jesus da Lapa; pela Comissão Pastoral da Terra; e por organizações e movimentos populares, a mística de Bom Jesus da Lapa reúne o povo do nosso Semiárido. O Santuário de Bom Jesus reúne peregrinos e peregrinas, anualmente, na beira do Rio São Francisco. Como símbolo, eles levam uma cruz envolta em arame farpado, numa referência às cercas do agronegócio e dos novos latifúndios.

A Romaria da Terra e das Águas é não só uma manifestação de fé, mas também uma oportunidade de organização da população e das famílias para a denúncia de violações. Além disso, tem o objetivo de promover uma mobilização em prol de direitos que devem ser conquistados.

Devo dizer que a Romaria da Terra e das Águas é um evento que cresce a cada ano, pela necessidade que as comunidades mais tradicionais, como pescadores, quilombolas e povos indígenas, têm de mostrar para o resto do Brasil que precisam ser respeitadas e assistidas pelo poder público.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que divulgue este pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste fim de semana, de sexta a domingo, nos dias 6, 7 e 8 de julho, o assentamento Margarida Alves comemora o seu sétimo aniversário de fundação e promove uma vasta programação festiva, com diversas atrações culturais em todos os dias.

O assentamento fica localizado no quilômetro 763, próximo ao Distrito de Monte Pascoal, a 20 quilômetros de Itabela. O nome é uma homenagem à agricultora Margarida Alves, sindicalista e defensora dos direitos humanos que foi assassinada pelo latifúndio na Paraíba.

No domingo, os assentados realizarão um bingo, cujo valor arrecadado será revertido para a construção da cozinha da Escola Margarida Alves, que beneficia diretamente as crianças ali residentes.

Parabenizo, desde já, o MST e os moradores do assentamento por mais 1 ano de luta, resistência e identidade sem-terra.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que divulgue este pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Capitão Augusto, por 1 minuto.

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PR-SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Nós estamos terminando de fazer as indicações dos recursos e das emendas para os Municípios. Eu tenho o maior prazer de ter destinado, nestes quase 3 anos e meio de mandato, mais de 80 milhões de reais para mais de 140 Municípios.

Desde que me propus a sair candidato a Deputado Federal, eu tinha o compromisso de destinar recursos e emendas parlamentares impositivas para os Municípios da esquecida região de Ourinhos, Bauru, Marília e Assis. Essas cidades receberam, nestes 3 anos e meio, mais de 80 milhões de reais para a área de saúde e de infraestrutura e para diversas outras áreas.

Nós estamos aqui justamente para ajudar e apoiar os Municípios. Por isso, é com muito prazer que venho aqui anunciar a destinação de nossas emendas, que já foram empenhadas e já estão à disposição.

Mais de 140 Municípios foram beneficiados com mais de 80 milhões de reais em emendas.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Marcon.

O SR. MARCON (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, subo a esta tribuna como gaúcho para dizer que no Rio Grande do Sul, depois de domingo, o litro da gasolina subiu mais 11 centavos de real.

O Governador José Ivo Sartori dizia na sua campanha que o seu partido era o Rio Grande, mas o que ele faz pelo Estado é deixar o preço da gasolina o mais alto do Brasil. Em contrapartida, enquanto os gaúchos pagam a mais cara gasolina, não investe no salário dos servidores, em segurança, em saúde. O dinheiro é para pagar o grande número de cargos de confiança que MDB, PSB e PSD têm no Governo Estadual.

Presidente, peço a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - V.Exa. será atendido, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como, infelizmente, tem se tornado comum no Governo Sartori, a gasolina subiu 11 centavos de real neste domingo. O preço pode chegar à faixa dos 5 reais nos postos gaúchos.

Não bastando o Rio Grande do Sul ter a gasolina mais cara do País, o Governo do Estado aumentou o valor de referência da gasolina através do ICMS — Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Com esse aumento, que terá de ser pago pelos postos de combustíveis, o maior prejudicado será o consumidor, que terá de arcar com mais esse custo.



Então, eu pergunto: quem sai perdendo diante de tudo isso? O povo gaúcho, mais uma vez!

Assim, caros colegas, caras colegas, quero expressar minha indignação com mais um descaso do Governo Sartori com a população do Rio Grande do Sul, um Governo que não valoriza o trabalhador, tanto do campo quanto da cidade, que parcela os salários de seus servidores e que só toma medidas que aumentam o custo de vida dos gaúchos.

Em outubro, nas urnas, este Governo terá a resposta para tudo que tem feito no Estado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Resende.

O SR. GERALDO RESENDE (PSDB-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amanhã estaremos no Município de Ivinhema, onde vamos entregar, junto com o Prefeito Tuta e várias outras autoridades, o novo Hospital de Ivinhema, totalmente revitalizado, ampliado, com vários equipamentos de última geração, modernos, para atender melhor a população daquele Município e dos Municípios vizinhos.

Na sexta-feira estaremos também em Naviraí, onde, junto com o Prefeito e com o Governador, vamos dar a ordem de serviço para a construção de uma moderna clínica de hemodiálise, que vai atender toda a região do Cone Sul, evitando que os pacientes façam a referência para Dourados.

No mesmo dia, na parte da manhã, vamos a Amambai, onde, junto com o Prefeito Dr. Bandeira, daremos a ordem de serviço para a remodelagem completa, a revitalização e a ampliação do Hospital de Amambai.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Vamos divulgar o pronunciamento de V.Exa. no programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós estamos vivenciando um descalabro neste País. Estamos com o dólar nas alturas, o que há tempo não acontecia. Acho que é recordista esse valor do dólar. Estamos com a perspectiva do retorno absolutamente feroz da inflação. E o Governo quer a todo custo se desfazer do patrimônio nacional. Este Governo quer votar esse projeto da cessão onerosa, que representa entregar o que o Brasil conquistou com muita dor e com muita capacidade, mas ao mesmo tempo quer também entregar as distribuidoras de energia.

Eu diria que este Parlamento não pode se curvar a esse balé macabro que está sendo engendrado, que busca tirar direitos do povo brasileiro e ao mesmo tempo entregar o patrimônio, que não é de Michel Temer, mas deste País.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Sandro Alex.

O SR. SANDRO ALEX (PSD-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, comunico a entrega de mais de 40 *kits* a Conselhos Tutelares no Estado do Paraná. O *kit* é composto por um automóvel zero quilômetro, para os conselheiros poderem exercer a profissão, por computadores, bebedouros, impressoras, geladeiras. São mais de 40 *kits*, ou seja, são mais de 10% dos Municípios do Paraná atendidos com emendas que destinei e que agora estão servindo crianças e adolescentes nos Conselhos Tutelares.

Quero agradecer a confiança de todos os conselheiros, principalmente dos Municípios atendidos, em especial do Município de Wenceslau Braz, do ex-Prefeito Taidinho, dos Vereadores Zezão, Roberto e Josemar e da Vereadora Margareth, que é do meu partido, que fizeram a solicitação.

Cumprimento todos os Municípios e Conselhos Tutelares do Paraná.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Júlio Delgado.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, está demonstrado claramente o desgoverno desse Governo.

Nós tivemos, Deputada Benedita da Silva, duas vitórias na última sessão do Congresso Nacional. A primeira foi quando derrubamos o veto presidencial ao projeto de lei de interesse dos pequenos agricultores, atendendo milhares de brasileiros desse segmento.

A segunda foi quando tentaram votar os requerimentos para tramitação em regime de urgência de projetos de lei do Congresso Nacional, sem ter sequer sido votada na Comissão Mista de Orçamento, no plenário desta Casa. Eram propostas que tiravam recursos de obras em andamento de emendas impositivas, como rodovias em Santa Catarina, Bahia, principalmente da BR-381, nas nossas Minas Gerais. Esses recursos são fundamentais para dar continuidade à obra na “Rodovia da Morte” no nosso Estado.

Conseguimos derrubar a urgência. Esses PLNs que repassariam recursos não impositivos não foram votados. Eram recursos extras para pagar aqueles que blindaram o Sr. Temer com emendas para a área de saúde.

Foi uma vitória desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Vamos divulgar seu pronunciamento pelo programa *A Voz do Brasil*, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Arolde de Oliveira, por 1 minuto.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ao destinar recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações — FUST para subsidiar o *diesel*, o Governo brasileiro está dando um passo atrás e de certo modo lançando a desconexão do povo do País em relação à Internet.

Há muitos anos esse fundo foi criado, juntamente com o FISTEL e o FUNTTEL. Somados os tributos cobrados hoje no sistema de telecomunicações, são 60 bilhões de reais por ano. Não faz sentido dar uma destinação diferenciada, fora do objetivo da criação desses fundos.

Eu entendo que, com esses 235 milhões de telefones celulares, o povo brasileiro é que será penalizado...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado. Vamos divulgar seu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Celso Maldaner.

O SR. CELSO MALDANER (MDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente e demais colegas Deputados, quero agradecer a todos os Parlamentares, Deputados e Senadores, pela derrubada do veto que federaliza o trecho do Caminho das Neves, ligando a nossa Capital catarinense a Gramado, no Rio Grande do Sul. Trata-se de uma região de milhares e milhares de turistas, e isso vai incrementar a economia, o turismo. Faltam apenas 43 quilômetros para serem pavimentados no Rio Grande do Sul e 15 quilômetros em Bom Jardim da Serra, em Santa Catarina.

Queremos agradecer o apoio de todo o Congresso Nacional, porque é muito importante essa obra para o Sul do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero parabenizar Andrés Manuel López Obrador, eleito Presidente do México com mais de 53% dos votos.

Ele deixou claro para população que vai nacionalizar o petróleo, que hoje está nas mãos das multinacionais. Citando o exemplo de Lula e da perseguição que enfrenta aqui, ele disse que insistiu por 3 vezes e conquistou a vitória nesta eleição, porque o povo acreditou nele. Disse ainda que vai implantar programas sociais semelhantes aos implantados por Lula no Brasil, além do Programa Bolsa Família.

Sr. Presidente, quero pedir a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - V.Exa. será atendida, nobre Deputada.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ocupo esta tribuna para dizer ao Brasil e a toda América Latina: somos todos e todas MORENA! Somos todos e todas Andrés Manuel López Obrador.

MORENA, Sr. Presidente, é a sigla do Movimento de Regeneração Nacional, partido criado por López Obrador, eleito no último domingo Presidente do México, com 53,7% dos votos. Essa foi a terceira tentativa de Obrador, que enfrentou, assim



como o Lula enfrenta aqui no Brasil, uma campanha de ódio, calúnias e *fake news* de toda a direita, mídia e elite mexicanas.

Obrador derrotou um governo muito parecido com o de Temer. O atual Presidente, Peña Nieto, representa a tradicional oligarquia que há muitas décadas domina o México, com uma aliança também semelhante a do MDB, PSDB e DEM, no Brasil.

E como está acontecendo no Brasil atual, muito dos eleitores de Obrador eram os arrependidos de terem votado em Peña Nieto, depois de terem visto que o seu governo era antipopular, antinacional e corrupto, ou seja, tudo o que ele tinha prometido combater.

Em seu discurso de vitória, Obrador disse que vai nacionalizar o petróleo mexicano, controlado pelas multinacionais e fará a inclusão social de modo que nenhum mexicano vá para os Estados Unidos, a não ser como turista. Ele se comprometeu a enfrentar a corrupção desmedida no México, mesmo que possa envolver componentes de seu futuro governo ou de sua própria família.

López Obrador, que citou o exemplo de Lula várias vezes em sua campanha, vai implantar no México um programa social que terá como base e modelo do Programa Bolsa Família, além de uma política semelhante a do PT, com soberania nacional, geração de emprego, inclusão social e desenvolvimento da economia e do mercado interno.

Quem pensa que o processo histórico se imobilizou com o triunfo da direita no continente vê agora, com a vitória popular no México, que o sol da democracia popular e da soberania nacional voltou a nascer na América Latina.

Era o que eu tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Sérgio.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, subo a esta tribuna para profundamente lamentar o falecimento do engenheiro José Chacon de Assis, com 68 anos.

José Chacon de Assis presidiu o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia — CREA no Rio de Janeiro, de 1997 a 2003. Atualmente, era Conselheiro Federal do Rio de Janeiro junto ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia — CONFEA.

Ele estava aqui em Brasília para uma reunião do Conselho. Ontem à noite, ao fazer uma caminhada, infelizmente ocorreu uma tragédia: ele foi atropelado e veio a falecer.

Quero expressar a minha solidariedade à viúva, às filhas, a todos aqueles que tinham em Chacon uma referência. Pessoa séria e dedicada, atualmente coordenava o Movimento de Cidadania pelas Águas do Brasil. Engenheiro respeitado em sua área, deixa um legado, um antes e depois da sua participação na sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Vamos divulgar o seu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, Deputado Luiz Sérgio.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jardim, por 1 minuto. *(Pausa.)*

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só quero saber se eu, como orador do Grande Expediente, vou ter direito a fazer o meu discurso hoje.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Até onde eu sei, nem eu nem V.Exa.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Não haverá o Grande Expediente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Não haverá. Olhe a minha cara de alegria...

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Esta é a sétima vez que é cancelado, por conta de reuniões extraordinárias.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Nenhum de nós dois fará. Eu estava com um discurso bonito, preparado. E V.Exa. também.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Sim, isso demonstra a falta de um Regimento mudado, que previsse uma sessão só, que começasse ao meio-dia ou à 1 hora, para não haver esses problemas, com esses discursos todos, que levaram até à meia-noite a reunião de ontem.

Lamento, mais uma vez, não poder fazer meu Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu também, eu me solidarizo com V.Exa.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Não faço o Grande Expediente há 4 anos!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu também não.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer um relato.

Encerramos agora uma audiência pública na Comissão encarregada de emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 838, de 2018, da qual sou Relator, e que trata exatamente do estabelecimento de subvenção ao *diesel*, para que possamos diminuir o preço, acordo feito na greve dos caminhoneiros. Foi uma audiência muito produtiva, o Executivo estava presente — Ministérios da Fazenda, de Minas e Energia —, ANP, PETROBRAS e várias entidades ligadas à questão. Vamos continuar a falar sobre o assunto em outra audiência.

Além desse relato, Sr. Presidente, quero que seja dado como lido pronunciamento sobre o Instituto Agrônomo de Campinas — IAC, sobre a importância de prestigiar a pesquisa agropecuária, instrumento fundamental para a produtividade agrícola do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Vamos divulgar o seu pronunciamento pelo programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Instituto Agrônomo de Campinas — IAC chega aos seus 131 anos comprovando sua relevância para o desenvolvimento da agropecuária não apenas do Estado de São Paulo, mas do Brasil e do mundo. A Secretaria de Agricultura e Abastecimento paulista está



conectada às demandas atuais da sociedade e do setor agro ao focalizar na bioeconomia em foco dos debates de sua comemoração.

Sua atuação muito contribui para oferta de alimentos à população, assegurando segurança alimentar, e para a competitividade dos produtos nos mercados interno e externo.

Nos últimos 12 meses, tivemos várias conquistas, entre elas três invenções do IAC, que foram patenteadas junto ao Instituto Nacional de Propriedade Internacional — INPI. Duas patentes têm titularidade exclusiva do instituto e uma tem cotitularidade.

Também no último ano, o Instituto Agronômico lançou a primeira tangerina totalmente desenvolvida no Brasil. A IAC 2019Maria é a primeira cultivar de citros do IAC protegida no Serviço Nacional de Proteção de Cultivares — SNPC, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento — MAPA. A IAC 2019Maria não é importada, não é mutação e não é derivada de outro material.

Outro bom resultado é a cultivar de feijão IAC Nuance, que vai contribuir para a abertura do mercado externo para os feijões brasileiros, já que o carioca somente é consumido internamente. É a primeira no Brasil com registro no Ministério de Agricultura de grãos rajados tipo *cranberry*. Até então, o que se cultivava desse feijoeiro no Brasil é material que vem de outros países.

O café da manhã de milhares de brasileiros tem sabor da pesquisa do IAC. Praticamente todo café cultivado no Brasil foi desenvolvido em seus campos de experimentação e laboratórios. Pão, biscoitos, bolachas e bolo são elaborados, com certeza, com farinha de diferentes tipos de trigo pesquisados na instituição. Da mesma forma, chocolate, chá, cereais, açúcar, manteiga e geleia são provenientes



de plantas melhoradas pelo IAC. Mesmo os produtos de origem animal têm influência do seu trabalho na melhoria das pastagens e nos componentes básicos das rações.

Além disso, o Estado de São Paulo não poderia produzir a enorme variedade de frutas típicas dos mais diversos climas se não fosse a abrangência das pesquisas do Instituto Agrônomo. A introdução e a adaptação de novas variedades e melhoramento genético permitiram a diversificação de culturas, criando novas opções para os produtores e atendendo à crescente exigência dos consumidores.

Esses são apenas alguns dos vários exemplos da importância do instituto.

Como Secretário de Agricultura, foi um privilégio conviver com nossos institutos. Com um corpo de servidores que conta com 161 pesquisadores científicos e 319 funcionários de apoio, o IAC se renova a cada dia para atender às demandas do mundo atual, como a necessidade de uma produção harmônica com o meio ambiente. Não à toa, o tema da comemoração neste ano é a bioeconomia, urgente em tempos de aquecimento global e preservação dos recursos naturais.

O instituto já é parte determinante no Projeto de Políticas Públicas em Bioeconomia — PPPBio, conduzido pelo Agropolo Campinas-Brasil, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo — FAPESP e a participação determinante dos institutos de pesquisa da Secretaria de Agricultura e um conjunto de entidades da pesquisa, academia e produção.

Em sua área física de 1.279 hectares de terras, o IAC poderá se debruçar sobre o tema com ainda mais segurança jurídica, garantida pela implantação dos Núcleos de Inovação Tecnológica — NITs, em 4 de setembro de 2017, pelo Governador Geraldo Alckmin.



Além da segurança jurídica, incentiva as parcerias entre as instituições públicas estaduais, estabelece novas formas de relacionamento entre as instituições, oferece condições para que essa integração exista de uma forma mais azeitada entre as próprias entidades públicas, que podem compartilhar entre si e com a iniciativa privada seus equipamentos, laboratórios, áreas experimentais e capital intelectual.

Permite também fazer um justo reconhecimento aos pesquisadores, que passam a participar dos resultados intelectuais e financeiros das suas invenções ou descobertas — permite a participação do pesquisador nos lucros de cada produto desenvolvido — e assegura juridicamente tanto as instituições públicas quanto as privadas ao firmar as regras a serem cumpridas por cada um dos envolvidos.

Recentemente garantimos um investimento de R\$ 120 milhões para a modernização dos 20 institutos de pesquisa paulistas por meio de financiamento junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo — FAPESP, e isso precisa ser implantado e continuado.

Nossos agradecimentos à equipe de funcionários de apoio, ao setor administrativo, à direção e aos pesquisadores do IAC. A agropecuária paulista e brasileira os aplaudem.

Parabéns, IAC!



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Misael Varella.

O SR. MISAEL VARELLA (PSD-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, amigo e companheiro Deputado Carlos Manato, Sras. e Srs. Deputados, uma das diretrizes do Partido Social Democrático, do qual faço parte, é a de apoiar as políticas sociais aos que mais precisam de amparo do Estado. Essa é uma luta que eu também defendo especialmente na área da saúde que historicamente convive com o subfinanciamento e a precarização de suas atividades.

Peço para dar como lido o meu discurso, bem como a sua divulgação no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma das diretrizes do Partido Social Democrático, do qual faço parte, é a de “apoiar as políticas sociais aos que mais precisam de amparo do Estado”. Essa é uma luta que eu também defendo, especialmente na área da saúde, que historicamente convive com o subfinanciamento e a precarização de suas atividades. O Congresso não pode deixar de lutar pelas melhorias no Sistema Único de Saúde, pela correção da tabela de procedimentos do SUS e pela efetivação do Pró-Santas, para que possamos começar a cobrir o tão curto cobertor da saúde.

Tão importante quanto debater o apoio aos hospitais públicos, filantrópicos e Santas Casas é definirmos soluções para melhor distribuir e aplicar os recursos necessários para a sobrevivência destas instituições que respondem por grande



parcela dos atendimentos e procedimentos realizados no país. Desde meu pai, Lael Varella, por 28 anos, até hoje, já no último ano de meu primeiro mandato como Deputado Federal, acreditamos que corrigir este gargalo é emergencial. O desenvolvimento do Brasil passa por garantir o atendimento básico de saúde, com qualidade, à população.

Neste âmbito, quero ressaltar o trabalho competente e sério que vem sendo desenvolvido por entidades como a CMB — Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas; e a FEDERASSANTAS — Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais. Para lutar pela saúde, é sempre importante ter aliados e apoiadores que façam o elo entre a sociedade, o Congresso e as instituições. Mais do que nunca, seguimos firmes nesta batalha que é de todo o povo brasileiro.

Tenho dito.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Ivan Valente, por 1 minuto.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar que ontem o Partido Socialismo e Liberdade deu entrada nesta Casa a dois projetos de decreto legislativo contra decisões da ANS — Agência Nacional de Saúde Suplementar que aumentam os planos individuais de saúde em 10%, ou seja, quatro vezes a inflação, e também delimitam a coparticipação e a franquia. Isso fará com que os 48 milhões de usuários de plano de saúde paguem uma parte grande, que era obrigação das operadoras de saúde.

Nós aprovamos na Comissão de Seguridade Social e Família a convocação de representante da ANS e de outras entidades, para debatermos essa questão e revogarmos essas medidas, em defesa do consumidor.

Por isso, nós pedimos a todos os Líderes que assinem a urgência desses PDLs no dia de hoje, para votarmos isso e revogarmos esse comércio da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Leo de Brito.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, registro a presença, em nossa Casa, da Assessora Especial da Prefeitura de Rio Branco, Roberta Charif.

Seja bem-vinda!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, assessora.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fábio Trad, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSD.

O SR. FÁBIO TRAD (PSD-MS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, filosoficamente a morte é uma questão de interpretação. Ao interpretá-la revelamos a essência daquilo em que acreditamos.

Por exemplo, ontem recebi a notícia aqui em Brasília de que o Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Romero Osme Dias Lopes, teria morrido.

Eu o conheci e convivi com ele, ainda quando diariamente, por 26 anos, desde quando iniciei a minha atividade profissional como advogado e professor de direito penal.

Eu o conheci. Por conhecê-lo e por ter com ele convivido, asseguro que a informação de sua suposta morte, sob a ótica do senso comum, não procede, sobretudo à luz dos múltiplos sentidos que esta palavra encerra, pois para cada significado de morte eu truco com o estilo de Romero em vida.

Para os incrédulos da além-morte, hospedeiros de certeza da escuridão inconsciente atemporal, Romero vive no exemplo dos gestos de sua singular personalidade.

Os amigos, os filhos, os admiradores, os colegas o revivem, reproduzindo o seu pensamento, as suas inclinações, os seus hábitos e os momentos de convivência.

Aqui vive o Romero pai, o Romero filho, o Romero amigo, o Romero magistrado, o Romero jurista, o Romero escritor, o Romero poeta, o Romero Romerinho.



Para os crédulos que certificam a vida em outra dimensão, eis que ressurgem Romero mais vivo ainda. Sabem como? Simples assim: ao ligar o rádio e tocar de repente uma música de Chico Buarque, será ele, o Romero; ao folhear um livro e deparar-se com um poema de Pablo Neruda ou de Vinicius de Moraes, será ele, o Romero; ao andar na rua, cruzar com um cara parecido com o John Lennon, será ele, o Romero; ao ultrapassar uma moto possante ou ver um jipe ajeitado, será ele, o Romero; ao pensar, distraído, e surpreender-se com um pensamento profundamente complexo e filosófico, será ele, o Romero.

Para os racionalistas críticos, os agnósticos, as coincidências os despertarão para a luz. Estes serão colhidos em flagrante quando encontrarem nos tribunais da vida julgados típicos de Romero, juízos justos, senso atilado, coragem heroica, disposição inovadora, ímpeto ponderado, humor culto, erudição desafetada, um ser humano humanizado pelo “ser”, jamais animalizado pelo “ter”; múltiplos Romeros em um só. Eis o mistério da fé.

Ao fechar os olhos para esta dimensão, não importa o sentido que se dê à morte. A verdade é que após o seu último suspiro, nos braços da amada esposa, Romero Osme Dias Lopes renasceu para a vida que só Deus conhece.

Em nome de todos os sul-mato-grossenses, que o adotaram, Romero, como filho da terra, em nome do direito, da Justiça, em nome dos seus filhos, da esposa, dos amigos, dos admiradores, celebramos a sua despedida, para que, nas dobras do tempo, o certo reencontro seja abençoado pelo amor que você tanto praticou entre nós.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Dando continuidade ao período de Breves Comunicações, concederei a palavra a todos. Começo com a Deputada Janete Capiberibe, a quem concedo a palavra.

Em seguida, terá a palavra o Deputado Beto Faro.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, composto por 30 organizações da sociedade civil, repudia o Decreto nº 9.417, de 2018, do Governo Temer, que determina a quarta mudança na estrutura da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, em apenas 2 anos. O fato revela negligência com a Pasta competente em temas de extrema relevância, como a igualdade de gênero, o combate à violência sexual, a luta contra o feminicídio e a misoginia, a participação das mulheres na política, os direitos sexuais e reprodutivos e a inserção da mulher no mercado de trabalho.

Anexo a nota de repúdio e me somo ao Conselho e às mulheres brasileiras neste repúdio.

Peço a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - V.Exa. será atendida.

Vamos divulgar também o discurso do Deputado Fábio Trad.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A ORADORA

Nota de Repúdio do CNDM

As organizações da sociedade civil que compõem o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) vem a público expressar **NOTA DE REPÚDIO** com a recente alteração da estrutura organizacional da Secretaria de Políticas para as



Mulheres (SPM) e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), transferindo-os da Secretaria de Governo da Presidência da República ao Ministério dos Direitos Humanos, segundo Decreto 9.417 publicado no DOU de 20 de junho de 2018, que no seu Art. 2º diz:

“Fica transferida da Secretaria de Governo da Presidência da República para o Ministério dos Direitos Humanos a competência de formular, coordenar, definir as diretrizes e articular políticas públicas para as mulheres, incluídas as atividades antidiscriminatórias e voltadas à promoção da igualdade entre homens e mulheres”.

É surpreendente que em pouco mais de dois anos do novo governo, tenha sido ordenada a mudança da Secretária de Políticas para as Mulheres (SPM) e do CNDM por quatro vezes sequenciais. A SPM vem sendo fragilizada desde que perdeu o status de Ministério no governo passado, foi vinculada ao Ministério da Justiça pela atual gestão, passando ao Ministério de Direitos Humanos e atualmente estava subordinada à Secretaria de Governo e agora esse novo rebaixamento a uma secretaria do Ministério dos Direitos Humanos, já tão sobrecarregado. Questionamos, qual seria o real motivo dessa desnecessária e danosa mudança?

Diante dessas mudanças frequentes, quando a nova gestão é reestruturada, muitas vezes há a paralização de programas importantes no atendimento às mulheres, retirado a autonomia e diminuindo o já tão minguado orçamento e rubricas que possibilitariam políticas mais adequadas e eficientes para as mulheres brasileiras. Mulheres estas que são mortas, estupradas, violentadas e tão desvalorizadas em nosso país.

Em nenhuma dessas quatro estratégias governamentais, o CNDM foi consultado, o que não condiz com o art. 10 do Decreto 6.412, de 25 de março de 2008, pois compete-nos formular e propor diretrizes para a ação governamental voltada à promoção dos direitos das mulheres, atuar no controle social de políticas públicas de igualdade de gênero, apresentar sugestões para elaboração do planejamento plurianual do Governo Federal, estabelecer diretrizes orçamentárias e a alocação de recursos da União, visando subsidiar decisões governamentais relativas à implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM); cabendo-nos ainda, apoiar a Secretária de Políticas para as mulheres, na articulação



com outros órgãos da administração pública federal e os governos estaduais, municipais e do Distrito Federal.

No início do atual governo, através de decreto a SPM passou a integrar o Ministério da Justiça. Essa medida impactou diretamente as mulheres, que foram imediatamente atingidas com a Portaria nº 611 de 10 de junho de 2016, quando o Ministério paralisou por 90 dias todos os conselhos de controle social. O CNDM teve seu funcionamento inviabilizados no resto do semestre, com a suspensão das reuniões de trabalho do Pleno, período este que se prolongou por bastante tempo, incapacitando o Conselho de atuar no controle social, conforme determinação sua legislação.

Novamente o Presidente da República decreta a transferência da SPM e do CNDM para o Ministério de Direitos Humanos, a cargo da então Ministra Luishnda Valois, tendo sido um grande retrocesso e inviabilidade e quase supressão dos trabalhos de políticas para as mulheres, já que não havia a menor autonomia da SPM naquele espaço.

Por fim, em 28 de agosto de 2017, diante da grande insatisfação das mulheres, por força dos movimentos sociais, preocupados com a quase inatividade da SPM e da paralização dos programas e projetos, do esforço da Bancada Feminina, do empenho da então Secretária Fátima Pelaes, a SPM e o CNDM foram transferidos para a Secretária de Governo da Presidência da República, com a nova nomenclatura de Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, o que veio a nos contemplar, até a edição do Decreto 9.417 publicado no DOU de 20 de junho de 2018, que novamente, retira da SPM e do CNDM toda autonomia. É importante ressaltar o importante papel da SPM, que representa um significativo avanço na política de mulheres brasileiras, além de simbolizar uma concepção de governo democrático e social.

As diversas alterações organizacionais da Secretaria em curto espaço de tempo refletem, para nós Conselheiras da Sociedade Civil no CNDM, negligência com a pasta que é competente por temas de extrema relevância para a sociedade brasileira, como a igualdade de gênero; o combate à violência sexual; a luta contra o feminicídio e a misoginia; a participação das mulheres na política; os direitos sexuais e reprodutivos e a inserção da mulher no mercado de trabalho.



Participação social é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e amparado por pactos e normativas internacionais, assinados pelo governo brasileiro. A cidadania efetiva não se limita ao direito de voto, não há democracia sem participação social! Por isso, defendemos o importante papel desempenhado pelos Conselhos de políticas públicas como espaços legítimos para o exercício do direito de participação assentada em ampla mobilização das organizações da sociedade civil e movimentos sociais com o objetivo de propor e de aprimorar as políticas e a gestão pública.

A democracia participativa que exercitamos nos dias atuais é fruto de um longo processo de construção de uma cultura participativa e de direitos em que cada cidadão(ã), possa intervir cotidianamente na agenda pública, no processo decisório e nos fóruns de deliberação pública. Daí ser extremamente grave estarmos vivendo um período de grandes riscos e ameaças para o avanço dos mecanismos para a nossa democracia participativa, com essa desconsideração aos graves problemas que atingem as brasileiras.

Ao vermos a destruição desse espaço vemos nossas lutas, nossas vidas, nosso trabalho atacados, pois ela ainda tem impactos nos estados e municípios, que perdem um importante espaço público federal que dava sustentação e articulava as iniciativas para promover o fortalecimento da luta de todas as mulheres, brancas, negras, índias, ribeirinhas, do campo e da floresta, comunidades tradicionais, mulheres trans e todas as demais mulheres que somam mais de 52% da população brasileira.

A institucionalização de políticas públicas para as mulheres e a sustentabilidade democrática sujeitam-se ao fortalecimento dos entes competentes pela matéria, para que estes sejam capazes de superar os desafios inerentes a nossa trajetória de defesa dos direitos de todas as mulheres.

Conclamamos, assim, que a Secretaria não sofra alterações em seus quadros funcionais e em seu orçamento — já reduzido, assim como seja mantida a direção da pasta, para que possamos dar continuidade às atividades já em curso.

Por isso, as conselheiras representantes da sociedade civil do Pleno do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, manifestam perante a sociedade brasileira sua profunda preocupação com a abrupta ruptura da SPM e do CNDM da



Secretaria de Governo, o que acarretará danos às mulheres, como aconteceu nos exemplos anteriormente citados, nessa troca, troca, de espaços inadequados às demandas e das políticas para as mulheres.

Destacamos, portanto o NOSSO REPÚDIO e EXIGIMOS a imediata revogação do Decreto 9.417, que ameaça ao conjunto de políticas públicas para as mulheres, que seja dada continuidade nos projetos e a implementação dos programas em curso. Ressaltamos que, sendo este governo signatário de acordos internacionais, com o não atendimento da revogação desse Decreto demonstrará o descaso desse Governo para com as políticas públicas das brasileiras, previstos nas metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU e do Plano Plurianual 2016- 2019.

22 de junho de 2018.

Assinam esta nota as entidades que compõe o pleno do CNDM:

Articulação Brasileira de Lésbicas

Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)

Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica

Associação Maylê Sara Kalí (AMSK/BRASIL)

Articulação Brasileira de Jovens Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ArtJovem LGBT)

Aliança Nacional LGBTI

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Brasil (CTB)

Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Cruz Vermelha do Brasil

Confederação das Mulheres do Brasil

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI)

Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG)

Conselho Federal de Psicologia (CFP)

Conselho Nacional dos Trabalhadores Domésticos (FENATRAD)

Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais (BPW-BRASIL) Fórum de Mulheres do Mercosul — FMM Brasil



Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Ngras (FONATRANS)
Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM)
Liga das Mulheres Eleitoras do Brasil (LIBRA)
Organização Nacional de Cegos do Brasil
Ordem dos Advogados do Brasil — OAB
Parto do Principio
Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência
Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos
Rumkpamey Héviôsô Zoonokum Mean
União Brasileira de Mulheres
União Nacional LGBT



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Beto Faro, por 1 minuto.

O SR. BETO FARO (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero comunicar que, na última quinta-feira, nós estivemos no Município de Ulianópolis, no Estado do Pará, onde participamos da 17ª Agro Fest Milho, uma festa de exposição, de rodeio, uma das maiores festas do nosso Estado.

Lá pude presenciar o belo Governo que a Prefeita Neusa, a Vice-Prefeita Pastora Luciana e o Secretário Jair Alves, meu parceiro e companheiro, estão fazendo à frente daquele Município.

O País todo está em crise. No Pará, muitos Municípios estão com dificuldade até para pagar os salários, e nós percebemos ali uma administração com muita seriedade, com muita transparência, pagando os servidores em dia, fazendo obras. Não era só momento de festa, mas também de fazer asfalto, de trabalhar a questão das estradas vicinais.

Portanto, é uma grande administração.

Sr. Presidente, eu queria que este pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Osvaldo Mafra.

O SR. OSVALDO MAFRA (SD-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu estou aqui com o texto do PLN 13, que foi retificado e mesmo assim é altamente danoso para todo o Brasil, principalmente para o Estado de Santa Catarina.

Em relação ao Brasil, ele está retirando 10 milhões do INCRA; 20 milhões para fomento do setor agropecuário; e também continua retirando dinheiro das rodovias, da infraestrutura de Santa Catarina.

Para que V.Exas. tenham ideia, a BR-470, que se tornou um corredor da morte, onde há uma carnificina quase mensal, perdeu mais 20 milhões em recursos — já tinha perdido 23,9 milhões e agora perdeu mais 20 milhões. É inadmissível aceitarmos uma situação dessas. Trata-se de uma rodovia muito importante para Santa Catarina, Sr. Presidente. Não há como aceitarmos a paralisação das obras naquela região, por onde escoam toda a produção do oeste e do meio oeste do Estado. É uma rodovia que fomenta o turismo do litoral catarinense.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - V.Exa. será atendido.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero registrar aqui uma luta que todos nós travamos nesta época do ano, que é garantir mais recursos para os Municípios que nós representamos.

Tenho feito uma peregrinação a vários Ministérios — eu sei que todos os Parlamentares fazem isso — para garantir a liberação de emendas. Mas eu destaco aqui hoje a minha luta em prol da saúde. Eu sempre destino à saúde não apenas 50% das minhas emendas para atender os diversos Municípios de Minas Gerais.

Hoje eu estarei mais uma vez no Ministério da Saúde para garantir o pagamento de uma emenda minha de 2,2 milhões para Divinópolis, para o Hospital São João de Deus. É uma luta manter o Hospital São João de Deus, que é importante para toda aquela região. É óbvio que também cuido de várias outras cidades mineiras. Luto pelo credenciamento do SAMU, do CIS-URG Centro-Oeste. Como eu disse, hoje eu vou despachar com o Ministro, para garantir a continuidade do serviço do SAMU, que é tão importante não só para Divinópolis mas também para todo o centro-oeste de Minas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Vamos divulgar seu discurso no programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Joaquim Passarinho.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PSD-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas agradecer a visita à Casa ao Vereador Jarles, do Município de Ulianópolis, no Pará, acompanhado de sua esposa, Kelly Destro, nossa parceira, e também de sua assessora Alessandra, que vêm conversar conosco, trazer reivindicações para o Município. É sempre um prazer atender essas pessoas que estão no interior, construindo nosso forte Estado na agricultura, na economia, enfim, em todos os setores.

Agradeço a presença a todos. Eu gostaria que eles sentissem nas suas casas que estamos aqui para atender todos aqueles que nos procuram em prol da melhoria do seu Município e do nosso Estado.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PP-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero deixar registrada a eleição do Marco Antonio Lopes, da Associação Brasileira de Profissionais de Segurança — ABSEG, uma eleição muito importante. Estivemos presentes lá no centro das entidades de previdência privada.

Também quero registrar nossa presença na ABF — Associação Brasileira de Franchising, num grande evento realizado lá em São Paulo, mostrando a força e a pujança dessa atividade extremamente importante.

Hoje pela manhã, na Comissão de Constituição e Justiça, foi aprovado o projeto de lei que garante a anistia das multas da GFIP, o que tem deixado muitos contabilistas preocupados. Se não houver recurso nos próximos 5 dias, essa matéria vai ao Senado, e lutaremos depois pela sua sanção, que é extremamente importante.

Paralelamente, quero registrar a nossa briga com a perícia médica, que continua cortando benefícios de aposentadoria por invalidez, de auxílio-doença de pessoas altamente comprometidas, a troco de míseros reais.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero falar da tristeza da tragédia que aconteceu no dia de ontem: o falecimento, depois de um atropelamento, do Sr. José Chacon, que foi Presidente do CREA do Estado do Rio de Janeiro e estava como Conselheiro Federal desde os primeiros meses deste ano. É uma grande figura brasileira, defensor da engenharia, sempre com uma discussão profunda sobre a realidade nacional.

Aqui fica o nosso sentimento e o nosso abraço de solidariedade à família neste momento de dor. Fica aqui a certeza de que vai ser defendido o legado, repito, desse grande brasileiro que lutou pela engenharia e por uma discussão profunda em relação à realidade brasileira e à nossa soberania.

José Chacon vive!



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Vinicius Carvalho.

O SR. VINICIUS CARVALHO (PRB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje, daqui a pouco, a partir de 14h30min, no Plenário 8, apresentaremos o relatório na Comissão Especial de Unificação das Polícias Civil e Militar, depois de 2 anos e 9 meses de estudo, audiências públicas, seminários em vários lugares que nós estivemos. Houve um seminário internacional aqui, missões oficiais em outros países e também em alguns Estados da nossa Federação. Enfim, hoje leremos esse relatório.

Enviamos convite a todos os órgãos de segurança pública do País, para que, se quisessem, enviassem representantes para participar deste momento tão esperado, no qual apresentaremos esse relatório técnico para a Comissão, e, então, possamos fazer as possíveis deliberações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu queria registrar a presença do Diretor-Geral da Santa Casa de Misericórdia de Guaçuí, Dr. Dênis, que veio agradecer os quase 170 mil reais que estão na conta da Prefeitura para a compra de duas ambulâncias.

O ideal seria não precisar de ambulância e resolver tudo lá, mas como não há como resolver, não é, Diretor?

Hoje também será assinado um convênio, que aumentará 170 mil no MAC.

Muito obrigado pela visita, Diretor. Foi um prazer.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, nós solicitamos regimentalmente a V.Exa. que articule com o Presidente desta Casa, Rodrigo Maia, o cumprimento de um acordo feito com o Governo, com a presença do Presidente Michel Temer, do Ministro Carlos Marun, do Ministro Gilberto Occhi, justamente quanto à Medida Provisória nº 827, de 2018, que trata da data-base do piso dos agentes comunitários de saúde.

Milhares de agentes comunitários de saúde estão nos acompanhando pela *TV Câmara*, querendo que votemos a Medida Provisória nº 827. O Senador Cássio Cunha Lima já apresentou o seu relatório. Como Presidente da Comissão Mista da MP 827, aprovamos o relatório do Senador Cássio Cunha Lima. Isso é justo, porque trata da data-base dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias.

A ex-Presidente Dilma vetou o direito de eles terem reajuste. Há praticamente 3 anos, mais de 300 mil agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias estão sem reajuste. Compete à União prestar essa assistência financeira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Está feito o registro de V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Vicentinho, por 1 minuto.

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, disse o poeta Bertolt Brecht: *“Há homens que lutam um dia e são bons, há outros que lutam um ano e são melhores, há os que lutam muitos anos e são muito bons. Mas há os que lutam toda a vida e estes são imprescindíveis.”*

Esta mensagem é em homenagem ao grande irmão e companheiro Wagner Lino, que foi Deputado Estadual de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores e Vereador por dois mandatos. Ele foi um dos fundadores da CUT e do Partido dos Trabalhadores e um dos grandes líderes da greve de 1980. Eu tive a honra de estudar com ele na escola sindical. A primeira vez em que eu fui preso em uma greve geral foi junto com meu companheiro Wagner Lino, que faleceu e foi enterrado ontem.

Mando meu abraço para a Creusa, sua esposa, para o Rafael e o Thiago, seus filhos, e para toda a militância, que se sentiu órfã com a despedida do nosso companheiro.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Valdir Colatto.

O SR. VALDIR COLATTO (MDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Carlos Manato, estamos discutindo a Medida Provisória nº 832, de 2018, que trata da tabela do frete, na Comissão Especial, cujo Relator é o Deputado Osmar Terra. Estamos tentando fazer um acordo para trazê-la aos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a fim de aprová-la ainda esta semana — e espero que sim —, para encerrarmos de uma vez por todas as tratativas da greve dos caminhoneiros.

Estamos tentando aproximar os embarcadores, os transportadores, as empresas e os autônomos num consenso geral, para termos uma redação final e para que Câmara e Senado aprovem essa medida provisória, a fim de resolvermos harmoniosamente essa questão da greve dos caminhoneiros, da tabela do frete, enfim, daquilo que fora acertado entre as partes. E que eles participem democraticamente.

Se não houver acordo, a Casa vota. Aí quem tem voto...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um protesto.

Neste momento de euforia do País com a Seleção Brasileira, muitas vezes, está-se acobertando uma série de maldades praticadas pelo Governo.

Na área da saúde, por exemplo, houve a autorização da Agência Nacional de Saúde de reajuste dos planos de saúde coletivos em quase 20% e dos planos familiares em 10%, índices bastante acima da inflação. Isso tem um impacto que pode inviabilizar os planos de saúde, essa cobertura importante para milhares de famílias brasileiras.

Além disso, o Ministério da Saúde descredenciou quase 8 mil Equipes de Saúde da Família, esteio do Sistema Único de Saúde. Só no meu Estado quase 90 Equipes foram descredenciadas.

Portanto, estão-se deixando quase 30 milhões de brasileiros sem essa prevenção, sem essa cobertura importante, esse esteio do sistema de saúde do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Vamos divulgar seu discurso no programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na esteira do escândalo dos aumentos, somente neste ano, dos planos de saúde coletivos (19%) e individuais e familiares (10%), autorizados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)



— entidades de defesa do consumidor questionam a transparência dessas decisões —, o Ministério da Saúde publicou neste mês, junho, portaria descredenciando Unidades do Programa Saúde da Família (PSF) em cidades no Brasil todo.

Diz um trecho do documento:

Ficam descredenciadas as Equipes de Saúde da Família (ESF) dos Municípios descritos nos anexos, em razão do descumprimento do prazo estabelecido na Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para cadastramento no Sistema Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (SCNES).

O argumento do Ministério é que as Unidades não cumpriram requisitos. Sem se anunciar qualquer advertência, foi divulgado apenas o descredenciamento de milhares de Equipes em todo País. Cada ESF tem por meta atender cerca de 4 mil pessoas.

No Pará, de acordo com a portaria, foram descredenciadas 88 equipes, muitas delas em regiões e Municípios extremamente carentes, como no Arquipélago do Marajó.

Em todo o País, 7.814 Equipes de Saúde da Família (ESF) foram descredenciadas, ou seja, mais de 31 milhões de pessoas, de todo o País, podem ficar sem a cobertura do Programa Saúde da Família devido a essa portaria.

O Programa Saúde da Família.

A saúde da família está no primeiro nível de atenção no Sistema Único de Saúde (SUS) e é considerada uma estratégia primordial para a organização e o fortalecimento da atenção básica. A partir do acompanhamento de um número



definido de famílias localizadas em determinada área, são desenvolvidas ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes, atendendo-se 90% dos problemas de saúde da população.

Para efetivar essas ações, é necessário o trabalho de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde, formadas por: médico, enfermeiro, auxiliares de enfermagem, agentes comunitários de saúde, cirurgião-dentista, auxiliar de consultório dentário ou técnico de higiene dental.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Foletto.

O SR. PAULO FOLETTO (PSB-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é com muito orgulho que ressalto que o Instituto Federal do Espírito Santo da minha cidade de Colatina se destacou como o segundo melhor instituto federal do País. O *ranking* é baseado nas notas do ENEM.

O IFES de Colatina possui cerca de 1.400 alunos, que têm à disposição um ensino de excelência. Os alunos da turma de robótica, por exemplo, têm no currículo cerca de dez títulos em competições nacionais e internacionais.

Quero ressaltar o trabalho desenvolvido pelo meu amigo pessoal Jadir Pela, Reitor do Instituto Federal do Espírito Santo, e por todos os diretores dos institutos espalhados pelo nosso Estado, em especial o Diretor-Geral Octavio Cavallari Júnior, do IFES de Colatina.

Parabéns ao IFES!

Colatina obteve a segunda melhor nota do Brasil, Sr. Presidente. V.Exa. sabe quem recebeu a melhor nota? O IFES de Vitória, que fica no Bairro de Jucutuquara.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Parabéns!

Nobre Deputado Paulo Foletto, no sábado, eu vou a Colatina entregar um equipamento, um dinheirinho para uma ambulância, mas só com a permissão de V.Exa., só se eu puder atravessar a ponte. (*Riso.*)



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos. S.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós estamos chegando ao período eleitoral, e, naturalmente, muitas pessoas estão indignadas, contrariadas com a política — não sem razão —, ao ponto de dizerem até que não vão votar.

Eu tenho feito o alerta de que não há lugar vazio na política. Se não sou eu, é ele; se não sou eu nem ele, é um deles; se não é dos nossos, é dos outros; se os bons se omitem, os maus ocupam. Só a política salva a política.

As candidaturas a Presidente da República estão sendo muito questionadas, não sem razão. Aliás, uma pesquisa qualitativa no Brasil dá o perfil, as características daquele que poderá ser o próximo Presidente da República. Exigem-se três coisas: primeiro, ficha limpa, cara limpa; segundo, coragem, ímpeto e determinação; terceiro, experiência — o Brasil não quer ser cobaia de ninguém.

Pois bem, há candidatos que têm experiência, até porque já governaram o País e, não dá para negar, têm coragem, ímpeto e determinação; no entanto, estão com a ficha suja, carimbada, repleta de carimbos. Não vão passar no crivo do Tribunal Superior Eleitoral.

Por outro lado, outros têm ficha limpa reconhecidamente, sim, e, não dá para negar, têm coragem, mas não têm experiência nenhuma. E o Brasil não quer, como eu disse, ser cobaia de ninguém. Ninguém vai entregar um caminhão, uma carreta ou um caminhão boiadeiro para alguém que nunca dirigiu um fusca. Não há como entregar um trator traçado, tracionado, para alguém que nunca dirigiu uma carreta agrícola. O Brasil faz essa exigência.



Pois bem, o candidato nosso, do PDT, **Ciro Gomes**, primeiro, tem ficha limpa, cara limpa, mãos limpas — e estas não são limpas porque ele as lavou nas águas do Lago Paranoá, mas porque ele não sujou as mãos, como fizeram outros por aí, que estão envolvidos na Operação Lava-Jato.

Segundo, ele tem coragem, ímpeto e determinação: diz o que pensa, fala o que sabe, conta o que vê. Alguns podem até achá-lo um pouco boca braba, mas é melhor ser boca braba do que não ter boca para nada.

Por fim, o **Ciro Gomes** tem experiência. Além de ter sido Deputado nesta Casa e Deputado Estadual lá no Ceará, foi Prefeito de Fortaleza, Governador do Estado do Ceará, Ministro da Fazenda do Brasil. Teve a chave do cofre do País na mão e não deixou o cofre cair no pé, como fizeram esses outros que estão envolvidos na Lava-Jato.

Então, nós podemos vir aqui de cabeça erguida, com os pés no chão, com os olhos no horizonte, falar de boca cheia que temos um representante digno para fazer a mudança: **Ciro Gomes**, um candidato à altura do momento, dos desafios que a Nação brasileira, o povo brasileiro, espera que sejam superados.

E eu tenho certeza de que o povo tem essa maturidade, essa compreensão, até porque a política é muito séria. E só ela, a política, pode salvar a política. Não vai vir de outro planeta, não vai vir do Judiciário, não vai vir de outro lugar alguém para governar o País.

É preciso alguém que tenha identidade, sensibilidade, maturidade, experiência, conhecimento, coragem, e não alguém como o **Temer**, que perdeu a moral, perdeu o respeito, perdeu o conceito, perdeu a autoridade.



Nós precisamos de um Presidente que tenha autoridade sem ser autoritário, que tenha a ficha limpa, que tenha a coragem, o destemor e a determinação que tem o nosso honrado candidato, **Ciro Gomes**, futuro Presidente da República.

*O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário,
deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr.
Rodrigo Maia, Presidente.*



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Flavinho.

O SR. FLAVINHO (PSC-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, registro a minha homenagem à Associação Guadalupe de São José dos Campos, interior de São Paulo, uma associação pró-vida, fundada e dirigida pela Mariângela e pela Dra. Marilene, que, em 5 anos, completados semana passada — estive ali numa missa de ação de graças —, já livrou de assassinato 4.580 bebês. Vejam, 4.580 vidas foram salvas por essa associação.

A Associação Guadalupe visa não somente salvar crianças deste assassinato brutal, o aborto, mas também dar suporte às mães por meio de cursos profissionalizantes, ajudá-las no processo pós-parto, para que tenham condições de criar os filhos.

Eu mando o meu abraço e registro a minha sincera homenagem à Mariângela, à Dra. Marilene e a todos os voluntários da Associação Guadalupe, que, volto a dizer, já salvou 4.580 bebês, evitou que fossem assassinados pela prática do aborto em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Paulão.

O SR. PAULÃO (PT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, destaco que está pautado, nesta Casa, o Projeto de Lei nº 10.332, de 2018, que trata das distribuidoras do setor elétrico.

Esta Casa teve a capacidade, mesmo numa correlação de força em que a maioria é do Governo, de compreender a importância do setor elétrico para o Brasil, setor capitaneado, logicamente, pela ELETROBRAS.

Uma MP foi discutida numa Comissão presidida pelo Deputado Motta, do PMDB da Paraíba, que teve sensibilidade social, quando pressionado do ponto de vista democrático, e compreendeu a importância da CHESF para o Brasil. Foi por isso que essa MP não andou e foi, inclusive, arquivada por V.Exa., Sr. Presidente.

Mas o Governo Temer, um governo ilegítimo, um governo lesa-pátria, que não se conforma com a decisão tomada aqui e que tem que pagar a nota promissória da entrega, a qualquer custo, do setor elétrico por inteiro ou de parcela dele, como as distribuidoras, coloca o tema em pauta de novo.

Ontem, o regime de urgência para esse projeto passou, Sr. Presidente. Então faço um pedido a V.Exa., que está capitaneando esta Casa, porque deve ter sido por determinação de V.Exa. ou de alguém da Mesa que vários dirigentes sindicais tiveram que sair daqui acompanhados pela Polícia Legislativa. Não havia tumulto algum. Foi uma sessão calma, uma sessão ordeira. Peço que a sociedade brasileira e os sindicatos possam acompanhar essa votação.

Eu acredito que, por sensibilidade e pressão social, este projeto lesa-pátria não será aprovado. Mesmo assim, eu apresentei emendas a ele, como a Emenda nº 9, que tira as distribuidoras do PND — Programa Nacional de Desestatização e



permite que elas continuem operando; a Emenda nº 6, que prevê que a privatização seja precedida de negociação com o sindicato, que tenho certeza de que não vai ocorrer; a Emenda nº 20, que é o plano B e dispõe sobre a realocação dos funcionários em outras estatais; e a Emenda nº 21, que estabelece garantia de emprego aos empregados das estatais.

Mas confio nos colegas Parlamentares e tenho certeza de que essa proposta de privatização das distribuidoras do setor elétrico não irá passar.

Peço que, a exemplo do que ocorreu na discussão da medida provisória sobre esse tema, quando houve na bancada do Nordeste unidade de ação para preservar a CHESF, nós agora preservemos as distribuidoras do setor elétrico.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Vitor Valim.

O SR. VITOR VALIM (Bloco/PROS-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, venho à tribuna da Câmara Federal para lamentar que meu Estado do Ceará, que hoje serviu de matéria em rede nacional, volta às páginas policiais, afugentando, querido Deputado Chico Lopes, uma de suas vocações principais, o turismo.

Desde a época do Presidente Lula, programas habitacionais importantes, como o Minha Casa, Minha Vida, hoje estão servindo como fonte de renda para a bandidagem. Hoje, infelizmente, as facções estão dominando conjuntos habitacionais e cobrando — pasmem! — até condomínio. Conjunto habitacional, onde não se paga condomínio — o Bairro José Walter, com mais de mil unidades, é um exemplo —, está servindo para facções faturarem mais de 60 mil reais, já que cobram 60 reais de cada unidade habitacional.

O Governo precisa tomar uma posição enérgica contra o crescimento dessas facções.

Hoje matéria veiculada em rede nacional mostra que mais de 300 famílias foram expulsas das suas residências. Está na hora de os direitos humanos deste País falarem para os humanos direitos que estão sendo expulsos das suas casas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Lopes.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero só complementar o que disse o Deputado que me antecedeu.

O Programa Minha Casa, Minha Vida, criado pelo Presidente Lula, expandiu essas casas. Infelizmente, cada conjunto desses tem um chefe, tem um comandante, e o tóxico começa a ser distribuído naquela região.

Agora eu faço um apelo às Polícias Civil e Militar — lá no Ceará há Polícia Militar — para que levem a sério essa questão, porque o tóxico é prejuízo para a própria população, para a própria pessoa e para o próprio lugar em que estão os maconheiros, os viciados.

Então, os vendedores de maconha ou de entorpecente estão lá, e a Polícia tem o direito e o dever de participar dessa questão, que é muito séria para a juventude do nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aproveitar este espaço das pequenas comunicações para dizer à população de Minas Gerais que conseguimos, numa articulação dos partidos de esquerda, entre eles o Partido dos Trabalhadores, e com a nossa resistência aqui no plenário, evitar a votação de uma proposta orçamentária que iria cortar 60 milhões de reais da obra de duplicação da BR-381, importante rodovia que liga Belo Horizonte, nossa Capital, a Governador Valadares, no Vale do Rio do Doce, passando pelo Vale do Aço. Essa é a obra mais importante da região leste de Minas Gerais e está sujeita a ser paralisada por este Governo golpista, que tenta de todas as formas evitar o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e do País.

Por isso, comunico ao povo do Estado de Minas Gerais que é necessário realizarmos uma articulação da bancada de Minas, independentemente de partido, das entidades dos movimentos sociais e de todos aqueles que defendem a duplicação da BR-381, uma obra muito importante para nós do leste de Minas Gerais.

Ontem tivemos uma grande vitória no plenário, mas não podemos baixar a guarda. É importante continuarmos atentos para viabilizarmos recursos para a conclusão das obras de duplicação da BR-381.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Floriano Pesaro.

O SR. FLORIANO PESARO (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, cumprimento o Município de Araçatuba, que, na próxima sexta-feira, dia 6 de julho, receberá a 52ª unidade do restaurante Bom Prato, o maior programa de segurança alimentar do Brasil.

Quero aproveitar para cumprimentar o Prefeito de Araçatuba, Dilador Borges, e o ex-Governador Geraldo Alckmin, que praticamente dobrou o número de unidades do restaurante Bom Prato no Estado de São Paulo, oferecendo alimentação a 1 real à população que mais precisa de segurança alimentar.

Registro aqui meus cumprimentos à Araçatuba, ao Prefeito Dilador e a este grande homem público, o Governador Geraldo Alckmin.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Adelson Barreto.

O SR. ADELSON BARRETO (PR-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Maia, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, ocupamos a tribuna no dia de hoje para fazer alusão ao Julho Amarelo, mês que o Ministério da Saúde adotou para lutar pela prevenção às hepatites virais.

A campanha mobiliza a sociedade, particularmente quem trabalha na área de saúde, para orientar e prevenir a incidência das hepatites virais A, B, C e D, doença transmissível que ataca principalmente o fígado e que, no período de 1999 a 2016, infectou 561.058 pessoas — estamos falando de casos notificados — e levou a óbito 33.647 pessoas entre os anos de 2000 e 2015 somente no Brasil. Os dados são do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde.

Entre as várias hepatites virais, também conhecidas como amarelão, a mais grave é a hepatite C, que não tem vacina. Ela é responsável por 74,53% das mortes registradas e a causa principal de transplantes de fígado, podendo causar cirrose e câncer. O Ministério da Saúde estima que 3 milhões de brasileiros estejam infectados sem saber que têm o vírus, porque em 85% dos casos os sintomas se desenvolvem lentamente, e a pessoa não consegue vinculá-los com os vários tipos de hepatites virais.

A hepatite A é a de maior ocorrência, mas causa uma infecção leve que se cura sozinha. Está diretamente ligada a precárias condições de saneamento básico e de higiene.



Já a hepatite B não apresenta sintomas, e, quando apresenta, são: febre, cor amarelada na pele e olhos e mal-estar. Ela é curável em 95% das vezes, quando não é crônica.

As hepatites A e B já possuem vacinas. As famílias devem estar atentas à vacinação de crianças e idosos que não tenham se vacinado na infância.

Os principais sintomas das hepatites virais são cansaço, mal-estar, tontura, letargia, enjoo e/ou vômitos, emagrecimento sem causa, febre, dor abdominal, pele e olhos amarelados, urina escura e fezes claras. Aqui cabe um alerta: vá a um hospital ou posto de saúde se tiver um desses sintomas. O diagnóstico da hepatite pode ser feito pela observação do paciente e pela confirmação através de exame de sangue que avalia a presença do vírus da hepatite no corpo. Se confirmado, siga as orientações e, muito importante, não abandone o tratamento, mesmo que se sinta melhor. Essa é uma atitude errada que atrasa a cura e fortalece a doença.

A hepatite não ocorre somente no Brasil. A Organização Mundial de Saúde — OMS estima que 3% da população do mundo esteja infectada. O contágio é causado por vírus que é benigno, quando é brando, porque o corpo consegue se defender, mas é fulminante, principalmente em pessoas acima de 50 anos.

Vamos ensinar nossos filhos, filhas, irmãos, irmãs, parentes e amigos e amigas a evitar o consumo de água não clorada ou não fervida, a lavar as mãos após o uso do banheiro e antes das refeições, a fazer as unhas com equipamentos esterilizados e a evitar o consumo de frutos do mar crus ou mal cozidos. Com essas medidas simples, cada cidadão brasileiro, particularmente do meu Estado de Sergipe, estará participando da campanha Julho Amarelo para reduzir as mortes por hepatites virais no nosso País.



Nós queremos aproveitar este espaço e parabenizar um dos mais brilhantes profissionais da área de saúde à frente desse movimento, o médico sergipano Dr. Almir Santana.

Queremos pedir, por fim, a V.Exa., Sr. Presidente Rodrigo Maia, que o nosso pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (PSDB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me traz a esta tribuna, seguindo a linha dos meus conterrâneos, os Deputados Vitor Valim e Chico Lopes, é a grande preocupação hoje da família cearense com a violação dos direitos humanos em nosso Estado. Foco o meu Município de Itapajé, de que tenho orgulho, local de nascimento da minha família, de minha mãe e de meu pai.

Causa uma grande perplexidade o *modus operandi* da polícia, da área de segurança do Estado do Ceará. Repete-se o modelo de 2016, quando o Delegado Pedro Henrique, de Sobral, que investigava e apurava fatos relacionados ao roubo de gado no Município, de uma hora para outra foi afastado e mandado de volta para o Estado de origem o Espírito Santo.

Agora, em Itapajé, no dia 19 de junho, o delegado que apurou mais de 50 casos de pedofilia, que identificou 17 pedófilos e que conseguiu colocar na cadeia 6 pedófilos foi simplesmente afastado da delegacia do Município e mandado de volta para o Estado dele o Rio Grande do Norte.

É uma fórmula capaz de inibir a reação, inclusive da própria população, que fica atordoada. Mas a população de Itapajé foi às ruas, com mais de 5 mil pessoas, protestar exatamente contra essa omissão, essa ausência. Até agora Itapajé não tem delegado para assumir as diligências, nem para dar continuidade aos inquéritos, nem sequer para pedir a prorrogação temporária da prisão dos pedófilos que já estão presos.



Neste momento, há uma CPI no Senado Federal presidida pelo Senador Magno Malta. Esperamos poder também incluir nessa CPI esses crimes, esses casos, esses abusos que estão ocorrendo em Itapajé como uma epidemia. Na última semana, com Itapajé sem delegado, nós tivemos a identificação de mais cinco casos, Deputado Moses Rodrigues, inclusive um caso em flagrante arguido junto ao IML de Sobral.

É essa a situação da tragédia, do descaso, do desrespeito, da desumanidade com essas crianças. Aquele que tem acesso ao depoimento dos pais tem vontade de chorar, Deputado Rodrigo Maia. Uma criança disse que era usada e depois lavada com água sanitária. Era tamanha a violência sofrida por uma criança de 6 anos de idade dentro de uma instituição religiosa.

O que queremos não é fazer política com isso; nós queremos é que a polícia condene esses malfeitores, consiga colocar na cadeia esses criminosos que estão aviltando e traumatizando as crianças do Município de Itapajé. Queremos que a polícia seja capaz de dar continuidade ao processo, e não à omissão, e não à negação, e não ao descaso que vem acontecendo.

Por isso eu acho importante que todas as pessoas de bem, que todas as famílias itapajeenses continuem na sua labuta, continuem na sua luta, continuem no seu desejo de justiça, para que seja apurado não só o caso daqueles delinquentes que já estão presos como também outros casos que estão ocultados e as sombras que estão manipulando a atividade policial, que estão manipulando a política junto ao Governo do Estado para deixar o Município acéfalo no que diz respeito à política de segurança.



Se não bastasse tudo isso — estava marcada para hoje a inauguração do BPRaio em Itapajé —, simplesmente o contingente policial que iria para Itapajé foi redistribuído para Barbalha, cidade natal do Governador Camilo Santana. Para a cidade dele vai o BPRaio, para a nossa fica a omissão, fica o vazio, fica a falta de segurança e fica o medo das crianças, que nem sequer querem ir à aula, com receio de serem afrontadas por mais um pedófilo desses.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Felipe Bornier, para uma Comunicação de Liderança, pelo Bloco Parlamentar PTB/PROS.

O SR. FELIPE BORNIER (Bloco/PROS-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos chegando a um período próximo à campanha eleitoral, momento de muita importância para o Brasil, que vai trazer várias consequências, creio eu positivas.

Devemos ficar atentos a algumas mentiras, às *fake news* que têm como objetivo principal influenciar os votos dos eleitores e causar ainda mais desgaste para a classe política, no momento em que a população não quer participar do pleito eleitoral. Nós firmamos o compromisso, junto ao Tribunal Superior Eleitoral e ao Tribunal Regional Eleitoral, de fazer eleições mais claras e limpas, com propostas e projetos para toda a sociedade, com o único objetivo de ajudar o eleitor a escolher e a participar das mudanças do nosso País.

Minhas amigas e meus amigos, na semana passada, fui vítima de um vídeo que circulou na Internet em que era dito que eu estava dando plano de saúde de graça, com o dinheiro do povo. Foi inclusive citado o nome do meu único filho, que também estaria sendo beneficiado.

Os propagadores dessa *fake news* já foram identificados. Por serem pré-candidatos a Deputado Estadual e a Deputado Federal, tomei as devidas medidas legais na Procuradoria Parlamentar da Câmara dos Deputados e também denunciei os envolvidos, para responderem nas esferas cível, criminal e eleitoral.

Aproveito a oportunidade para mostrar ao Brasil a carteira do plano de saúde do meu filho. (*Exibe documento.*) Se esse cidadão quiser pagar, o boleto da



mensalidade do plano de saúde do meu filho está aqui, bem como documento do Diretor do Pró-Saúde da Câmara, o Sr. Jorge Augusto da Rocha Eirado, em que declara: *“O Deputado Felipe Bornier e seus dependentes não são e nunca foram beneficiados por este programa de assistência à saúde da Câmara dos Deputados”*. Está aqui o documento, é público, para toda a sociedade ver. *(Exibe documento.)* Isso é um absurdo. O plano é para os servidores e é pago. E, para ser usado, também é pago.

É muito fácil fazer discurso hoje, no momento em que a classe política está completamente desacreditada.

As duas pessoas que divulgaram o vídeo mentiroso são candidatos que perderam as eleições na Baixada Fluminense — ficaram em quarto lugar em eleição para Prefeito naquela cidade — e usam de meios sujos, imorais e ilegais para tentar colocar o nosso nome no meio dessa bagunça que a sociedade não aceita no meio político. Esse tipo de atitude mostra o desespero de quem nada fez pela Baixada Fluminense ou pelo Estado do Rio de Janeiro.

O nosso trabalho sempre foi feito de forma muito transparente. Nunca tive o meu nome envolvido em nada negativo. Isso é facilmente comprovado em minhas redes sociais, no *site* da Câmara e em tantos outros lugares.

Sou iguaçuano com orgulho. Nova Iguaçu é o Município em que nasci e me criei. Lá tive a maioria dos votos quando fui eleito com mais de 105 mil votos — foram quase 60 mil votos naquela cidade.

Eu trabalho com competência, com transparência e, na minha vida, realmente faço aquilo em que acredito, aquilo que me motiva.



Por exemplo, acabei de voltar do Ministério da Saúde com a boa notícia de que o pagamento das emendas orçamentárias já está na conta das Prefeituras. Temos que honrar acima de tudo os votos que recebemos. Somente para o Município de Nova Iguaçu foram destinados 8 milhões de reais: 6 milhões já estão na caixa da Prefeitura, para aplicação na rede de saúde do Município, e 2 milhões de reais foram destinados para o Hospital da Posse, que atende toda a região, que tem quase 1 milhão de habitantes. Além disso, 270 mil reais já estão empenhados, na conta da Prefeitura do Município de Nilópolis; 1 milhão de reais foram destinados para a Prefeitura de Duque de Caxias; 300 mil reais, para a área de cultura de Mesquita; 200 mil reais, para a saúde de Belford Roxo; 400 mil reais, para a saúde de Paracambi; 500 mil reais, para a saúde de Japeri; 300 mil reais, para área do esporte de São João de Meriti; 250 mil reais, para a Casa do Menor de Nova Iguaçu, que faz um trabalho lindo, principalmente com crianças abandonadas, com jovens dependentes químicos, que abriga crianças em situação de risco e ainda oferece cursos nas áreas de esporte, cultura, além de atividades de lazer e outras; e 150 mil reais para a Universidade Federal do Rio de Janeiro, já empenhados. Acreditamos que país que não investe em Município e educação não vai para a frente.

Sem dizer que, ano passado, pela primeira vez, das emendas da bancada do Estado do Rio de Janeiro, 50% foram destinados para a saúde e 50%, para a segurança pública do Estado. Somente ontem foram entregues 265 viaturas das 580 viaturas novas que foram destinadas para o nosso Estado.

Fizemos um debate em relação à intervenção federal no nosso Estado e em relação aos mil soldados aprovados no concurso de 2014. O próprio General Richard Nunes já disse que vai chamá-los.



Quanto à política pública das UPP — Unidades de Polícia Pacificadora, nós sempre a criticamos, porque grande parcela da bandidagem foi para a Baixada Fluminense. Hoje, o próprio interventor disse que as metas serão reavaliadas. Aliás, 40 policiais já voltaram ao seu lugar de origem. Com certeza, isso vai agregar e muito para a nossa querida Baixada Fluminense, que precisa ser melhor encarada na questão da segurança pública.

Nós temos um trabalho muito amplo em relação a projetos de lei. Talvez eu seja um dos cinco Deputados do Brasil que mais apresentaram proposições. Há um projeto meu a todo momento sendo analisado nas Comissões desta Casa. Esta semana mesmo foi sancionado pelo Presidente da República, Michel Temer, o nosso Projeto de Lei nº 5.050, de 2009, que se transformou numa lei em vigor, a Lei nº 13.673, de 2018, que torna obrigatória a divulgação da tabela de preços e a evolução dos preços, por prestadoras de serviços de telefonia, de fornecimento de água, gás e energia elétrica, ou seja, o objetivo é dar transparência à cobrança por serviços essenciais para a população.

Ou seja, trabalho nós temos. Isso aqui é o que somamos em 1 dia de trabalho. No momento em que a classe política está completamente desacreditada, dedicamos a nossa vida, o nosso tempo a esse trabalho, e ainda vemos a nossa família ser colocada nesse jogo sujo da política.

Na semana retrasada e passada, fomos chamados para diversas reuniões e debates, inclusive no TSE. Os Ministros informaram que vão fiscalizar esta campanha eleitoral de forma árdua e pediram a ajuda daqueles que vão disputar a eleição e dos partidos políticos.



Eu venho aqui, de forma clara e objetiva, fazer a primeira denúncia de campanha pré-eleitoral de uma pessoa que se dispõe a disputar um cargo eletivo. No momento em que a classe política está completamente desacreditada, no momento em que a juventude brasileira não quer votar, numa eleição em que talvez mais de 50% da população não vá votar, é muito fácil jogar pedras.

Que a Justiça faça valer o direito do cidadão brasileiro e que a verdade venha à tona. O que buscamos é apenas trabalhar de forma consciente, de forma verdadeira, olhando nos olhos do cidadão brasileiro, como sempre olhamos, sem ter vergonha.

Talvez eu seja um dos poucos Deputados que, em três mandatos, nunca ocuparam cargo federal, seja aqui em Brasília, seja no Estado do Rio de Janeiro, seja em Município. Tenho a minha mão limpa e trabalho com transparência, num momento em que vivemos o completo descrédito por parte da sociedade brasileira.

Era o que tinha a dizer.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, minhas amigas e meus amigos, fui vítima de um vídeo que circulou na Internet, em que foi dito que eu estava dando plano de saúde de graça, com o dinheiro do povo, inclusive com a citação do meu único filho, que também estaria sendo beneficiado.

Os propagadores dessa *fake news* já foram identificados. Por serem pré-candidatos a Deputado, tomei as devidas medidas legais aqui na Procuradoria da Câmara dos Deputado e também denunciei os envolvidos a responderem nas esferas cível, criminal e eleitoral.



Aproveito para mostrar ao Brasil a carteirinha e o boleto da mensalidade do plano de saúde do meu filho, que eu pago com o meu trabalho. *(Mostra a carteira.)*

Também aproveito para mostrar a declaração do Diretor do Pró-Saúde, Jorge Augusto da Rocha Eirado, em que afirma que meu filho e eu nunca, nunca participamos do Programa de Assistência à Saúde da Câmara dos Deputados.

As duas pessoas que divulgaram o vídeo mentiroso são candidatos que perderam as eleições na Baixada Fluminense e usam de meios sujos, imorais e ilegais para tentar colocar a população contra o nosso trabalho. Esse tipo de atitude mostra o desespero de quem nunca fez nada pela Baixada Fluminense ou pelo Estado do Rio de Janeiro.

O nosso trabalho é transparente. Nunca tive meu nome envolvido em nada negativo. Isso é facilmente comprovado nas minhas redes sociais, no *site* da Câmara e em tantos outros locais.

Sou iguaçuano com orgulho, nascido e criado em Nova Iguaçu, cidade em que tive a maioria dos votos, quase 60 mil votos dos meus 105 mil votos.

Eu trabalho com transparência e presto contas das minhas atitudes com trabalho. Um exemplo disso é que acabo de sair do Ministério da Saúde com boas notícias, de que o pagamento das emendas já está na conta da Prefeitura de diversos Municípios da Baixada Fluminense, região deste cidadão.

Emendas: 8 milhões para a manutenção da saúde de Nova Iguaçu — 2 milhões para o Hospital da Posse, que atende toda a região da Baixada, e 6 milhões para a rede de saúde de Nova Iguaçu; 270 mil para a saúde de Nilópolis; 1 milhão para a saúde de Duque de Caxias; 300 mil para a cultura de Mesquita; 200 mil para a saúde de Belford Roxo; 400 mil para a saúde de Paracambi; 500 mil para a saúde



de Japeri; 300 mil para o esporte de São João de Meriti; 250 mil para a Casa do Menor de Nova Iguaçu; 150 mil para a expansão da UFRJ em Nova Iguaçu.

Emenda de bancada do Rio de Janeiro: 50% para a segurança pública e 50% para a saúde.

Chegaram 580 viaturas novas. Dessas, 265 foram entregues em abril. Parte destas vai também para a Baixada Fluminense.

Também serão chamados mil soldados aprovados no concurso de 2014.

A nossa luta é para que policiais das UPP retornem para a Baixada ou para seus lugares de origem. Este ano já retornaram 40 policiais.

A Casa do Menor de Nova Iguaçu é uma entidade que presta um grande serviço para a Baixada, com a recuperação de dependentes de drogas, com o abrigo de crianças em situação de risco e ainda com o oferecimento de cursos, de esportes, lazer e várias atividades que merecem o nosso apoio e o nosso incentivo.

A Baixada Fluminense tem mais de 4 milhões de habitantes. É maior do que 15 dos 26 Estados brasileiros. Está mais do que na hora de usarmos essa força. Eu faço a minha parte. Faça você também.

Outra grande vitória do nosso mandato é a lei que entrou em vigor e que obriga as empresas de telefonia, água, luz e gás a divulgar na Internet o valor das tarifas, dos preços nos últimos 5 anos. Apresentei essa proposta de lei por saber que é um dever do Estado prestar contas ao cidadão de tudo aquilo que é pago por ele. Transparência e fiscalização são as bandeiras que regem o meu mandato.

É muito fácil espalhar mentiras sobre alguém na Internet. Eu quero ver darem as caras e mostrarem as provas, mostrarem o verdadeiro trabalho em prol do povo do Rio de Janeiro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 173.4.55.O

Data: 04/07/2018

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176

V - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A lista de presença registra o comparecimento de 224 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item 1.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 270-A, DE 2016

(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 270-A, de 2016, que acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 23 da Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para vedar a aplicação de sanções a Município que ultrapasse o limite para a despesa total com pessoal nos casos de queda de receita que especifica; tendo parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (Relator: Dep. Wolney Queiroz). Pendente de parecer das Comissões: de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para oferecer parecer ao projeto, pelas Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça, concedo a palavra ao Deputado Paulo Magalhães.

Antes, falará o Deputado Orlando Silva, para uma questão de ordem.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Passo a ler a questão de ordem:

“Sr. Presidente, nos termos do art. 95 do Regimento Interno, combinado com o § 5º do art. 5º e art. 9º da Resolução nº 1, de 2002-CN, formulo a V.Exa. a seguinte questão de ordem.

No dia 30 de maio próximo passado, foi encaminhado a esta Casa, por meio do Ofício nº 297/2018, do Congresso Nacional, o processado da Medida Provisória (MP) nº 824, de 2017.

Posteriormente, também foram encaminhadas as MPs 826/2018 (...); 827/2018 (...).

Dessa forma, Sr. Presidente, já transcorreu *‘lapso razoável e adequado de preparação para a discussão e votação (...)’*.” Essa é uma referência ao julgamento do Supremo Tribunal Federal, na ADI nº 3.146.

“Dando cumprimento à determinação do STF, Sr. Presidente, a Presidência desta Casa, em resposta à Questão de Ordem nº 394, de 2014, firmou entendimento nos seguintes termos:

‘a medida provisória recebida na Câmara dos Deputados, mesmo que já chegue sobrestando as demais deliberações legislativas, não será incluída na pauta de



sessão ordinária marcada para o mesmo dia ou já em curso, salvo acordo entre as Lideranças. Somente passará a figurar na pauta da sessão ordinária imediatamente subsequente.'

Pelo exposto, requeiro a V.Exa. que proceda à leitura, comunicando o recebimento do referido ofício e consequentemente a inclusão das referidas MPs na Ordem do Dia do Plenário desta Casa.

É a Questão de Ordem que submeto à consideração de V.Exa.”

Sr. Presidente, submeto esta questão de ordem a V.Exa., para que V.Exa. cumpra o dever de Presidente da Casa de zelar pela transparência e publicidade dos atos que devem ser praticados. Eu me referi aqui a uma medida provisória de 30 de maio, a uma anterior a essa data, de 26 de maio, e a outra posterior, do mês de junho.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu vou recolher a sua questão de ordem, até porque no caso de outras medidas provisórias em que era interesse de V.Exa. que elas perdessem a validade, V.Exa. não fez a mesma cobrança. Vamos tratar as coisas da mesma forma.

O SR. ORLANDO SILVA - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Já recolhi sua questão de ordem. Já está respondida.

O SR. LEO DE BRITO - Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Deputado Paulo Magalhães está na sua frente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Paulo Magalhães para proferir parecer à matéria.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD-BA. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Projeto de Lei Complementar nº 270, de 2016, acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 23 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal —, para vedar a aplicação de sanções ao Município que ultrapasse o limite para despesa total com pessoal nos casos de queda de receita que especifica.

Esse projeto veio do Senado Federal e é de autoria do Senador Otto Alencar, da Bahia.

“I - Relatório

O Projeto de Lei Complementar — PLP nº 270, de 2016, pretende vedar a aplicação de sanções ao Município que ultrapassar o limite para despesa total com pessoal, nos casos de queda de receita decorrente de: a) diminuição das transferências recebidas do Fundo de Participação dos Municípios, decorrente de concessões e isenções tributárias pela União; e b) diminuição das receitas de *royalties* e participações especiais.

Nos termos regimentais, a proposição foi encaminhada para apreciação das Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Comissão Finanças e Tributação, quanto ao mérito e sob o aspecto de adequação financeira e orçamentária, e da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, a respeito de sua constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade.

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou o projeto em análise sem alterações.



É o relatório.

II - Voto do Relator

Pela Comissão de Finanças e Tributação

Adequação Orçamentária e Financeira

O projeto de lei complementar em nada altera as finanças da União, não impactando suas receitas e despesas. Trata-se apenas de alteração de parte normativa da Lei de Responsabilidade Fiscal quanto à não aplicação de sanções a Municípios que sofrem queda de receita real superior a 10% (dez por cento) em razão de: a) diminuição das transferências recebidas do Fundo de Participação dos Municípios, decorrente de concessões e isenções tributárias da União; e b) diminuição das receitas recebidas de *royalties* e participações especiais.

Dessa forma, a proposição não conflita com o PPA, com a LDO nem com o Orçamento da União. Frisa-se também que não há qualquer prejuízo para o Novo Regime Fiscal, instituído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016.

Mérito

Há muitos anos a União tem concedido benefícios fiscais em tributos compartilhados como o IPI. Com isso, a União, de maneira unilateral, concede benefícios, mas são os Municípios que pagam boa parte dessa conta, o que tem sido uma forte causa da dificuldade financeira desses entes, juntamente com a queda dos *royalties* e participações especiais.

Assim, é justo que, nos momentos de queda real das receitas dos Municípios, não lhes sejam imputadas as sanções listadas no art. 23, § 5º, como a vedação de receber transferências voluntárias e contratar operações de crédito.



Pelo exposto, voto pela não implicação financeira e orçamentária, não cabendo pronunciamento quanto à sua adequação; e, no mérito, pela aprovação do PLP nº 270/2016.”

“Pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania — CCJC

I - Voto do Relator

Inexistindo óbices jurídicos à proposição, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PLP nº 270/2016.”

É o parecer, Sr. Presidente.



O SR. GLAUBER BRAGA - Presidente, tenho perguntas ao Relator.

O SR. LEO DE BRITO - Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só um minutinho.

O SR. GLAUBER BRAGA - Tenho perguntas ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vamos ouvir a questão de ordem do Deputado Leo.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a questão de ordem tem fundamento no art. 128, mas eu quero primeiro fazer uma ponderação.

Esse parecer foi lido agora sem que houvesse quórum. Não existe fundamento regimental para isso. O único fundamento que existe é para a discussão, desde que não haja pendência de parecer. Neste caso do PLP 270-A há a pendência de parecer da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão de Constituição e Justiça. É o que reza o art. 128:

Art. 128. Nenhuma proposição será submetida a discussão e votação sem parecer escrito da Comissão competente, exceto nos casos previstos neste Regimento.

Então, eu quero que se desconsidere o relatório lido agora pelo Deputado Paulo Magalhães e não se inicie a discussão enquanto não houver quórum. Esse parecer não poderia ser apresentado sem a existência de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à discussão.

Tem a palavra o Deputado Glauber.

O SR. GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, tenho uma pergunta ao Relator.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu recolho a questão de ordem.

Tem a palavra o Deputado Glauber.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no início da semana passada houve uma decisão da Justiça do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro suspendendo as privatizações ou a facilitação das privatizações das distribuidoras, para que fosse apresentado em até 30 dias...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não é essa a matéria. Estamos tratando de outro projeto.

O SR. GLAUBER BRAGA - Desculpe-me, estamos tratando agora especificamente dos Municípios brasileiros? Perdão! Essa vai ser a próxima.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É isso.

V.Exa. está com a palavra para discutir.

O SR. GLAUBER BRAGA - Nesta matéria especificamente há uma posição de mérito a que o PSOL é favorável: facilitar a vida dos Municípios brasileiros em situações que possam ser extraordinárias. Então, qual a motivação da nossa inscrição para falar contra a matéria?

A nossa preocupação é com o projeto que vem logo depois, que facilita o processo de privatização das distribuidoras da ELETROBRAS.

Eu queria dividir com as senhoras e com os senhores qual é a realidade do mundo. Na China, o setor elétrico é completamente estatal. Na Rússia, na Índia e na África do Sul, o setor elétrico é majoritariamente estatal. Na França e na Coreia do Sul, o setor elétrico é majoritariamente estatal. No Canadá e na Noruega, é estatal. Nos Estados Unidos, mais de 70% das hidrelétricas são controladas pelo Exército, exatamente porque eles têm o entendimento de que entregar o controle do sistema



elétrico incide diretamente sobre a soberania nacional. A Alemanha e outros países da Europa estão passando por um movimento de reestatização. Na Inglaterra, 77% da população querem a reestatização, segundo pesquisa realizada pelo jornal *The Guardian*. Lembro que foi o modelo inglês, na década de 90, que serviu como incentivo às privatizações pelo mundo e que alguns ainda têm a pachorra de querer fazer com que sirva de exemplo para a realidade do Brasil, Deputada Luiza Erundina.

Nós não podemos entregar o controle do sistema elétrico brasileiro. E entregar agora as distribuidoras é o primeiro passo para que isso possa acontecer. Mas não vai acontecer, porque os trabalhadores estão completamente mobilizados, e a maioria da população brasileira é contra. O Instituto Datafolha fez uma pesquisa que mostra que, de cada dez brasileiros, sete são contra as rodadas de privatizações.

Agora, querem aqui, numa canetada, num projeto sob urgência, aprovar a facilitação da privatização da Distribuidora de Energia do Amazonas, da Companhia Energética do Piauí, da Companhia Energética de Alagoas, da Boa Vista Energia, das Centrais Elétricas de Rondônia, da Companhia de Eletricidade do Acre.

Nós não aceitaremos que esta matéria seja votada no plenário e, exatamente por esse motivo, vamos colocar aqui todos os nossos esforços para sua não aprovação.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, apresento questão de ordem com base no art. 82, § 2º:

Art. 82.....



§ 2º Havendo matéria a ser votada e número legal para deliberar, proceder-se-á imediatamente à votação, interrompendo-se o orador eu estiver na tribuna.

Nós já temos quórum na sessão e temos vários requerimentos sobre a mesa. Gostaria que eles fossem votados imediatamente, Sr. Presidente, iniciando-se pelas inversões de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - As inversões foram prejudicadas pelo início da Ordem do Dia.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Item 2.

PROJETO DE LEI N.º 8.939-A, DE 2017

(DO SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA)

Continuação da votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 8.939-A, de 2017, que modifica a Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, que autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição Federal, e dá outras providências, para permitir à PETROBRAS a transferência parcial, a terceiros, de áreas contratadas no regime de cessão onerosa; tendo parecer proferido em Plenário: pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, pela aprovação, na forma do Substitutivo apresentado (Relator: Dep. Fernando Coelho Filho); pela Comissão de Minas e Energia, pela aprovação, na forma do Substitutivo apresentado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Relator: Dep. Fernando Coelho Filho); e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, e do Substitutivo apresentado pela



Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Relator: Dep. Fernando Coelho Filho). Emendas de Plenário de nºs 1 A 15: tendo parecer proferido em Plenário: pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, pela aprovação da Emenda de nº 11, na forma da Subemenda Substitutiva Global apresentada, e pela rejeição das de nºs 1 a 10 e 12 a 15 (Relator: Dep. Fernando Coelho Filho); pela Comissão de Minas e Energia, pela aprovação da Emenda de nº 11, na forma da Subemenda Substitutiva Global apresentada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, e pela rejeição das de nºs 1 a 10 e 12 a 15 (Relator: Dep. Fernando Coelho Filho); e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das Emendas apresentadas e da Subemenda Substitutiva Global apresentada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Relator: Dep. Fernando Coelho Filho).



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Requerimento de retirada de pauta.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do parágrafo único, II, "c", do Artigo 83 do Regimento Interno, a retirada do 8.939/17 da pauta da presente sessão.

Sala das Sessões, 04/07/18

Dep. Paulo Pimenta



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Paulo Pimenta. *(Pausa.)*

Tem a palavra a Deputada Erika Kokay. *(Pausa.)*

Orientação de bancada.

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o Bloco do PP? *(Pausa.)*

Como votam o PSDB e o DEM? *(Pausa.)*

Como votam o PSD e o PR? *(Pausa.)*

O SR. HILDO ROCHA (MDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB vota “não”, Sr. Presidente.

Toda a base vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Toda a base vota “não”.

Como vota o PT?

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós entendemos que este projeto de cessão onerosa é mais um dos projetos ruins para o interesse nacional e para a PETROBRAS. De fato, ele prejudica muito o povo brasileiro neste momento.

Nós estamos em obstrução política porque não queremos, inclusive, que seja votado o PL 10.332, mais um projeto que entrega as distribuidoras de energia de seis Estados da Federação para o setor privado, o que vai prejudicar a população. Por isso a bancada do Partido dos Trabalhadores, neste momento, quer a retirada de pauta da matéria.

Nós estamos em obstrução nessa matéria e vamos obstruir as votações ao longo de todo o dia para que ela não seja votada.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, o PCdoB vai votar “obstrução”.

Eu quero fazer um registro. Nós procuramos manter o mais alto nível no debate político no plenário da Câmara. O Regimento dá abrigo à formulação de questão de ordem que a minha bancada entender que seja necessária.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Claro!

O SR. ORLANDO SILVA - E não há entendimento político feito antes ou no futuro que impeça o exercício das prerrogativas regimentais que cada bancada possui.

Se houve entendimento político em algum momento sobre como conduzir determinada matéria, isso não anula o direito que a bancada tem de apresentar questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sua questão de ordem será respondida na hora adequada.

O SR. ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, estou no meu tempo de encaminhamento.

Eu faço este protesto porque considero que é necessário que nós mantenhamos uma relação respeitosa e cordial, que é o que pauta a relação da bancada do PCdoB com a vossa Presidência. Nesses termos, eu considero que o Parlamento ganha, mantendo uma relação democrática.

O PCdoB vota “obstrução”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com certeza, Deputado.

Como vota o PPS?



O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS orienta “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

Como vota o PDT?

O SR. SÉRGIO VIDIGAL (PDT-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT, por ser contrário a cessão onerosa, encaminha “obstrução”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Povo brasileiro, este é o projeto vendilhão da Pátria, que entrega às multinacionais do petróleo 3 bilhões de barris de petróleo, podendo chegar a 15 bilhões de barris. É muita grana envolvida nessa transação.

A dona Shell está de olho nesta votação no plenário da Câmara dos Deputados. Este é um dos projetos pelos quais o Senador José Serra trabalha para aprovar de qualquer maneira.

Vamos continuar impondo a nossa resistência aqui contra esta matéria, que fere direitos do povo brasileiro. Utilizam o espaço da Copa do Mundo, imaginando que o povo não está acompanhando isso, para entregar o futuro de brasileiros e brasileiras.

Nós somos a favor da retirada de pauta, mas, neste momento, o PSOL está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PP?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE JR. (Bloco/PP-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido Progressista orienta “não”.



Mas eu gostaria de dizer que nós da Comissão Mista de Orçamento chamamos agora à votação, para salvá-lo, o PLN 13. Nós o aprovamos agora na CMO, porque entendemos que é um projeto de lei que vem a ajudar diversos segmentos da sociedade, em especial da Bahia. Falo dos produtores irrigantes, dos trabalhadores do perímetro irrigado de Itaparica, que hoje estão todos parados, sem água, sem energia, sem poder produzir. Esse PLN vai salvar a vida deles este mês, com o pagamento do atrasado e de todas as despesas até dezembro. Então, essa é a importância do projeto. Estou dando um exemplo só.

Fazemos um apelo ao Presidente Eunício Oliveira para que convoque de novo o Congresso Nacional, para hoje à noite, e, aos Senadores, para que venham aqui votar o PLN 13. É muito importante para o País, é muito importante para a Bahia. Tenho certeza de que a partir de agora eles vão ter consciência disso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSB encaminha a obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, nós estamos tratando aqui de uma das mais ricas, produtivas e lucrativas bacias de petróleo do pré-sal. Por isso mesmo, elas foram concedidas, em cessão onerosa, à PETROBRAS — 5 bilhões de barris. A PETROBRAS pagou por isso com a emissão de ações que deram ao povo brasileiro uma participação maior dentro da PETROBRAS.



O que quer fazer o Governo lesa-pátria de Temer e esta Maioria entreguista aqui dentro da Câmara Federal? Querem abrir a enorme fronteira de exploração de petróleo do pré-sal, para entregar às multinacionais e às transnacionais do petróleo.

Esse é mais um dos preços do golpe.

O SR. CELSO PANSERA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Oposição, Sr. Presidente, vem reafirmar a sua denúncia de mais uma tentativa do Governo ilegítimo do Presidente Temer de destruir o patrimônio nacional, de abrir espaço para entregar de vez o nosso pré-sal, através do projeto da cessão onerosa, para empresas multinacionais.

A Oposição também vai de obstrução.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 173.4.55.O

Data: 04/07/2018

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor do requerimento permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

REJEITADO.



O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP) - Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC) - Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA) - Peço verificação conjunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Verificação conjunta.

Está iniciada a votação.

O SR. FÁBIO SOUSA - Sr. Presidente, V.Exa. me concede 1 minuto?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Fábio Sousa, eu ia lhe dar o tempo do requerimento de retirada de pauta e cortei. V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. FÁBIO SOUSA (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sem problema. Sr. Presidente.

Eu quero primeiro dizer que, evidentemente, nós nos posicionamos contrários à retirada desta matéria, até porque precisamos debater esse projeto o mais rapidamente possível.

Mas eu trago outra preocupação que me tem tomado algumas horas de reflexão, que é a preocupação com a aprovação, em Comissão desta Casa, do Projeto de Lei nº 6.299, de 2002, que logo, logo será debatido aqui no plenário também. Esse projeto que está sendo debatido fala sobre a liberação de novos agrotóxicos ou uma forma nova, diferenciada de os agrotóxicos serem avaliados e, assim, liberados para a sociedade de modo geral.

Preocupam-me muito a forma como está sendo colocado e a retirada de órgãos competentes, como o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Saúde, para também fazerem essa fiscalização. Isso me preocupa muito. Além do mais, você vai trabalhar em cima de produtos que vão direto para o consumo da



população de modo geral, que chegam diretamente à população, que não são manufaturados, que vão chegar diretamente ao consumo e podem, sim, dependendo do pesticida que vai ser utilizado, já que mudou o nome — apesar de que mudar o nome não faz diferença nenhuma, Sr. Presidente —, fazer mal à saúde da população.

Então, isso me preocupa muito. Eu acho que nós deveríamos debater com mais seriedade este assunto. Ao jeito como ele foi colocado eu não posso me colocar favorável. Pelo contrário. Quero debater à exaustão a proposta de trazermos para cá a liberação total ou de forma mais facilitada de produtos que são proibidos na Europa e nos Estados Unidos. Deve haver algum motivo para serem proibidos por lá. Então, quero fazer um debate sério.

Sempre me posiciono favoravelmente ao agronegócio, sempre me posiciono favoravelmente à agricultura brasileira, mas fiquei extremamente preocupado com a aprovação dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Ronaldo Benedet.

O SR. RONALDO BENEDET (MDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente, eu queria chamar os Deputados do PMDB e da base para virem votar.

Em segundo lugar, quero dizer que nós estamos vivendo um momento no nosso País e talvez no mundo, mas no Brasil especialmente... Eu confesso que já fui um grande defensor das empresas estatais, já fui defensor da PETROBRAS, mas fui à China no ano passado e vi que 98% das motocicletas na China já são elétricas. Nós estamos aqui votando algo que não é a venda da PETROBRAS. E ainda



questiono para que ela serve, diante dessa crise que tivemos com o preço do petróleo. Primeiro, ela estava falida e agora tenta se recuperar em cima do couro do povo, dos caminhoneiros, do transporte.

Agora essa questão do excedente. Até quando nós vamos poder explorar o petróleo? Até quando vai valer a pena? O barril de petróleo foi a 116 dólares em 2011. Chegou a...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. RONALDO BENEDET - Em 2010, o barril chegou a 116 dólares; foi a 54 dólares e agora está em 80 dólares, por conta da guerra na Síria. Até quando vai valer a pena retirar esse petróleo? E quanto vai valer a PETROBRAS? Se vai valer.

Então, nós também temos que fazer uma avaliação sobre este momento da PETROBRAS. A quem interessa esse jeito de administrá-la? Não podemos mais pensar desta forma tão estreita. Tudo isso nós temos que começar a avaliar no nosso País. Em que condições vamos viver no nosso País? E as nossas estatais? A que preço? Quem paga? Para quem serve essa empresa que, estrategicamente, na hora em que o País mais precisa, não serve? Eu deixo essas ponderações.

Neste momento, a nossa orientação, a do MDB, a respeito deste requerimento, é voto “não”.

O SR. MIRO TEIXEIRA - A REDE quer orientar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A REDE, é claro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Por motivos técnicos, administrativos, a REDE vai ficar em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está certo, Deputado. Obrigado.

Com a palavra o Deputado Celso Pansera.



O SR. CELSO PANSERA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar que, na quinta-feira, dia 12 de julho, nós realizaremos aqui no plenário uma Comissão Geral para debate do tema *Marcha para a Ciência*.

Este é o segundo ano em que organizamos esse evento aqui no Plenário da Câmara dos Deputados. Nós já temos confirmada a presença de representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; da Academia Brasileira de Ciências; da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; da Marinha do Brasil; da Associação Nacional de Pós-Graduandos; do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Ciência e Tecnologia — CONSECTI; do Clube de Engenharia; da FIOCRUZ; do CONFIES, que reúne todas as fundações de apoio à pesquisa das universidades públicas federais. Ou seja, será um evento importante para a ciência brasileira.

Queria convidar os Parlamentares a estarem presentes, na quinta-feira, dia 12, de manhã, aqui no Plenário da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra a Deputada Alice Portugal. Depois falará o Deputado Daniel Coelho.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu acabo de vir de uma reunião com o Conselho dos reitores dos institutos federais. Na semana passada participei de uma reunião do Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras — CRUB com a sua associação, a ANDIFES. Há uma grande preocupação com a circunstância da assistência estudantil, que nós esperamos poder definir em política, em uma votação, na semana que vem, aqui no plenário desta Câmara.



Mas eu gostaria de asseverar um assunto específico da Bahia. Está havendo, por parte do Ministério da Educação, a decisão de fundir dois *campi* de institutos federais diferentes, no Município de Valença: o Instituto Federal Baiano e o Instituto Federal da Bahia. As duas instituições têm vocações definidas. A comunidade está rebelada...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Daniel Coelho.

O SR. DANIEL COELHO (PPS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria fazer um apelo ao Banco do Brasil, para que abra a agência que já está pronta no Município de Tamandaré. Há uma demanda do comércio daquela cidade, exatamente na expectativa da abertura dessa agência bancária. O comércio, que está parado lá, quer sair da imensa crise que está gerando desemprego e dificuldade para todos no Município.

Então, faço este apelo, em nome do povo de Tamandaré, para a imediata abertura da agência do Banco do Brasil, porque a obra já foi concluída, já está pronta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Informo ao Plenário que certamente faremos várias votações nominais, com prazo menor do que 1 hora. Para não precisarmos votar os requerimentos de quebra de interstício, vou garantir a votação nominal automática. Acho que assim ganhamos tempo nas votações do dia de hoje.

Vamos votar a matéria da cessão onerosa, depois a matéria das distribuidoras e, numa outra sessão, o projeto dos Municípios. Em seguida, aí sim, poderemos entrar nas questões da medida provisória.



Aproveito para responder ao Deputado Orlando Silva, à questão de ordem. Como nós tratamos de forma distinta, nas últimas semanas — e, de fato, o entendimento dele é o mais seguro para a Câmara dos Deputados —, eu defiro a questão de ordem. A partir da próxima sessão ordinária da Câmara, a partir desta, todas as medidas provisórias que chegarem à Câmara dos Deputados serão lidas de forma automática, no prazo regimental.

Assim, acho que todos ficam atendidos.

O SR. ORLANDO SILVA - Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigado. Desculpe-me por qualquer desentendimento com V.Exa.

Com a palavra o Deputado Evair Vieira de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, preservar tradições, culturas e valores é a marca de um povo que quer, acima de tudo, organizar o seu espaço social e transformar essa preservação em oportunidades. Essa é uma das marcas do povo querido do Município de Afonso Cláudio, no interior do Estado do Espírito Santo.

Um dos momentos dessa expressão, dessa preservação e dessa recuperação das nossas tradições vai acontecer no próximo fim de semana, de 6 a 8 de julho, durante a XIII Festa do Carro de Boi. Vai ser um momento importante da expressão do voluntariado. A comunidade se organiza para trabalhar para as suas entidades e, assim, preserva tradição, cultura e valores e, acima de tudo, constrói um fundo financeiro para investir nessas instituições.

Tem o Município de Afonso Cláudio o meu respeito. Estarei presente na XIII Festa do Carro de Boi, de 6 a 8 de julho, em Afonso Cláudio.



PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, entre os dias 6 e 8 de julho, o Município de Afonso Cláudio realizará sua XIII Festa do Carro de Boi.

A festa celebra o carro de boi como símbolo da colonização do interior do Espírito Santo, representando o espírito e a esperança daqueles que buscavam novas terras para estabelecer suas vidas, além dos trechos que deveriam ser percorridos para a entrega dos produtos e o transporte dos mantimentos dos centros urbanos.

O canto do carro de boi é o som de um Brasil que sonha e trabalha por uma vida melhor.

Estaremos em Afonso Cláudio, nessa grande festa do interior do Espírito Santo.

O SR. MARCON (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero registrar que o Rio Grande do Sul está recebendo do Governo Federal uma obra que ninguém deseja nem para o maior inimigo. É a obra dos pedágios.

Nas rodovias do Rio Grande do Sul, o Governo Federal está instalando sete pedágios, sendo dois na BR-290. Antes de duplicá-las, o Governo está instalando pedágios: na *freeway*, mais um pedágio; e, na BR-386, conhecida como a Rodovia da Produção, quatro pedágios. Quem paga essa conta são os usuários dessas rodovias.

Então, nós pedimos ao Governo que suspenda o edital de instalação dos pedágios nas rodovias do Rio Grande do Sul.



Gostaria que este pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, caras Deputadas, caros Deputados, subo a esta tribuna para expressar a minha indignação e a minha contrariedade ao fato de que o povo gaúcho terá de pagar mais pedágio. Nesta terça-feira foram publicados os editais das concessões de trechos da BR-101, da BR-290 — *freeway*, da BR-386 e da BR-448, no nosso Estado, o Rio Grande do Sul.

Enquanto os Governos populares do PT diminuíram o número de pedágios, este Governo golpista e ilegítimo está aumentando o número deles. A iniciativa privada vai explorar 473 quilômetros durante 30 anos.

Haverá sete novas praças de pedágio no Estado gaúcho, sendo duas na BR-290, a Freeway — Santo Antônio da Patrulha e Gravataí; uma na BR-101 — Três Cachoeiras; e quatro na BR-386 — Montenegro, Paverama, Fontoura Xavier, Tio Hugo.

A estimativa é de que uma viagem de ida e volta entre Lajeado e Porto Alegre tenha o custo de R\$ 30,00 em pedágio.

Segundo a previsão dos editais, os novos pedágios custarão R\$ 7,24, e a concessão atravessará 32 Municípios do Rio Grande do Sul.

Reforço a minha indignação e afirmo: o povo gaúcho não vai mais suportar este abuso. As consequências da má gestão dos Governos do MDB, de Temer e Sartori, virão à tona nas urnas, este ano.



O SR. MAJOR OLIMPIO (PSL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSL, Sr. Presidente, orienta “não”.

Aproveito a oportunidade para registrar que o nosso pré-candidato a Presidente da República, o Deputado Jair Bolsonaro, foi submetido hoje a uma sabatina, como os demais presidenciáveis, num evento promovido pela Confederação Nacional da Indústria. A plateia o parou por quatro vezes, para aplaudi-lo efusivamente.

A própria imprensa, que normalmente é preconceituosa, Deputado Eduardo, foi obrigada a admitir que o mais consistente, o mais preparado, aquele que apresentou propostas mais exequíveis e a condição de realizá-las, com o apoio do povo brasileiro, foi Jair Messias Bolsonaro, o futuro Presidente do Brasil.

O SR. JHONATAN DE JESUS (PRB-RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de chamar a atenção para o que está acontecendo no Ministério da Saúde.

O Ministério simplesmente trancou as portas e está trabalhando apenas para um grupo seletivo. Emendas impositivas, aprovadas no *site* da Caixa Econômica Federal, agora ele não paga mais — há problemas. Para resolver questões do CAPS, para atender à população brasileira, não paga — há problemas. O problema está na gestão do Ministério, o problema não está na execução das obras.

A saúde do nosso País não vai para a frente por causa de um bando de almofadinhas que estão sentados nas cadeiras do Ministério e não nos ajudam a resolver os problemas da saúde pública brasileira.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputado Major Olimpio, V.Exa., com todo o respeito, acabou de falar da



consistência que o seu candidato apresentou num encontro da Confederação Nacional da Indústria.

V.Exa. está defendendo o seu candidato, mas eu queria fazer-lhe uma pergunta, Major Olímpio, com todo o respeito, muito simples: o seu candidato é a favor da privatização da ELETROBRAS? É uma pergunta simples, para a qual eu imagino que quem tem um plano de governo tão consistente já tenha uma resposta pronta.

Vou repetir: Deputado Major Olimpio, o seu candidato é a favor da privatização da ELETROBRAS? É uma pergunta simples, para a qual espero uma resposta. Espero que não seja o silêncio.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PHS-RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o PHS orienta obstrução.

O SR. ODORICO MONTEIRO (PSB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria registrar aqui a presença do Luis Cláudio e parabenizá-lo pela posse no Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias no Estado do Ceará domingo passado, que foi uma belíssima festa. Quero registrar também a presença do Robson, do sindicato da Bahia.

Com a questão de ordem que V.Exa. acatou do Deputado Orlando Silva, lendo imediatamente as medidas provisórias, vai ser possível nós votarmos aqui a Medida Provisória nº 827, de 2018, que vai resolver a questão do reajuste do piso dos agentes comunitários de saúde.

Eu sou o Relator-Revisor. De acordo com o parecer do Senador Cássio Cunha Lima, vai ficar garantido um ajuste do piso para 2019 de 1.250 reais, para 2020 de 1.400 reais e para 2021 de 1.550 reais.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu também queria dizer ao nosso companheiro Major Olimpio, que está achando que Bolsonaro chega à Presidência da República, que eu nunca vi uma manifestação dele contra a lei de limite de gastos por 20 anos.

Eu pergunto: qual é o candidato que, virando Presidente da República, vai conseguir governar este Brasil, melhorando a vida do povo, sem revogar essa lei? Só o Presidente Lula, porque os demais não terão força política para isso.

O Presidente Lula chegando à Presidência da República, nós vamos revogar a lei de limite de gastos por 20 anos, para ter dinheiro para investir em saúde, segurança, educação, infraestrutura e gerar emprego no Brasil.

O resto é papo furado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Afonso Hamm.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria utilizar este momento aqui na Câmara dos Deputados para agradecer o que aconteceu na segunda-feira passada no Município de Piratini, primeira capital farroupilha no nosso Rio Grande do Sul, onde eu recebi o título de Cidadão Piratiniense. Essa honraria foi-me concedida pelo Vereador Alêxis, com o apoio de todos os Vereadores do Município de Piratini.

Também fizemos a entrega de uma patrulha agrícola, um trator, para uso dos nossos agricultores. Já destinei, como Deputado, mais de 1 milhão e meio de reais nesses três mandatos. É importante o apoio ao Município de Piratini, com esse respaldo que recebo de ser hoje cidadão piratiniense.



Peço a publicação deste pronunciamento inclusive no programa *A Voz do Brasil*, Presidente.

Obrigado.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero fazer dois agradecimentos. O primeiro é pela oportunidade de coordenar uma Comissão Externa que acompanha as consequências do vazamento de alumina, provocado pela empresa norueguesa Hydro, no Município de Barcarena, no Pará.

Acontece que essa Comissão Externa, sem ônus para a Casa, teve muitas dificuldades. Houve inclusive o desrespeito do Governo norueguês, que se negou a receber a Comissão.

O outro agradecimento é pelo fato de V.Exa. finalmente estar instalando a CPI proposta pela Comissão Externa, por unanimidade. Conseguimos mais de 230 assinaturas para essa CPI, da qual eu tenho a honra de ter sido indicado pelo PSOL para participar. Faremos uma investigação dos crimes ambientais em Barcarena. Nós queremos o beneficiamento dos nossos recursos, mas também queremos respeito ao meio ambiente e ao povo.

Obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última quinta-feira, 28 de junho, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) que apura o vazamento de resíduos tóxicos da refinaria de alumínio Hydro Alunorte, no Município de Barcarena, ocorrido durante as fortes chuvas que



atingiram a região nos dias 16 e 17 de fevereiro deste ano, realizou a acareação entre os consultores ambientais da SGW — empresa contratada pela Hydro —, que negou a ocorrência de vazamento ou de transbordamento do Depósito de Resíduos Sólidos 2 da multinacional, e os cientistas do Instituto Evandro Chagas e da Universidade Federal do Pará (UFPA), que confirmam a presença de metais pesados nos rios, igarapés e solos, tais como cádmio, chumbo, mercúrio e ferro, que são danosos à saúde humana. Peritos do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves (CPCRC) também compareceram à acareação, mas, como o órgão ainda não concluiu a análise dos materiais coletados, alegando falta de pessoal, não pôde contribuir para a acareação.

A Alunorte, do grupo norueguês Norsk Hydro, é a maior refinaria de alumina do mundo, que a partir da bauxita produz a alumina, matéria-prima do alumínio. A crise ambiental e social em Barcarena explodiu quando, após as fortes chuvas, a população vizinha da indústria alertou para os alagamentos de coloração avermelhada que invadiram as áreas residenciais. De início, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) negou publicamente o acidente, e o IBAMA chegou a expedir um laudo. Mas a resistência popular venceu, reforçada pela ida a Barcarena da Comissão Externa de Deputados Federais instituída a meu pedido e coordenada por mim. Foi na visita da Comissão à sede da Hydro, em 23 de fevereiro, que, pela primeira vez, um dirigente da Hydro, Sílvio Porto, então Vice-Presidente nacional da empresa, admitiu que um duto clandestino havia vazado rejeitos para a área eterna da fábrica. Na sequência, fizemos uma audiência pública com a comunidade, na qual ouvimos os relatos do sofrimento devido ao histórico de



consumo de água contaminada, especialmente de casos de câncer e outras doenças.

Após esse reboleio foi que o Governo tucano de Simão Jatene teve que admitir o vazamento de rejeitos na Hydro e colocar a Secretaria de Meio Ambiente para trabalhar, mas não sem antes passar a vergonha de pessoalmente atribuir a culpa da contaminação a São Pedro, em entrevista coletiva. Outro instituto que teve que voltar atrás foi o IBAMA. O Ministério Público do Estado abriu investigação e detectou três dutos clandestinos de lançamento de rejeitos do interior da fábrica da Hydro para a área externa. A Justiça interditou o uso do DSR2, tanque de rejeitos que funcionava sem a autorização legal da SEMAS, reduzindo assim a produção em 50%, além de ter determinado o atendimento das comunidades afetadas e fixado a multa de R\$150 milhões por danos ambientais. Entre idas e vindas, o Presidente da Hydro, Svein Richard Brandtzæg, admitiu à imprensa o descarte “controlado” de efluentes da Alunorte no meio ambiente, em março. Mas no mês seguinte a empresa voltou atrás com o laudo emitido pela consultoria SGW, que voltou a negar o crime ambiental.

Na acareação, os Deputados Estaduais buscaram confrontar os laudos técnicos produzidos sobre o caso. A SGW negou que tenha ocorrido vazamento ou transbordamento da DSR2 porque não encontrou “nenhuma evidência visual disso”, segundo a Diretora da consultoria, Andréa Barbin. Ela também disse que a presença de metais na água é típica da Região Amazônica e que não havia nenhuma presença anormal de elemento químico nas amostras de água e de solo analisada por eles. Já os pesquisadores Marcelo Lima, da Seção de Meio Ambiente do Evandro Chagas, e Profa. Simone Pereira, Coordenadora do Laboratório de



Análises Ambientais da UFPA, reafirmaram que a ocorrência anormal de metais pesados e tóxicos na água e no solo, a longo prazo, podem causar doenças como o Alzheimer.

O relatório da CPI da ALEPA deve ser finalizado até setembro. A Comissão colheu os depoimentos de cerca de 45 pessoas até o momento e ainda pretende voltar a Barcarena para visitar outras mineradoras responsáveis por outros vazamentos de rejeitos químicos verificados anteriormente em Barcarena, o que já vinha contribuindo para o adoecimento da população. Os Deputados planejam visitar também as cidades de Oriximiná — onde fica a mina de bauxita da Hydro, chamada Mineração Rio do Norte — e Paragominas, onde a bauxita lavrada é triturada para ser enviada a Barcarena por um duto, a Hydro Paragominas.

É importante salientar que, apesar de a Comissão Externa desta Casa ter aprovado a criação da CPI da Hydro aqui na Câmara Federal, nós, Deputados integrantes da Comissão, que recolhemos mais de 230 assinaturas e protocolamos o requerimento na Câmara em 26 de março deste ano, ainda não tivemos a CPI instalada. É de vital importância que a CPI da Hydro seja criada na Câmara, para reforçar a pressão que vem sendo feita sobre a Hydro. Não é possível negligenciar a investigação e o debate amplo sobre um crime ambiental, que não foi acidente, mas sim proposital, e que está adoecendo milhares de moradores de Barcarena, além do indício de contaminação de outras populações, como da cidade vizinha de Abaetetuba, e, mais recentemente, de Ponta de Pedras, situada no Marajó, do outro lado da baía do Guajará, que recebe água do Rio Pará, onde fica Barcarena. A Câmara Municipal de Vereadores de Ponta de Pedras e um pesquisador que visitou



a região enviaram requerimento ao Instituto Evandro Chagas para que analise a água no Município.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, registro que estamos dando entrada na Câmara dos Deputados a dois projetos de decreto legislativo contra resoluções da ANS — Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Um projeto é contra o reajuste muito acima da inflação — aliás, como é de praxe a ANS autorizar às grandes operadoras de planos de saúde, que movimentaram, só em 2017, 170 bilhões de reais.

Outro projeto é contra os novos modelos de regulação dos planos de coparticipação e franquia, que violam profundamente o direito do usuário, agredem o direito dele de acesso, e o sobrecarregam com gastos acima daqueles que ele pode cumprir, seja no plano individual, seja no plano coletivo, inclusive na imprevisibilidade de acidentes, de urgências e de emergências.

É um absurdo o que a ANS faz hoje com os 67 milhões de usuários de planos de saúde!

A SRA. JÔ MORAES (PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a sociedade mineira estava muito preocupada, porque no projeto de lei que seria apreciado pelo Congresso seriam retirados 51 milhões de reais de recursos da construção da BR-381, num trecho fundamental que é o Lote 8A, que vai de Caeté a Belo Horizonte.

Nós tivemos, aqui, ontem, a presença do Prefeito de Caeté, Lucas Coelho; e do Deputado Celinho do SINTTROCEL. Juntos, com o Deputado Fábio Ramalho,



podemos provavelmente ganhar um destaque que garanta recursos para a BR-381, a BR da Morte, cuja construção não podemos deixar de continuar.

Por isso, cumprimento a sociedade mineira pela mobilização em defesa da sua estrada e das suas vidas.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. JORGE SOLLÁ (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, registro o meu pesar pelo falecimento do Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Barra do Choça, na Bahia, o Vereador Paulo Bateria. Ele deixou a marca da militância dele, da luta dele em defesa dos trabalhadores, em defesa das políticas públicas.

No domingo passado, em função de um infarto, nós perdemos um grande companheiro, um grande militante do PT.

Queria registrar aqui, em nosso nome, com certeza, em nome da nossa bancada de Deputados Federais, em nome do PT, o nosso pesar e transmitir à família, aos correligionários e a toda a população de Barra do Choça o quanto sentimos a perda do companheiro Paulo Bateria, Vereador, militante do Partido dos Trabalhadores, Presidente da Câmara de Vereadores naquele Município.

Paulo Bateria, presente!

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última terça-feira, representando a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, e o Deputado Jorge Solla, representando a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, estivemos com a Secretária de Desenvolvimento Econômico da Bahia, com os companheiros da Federação Única dos Petroleiros e com os companheiros do Sindicato dos



Petroleiros da Bahia, numa visita à Refinaria Landulpho Alves. Estivemos com a Direção da Refinaria e com a Direção Nacional da PETROBRAS, para discutir a redução da carga de produção da refinaria e as condições de segurança.

Com muita satisfação no diálogo, pudemos perceber que a greve dos caminhoneiros derrotou a política de preços do Governo Temer e da PETROBRAS. Agora importar passou a ser desinteressante, produzir passou a ser interessante, e a refinaria deve produzir novamente em carga total. Isso é muito importante.

Ontem anunciei aqui uma reversão. A PETROBRAS anunciou a suspensão da privatização das quatro refinarias, inclusive a Refinaria Landulpho Alves.

Vamos continuar na luta em defesa da...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Confederação Nacional da Indústria está realizando um debate com todos os presidenciáveis, e o candidato do PDT, Ciro Gomes, acabou de fazer a sua participação.

Às pessoas que não tiveram a oportunidade de acompanhar ao vivo as suas propostas e o que ele pensa para o País, sugiro que entrem nas redes sociais do pré-candidato Ciro Gomes, ou nas nossas do PDT, que terão bastante oportunidade de conhecer propostas concretas de uma pessoa que está pensando de verdade em soluções para o grande desemprego, para os números difíceis que estamos enfrentando. Acredito que uma grande aliança de ideias e de pessoas que pensam o Brasil, com certeza, conseguirá ajudar a tirar o País desse grande atoleiro em que está enfiado.

Obrigado.



O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PP-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero a autorização de V.Exa. para dar como lido pronunciamento que faço no qual enalteço o trabalho do Padre Ticão, da Paróquia de São Francisco de Assis, em Ermelino Matarazzo, Zona Leste, toda a sua luta pela questão de moradia. Inclusive, lembro que o Padre Ticão, por várias vezes, tem atendido na Paróquia de São Francisco de Assis as pessoas que querem orientações sobre a questão previdenciária.

O Padre Ticão completa 40 anos de sacerdócio, um sacerdócio voltado exclusivamente para a atenção aos mais pobres, aos desvalidos, àqueles que precisam de uma atenção, de uma preocupação. O Padre Ticão não tem receio de enfrentar qualquer que seja o poderoso em defesa de um mais humilde, de um necessitado.

Portanto, daqui do Congresso Nacional, deixo nosso abraço ao Padre Ticão. Domingo estaremos lá, na Paróquia São Francisco, na celebração festiva dos 40 anos de sacerdócio do Padre Ticão.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assumo a tribuna para fazer um registro, do qual solicito à Mesa ampla divulgação nos meios de comunicação da Casa, bem como no programa *A Voz do Brasil*: no próximo dia 8 de julho, comemorar-se-á, em São Paulo, a passagem do 40º aniversário de sacerdócio do nosso querido Padre Ticão.



Na missa do dia 8 de julho próximo, às 9h30min, o Padre Ticão vai comemorar 40 anos de sacerdócio.

Paulista de Urupês, Antonio Luiz Marchioni, 66, conhecido como Padre Ticão, chegou a São Paulo há 41 anos, após apoiar greves de boias-frias e de professores na região de Araraquara (SP). *“No interior, me chamavam de comunista”*, diz ele. *“Aqui, D. Paulo Evaristo Arns sempre me apoiou”*. Ele já invadiu, ao lado de fiéis, o prédio da Secretaria de Estado da Habitação, nos anos 80. Queria pressionar o então Governador Franco Montoro (1983-87) a construir conjuntos habitacionais. Fundou creches e centros de apoio ao idoso. Hoje fala com orgulho da implantação de bibliotecas nas comunidades católicas. Questionado sobre se as ocupações não desguarneciam o cuidado com a vida espiritual dos fiéis, disse que corpo e alma estão unidos.

Padre Ticão é um excelente exemplo do que a sociedade civil pode fazer e realizar. Para ele, não tem tempo feio ou “não dá”. Existe equipe, liderança, perseverança e determinação em atender às diferentes necessidades, demandas e até sonhos da comunidade de sua paróquia em Ermelino Matarazzo, Zona Leste de São Paulo.

O padre Antonio Luiz Marchioni, conhecido como Padre Ticão, lidera uma das maiores organizações de desabrigados. À frente da União dos Movimentos de Moradia, divide o seu tempo entre a Igreja de São Francisco, em Ermelino Matarazzo (Zona Leste), e as ocupações de terra em São Paulo. O padre cadastrou 19,4 mil pessoas. Com uma equipe de quatro advogados, costuma comparecer a todos os locais onde há conflitos. Ajudou a organizar a construção de 2 mil casas, em sistema de mutirão, nos últimos 7 anos.



Uma das últimas conquistas com a liderança do padre foi o Conjunto Habitacional Rio das Pedras II, em São Miguel Paulista (Zona Leste).

A história começou em 87, com a invasão do terreno, que pertencia à família do prefeito Paulo Maluf. A União dos Movimentos de Moradia, da qual Ticão faz parte, reúne cerca de 40 grupos em São Paulo e está espalhada pelo país inteiro com o nome de União Nacional de Moradias.

Parabéns, Padre Ticão!

Parabéns pelos 40 anos de sacerdócio em prol da comunidade carente!

Era esse o meu registro, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. DANILO CABRAL (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer um registro de que amanhã, na cidade de Carnaíba, no sertão do Pajeú, Estado de Pernambuco, o Prefeito Anchieta Patriota vai fazer a entrega de mais um conjunto de equipamentos agrícolas, que vai ajudar sobretudo aqueles que trabalham no mundo rural. São 120 forrageiras e mais de 100 roçadeiras que vão auxiliar na produção rural.

O Prefeito tem uma preocupação muito grande com o mundo rural. Além de todas as ações que ele vem desenvolvendo, nas políticas da educação, da saúde, a questão do mundo rural tem sempre tido uma atenção especial dele. São várias as ações que têm sido desenvolvidas na organização de barragens no Município, de sistemas simplificados. Há uma preocupação do Prefeito de fazer chegar água a todo o Município de Carnaíba.

Quero deixar, mais uma vez, meus parabéns ao Prefeito Anchieta Patriota, a todo seu conjunto político.



Peço que seja registrado no programa *A Voz do Brasil* nosso pronunciamento.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, eu quero usar este minuto para fazer um apelo a V.Exa. e a todos no plenário, porque nós votamos poucos minutos atrás, na Comissão Mista, a Medida Provisória nº 832 — relatório assinado pelo Deputado Osmar Terra —, que garante a tabela mínima de fretes para o transporte rodoviário no Brasil, para os caminhoneiros.

Isto foi a parte estrutural mais importante do acordo feito durante a paralisação dos caminhoneiros, e é muito importante que nós votemos, ainda hoje à noite, na Câmara Federal, a medida provisória, o relatório que vem da Comissão Mista, votado poucos minutos atrás, para que nós possamos, na semana que vem, votar no Senado, ainda antes do recesso, e dar a segurança que esse setor merece.

O SR. JORGE SOLLÁ (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aproveitar para fazer uma solicitação a V.Exa., como Presidente desta Casa.

A Medida Provisória nº 827, que trata de uma série de questões importantes sobre a luta dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, está em condição de ser lida por V.Exa. aqui no plenário da Câmara dos Deputados.

Eu sei que a pauta tem uma série de outras demandas, mas seria muito importante para este trabalho, que foi vitorioso. Nosso relatório na Comissão foi aprovado por unanimidade na Comissão Mista que foi criada para analisar essa medida provisória.

E V.Exa. sabe o quanto é relevante a ação dos agentes comunitários e de endemias. Então, eu queria propor que, se não conseguirmos votar hoje, pelo



menos fosse lida a medida provisória e fosse incorporada à pauta. Isso já seria um sinal positivo da Presidência desta Câmara, para a apreciação de uma matéria tão importante como a Medida Provisória nº 827.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, depois da pauta já anunciada, podemos votar as medidas provisórias hoje à noite ainda, ou o PLN 13, como proposto pelo Deputado Negromonte, se convocada a sessão do Congresso.

O SR. JORGE SOLLÁ - Mas poderia V.Exa. fazer pelo menos a leitura, para que ela seja incorporada?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu já respondi à questão de ordem. Assim que terminarmos esta pauta, vamos entrar nas medidas provisórias. É só uma questão de avançarmos mais rápido.

O SR. ASSIS CARVALHO (PT-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de compreender. Depois dessa pauta V.Exa. fará a leitura da Medida Provisória nº 827?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Dos três projetos que estão na pauta...

O SR. ASSIS CARVALHO - Isso é muito importante, porque os agentes de saúde têm uma luta imensa sobre a situação da política salarial.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como haverá Ordem do Dia amanhã, poderemos ir até tarde hoje com toda essa pauta. Até meia-noite. Não há problema.

O SR. ASSIS CARVALHO - Sem problema. Se for para fazer a MP 827, dialogamos aqui, porque os agentes comunitários de saúde merecem essa luta de todos nós.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Votando esses destaques, o projeto das distribuidoras e o projeto da emancipação, depois desses, nós podemos entrar nas medidas provisórias, na ordem de publicação.

O SR. JUNJI ABE (MDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de registrar nos Anais desta Casa, com muita tristeza, o falecimento de um grande brasileiro da minha cidade de Mogi das Cruzes, em São Paulo.

Ele foi Vereador por quatro mandatos, desde 1983 até o ano de 2000. Nelson da Cunha Mesquita vai ao encontro da sua amada esposa, D. Zenaide da Costa Marques. Deixou seis filhas e dois filhos. Deixou também sete netos e quatro bisnetos. Foi também o Presidente da Liga Municipal de Futebol.

Faço este registro com o voto de muitos pêsames à família enlutada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero aqui registrar o não cumprimento do prazo estabelecido na Política Nacional de Atenção Básica.

Sem nenhuma advertência prévia, o Ministério da Saúde do Governo golpista Temer descredenciou centenas de equipes da Saúde da Família em todo o País, deixando cerca de 15 milhões de pessoas sem cobertura.

Só no nosso Estado, Sr. Presidente, o Rio de Janeiro, foram atingidos 38 Municípios e descredenciadas 3.518 equipes da Saúde da Família. Nós estamos aqui fazendo essa denúncia, porque, depois de congelar por 20 anos os gastos com a saúde pública e praticamente acabar com a Farmácia Popular, o Temer vem agora investir contra o programa de Saúde da Família.



Peço divulgação deste pronunciamento.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, usando uma justificativa burocrática, o não cumprimento de prazo estabelecido na Política Nacional de Atenção Básica, e sem nenhuma advertência prévia, o Ministério da Saúde, do golpista Temer, descredenciou centenas de equipes da Saúde da Família em todo o País, deixando cerca de 15 milhões de pessoas sem cobertura.

Somente no Estado do Rio de Janeiro, foram atingidos 38 Municípios, o que descredenciou 3.518 equipes da Saúde da Família.

Depois de congelar por 20 anos os gastos com a saúde pública e praticamente acabar com a Farmácia Popular, agora o sempre ilegítimo Governo Temer investe contra o Programa Saúde da Família PSF, que beneficia dezenas de milhões de pessoas em condição de vulnerabilidade social.

Criado em 1994, o PSF foi consolidado em 2006, pelo Governo Lula, como estratégia prioritária do Ministério da Saúde para organizar a atenção básica. O golpista Temer cumpre o seu papel de desmontar todos os serviços públicos de saúde e educação, visando substituí-los pelo mercado.

Fora, Temer!

Era o que eu tinha a dizer!

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. me concede mais 1 minuto?



Eu gostaria de parabenizar o Instituto Socioambiental — ISA e o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia — IMAZON, que detectam o aumento do desmatamento na Amazônia.

Eu sei das dificuldades da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, que possui apenas 20 fiscais para fiscalizar as florestas num Estado como o Pará, que tem 1 milhão 248 mil quilômetros quadrados.

Para se ter uma ideia, Portugal tem 92 mil quilômetros quadrados. Ou seja, o Pará é mais do que 13 vezes maior do que Portugal. Então, como é que uma Secretaria de Meio Ambiente, num Estado onde ainda há muitas florestas, tem apenas 20 fiscais para combater o desmatamento?

Faço aqui um repúdio ao desmatamento.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, venho aqui alertar sobre o aumento vertiginoso do desmatamento detectado no Estado do Pará em maio deste ano, período marcado pelo fim do inverno amazônico e das grandes chuvas. Segundo dados publicados em junho pelo Instituto Socioambiental (ISA), foram derrubados 7 mil hectares de floresta com causas prováveis no avanço da agropecuária, garimpo e roubo de madeira. Deste montante, mais de 5 mil hectares foram desmatados em terras indígenas e unidades de conservação.

Segundo outros dados também publicados em junho pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), o Pará é o Estado com maior índice de desmatamento da Amazônia Legal. Dos 2.441 km² de área desmatada entre agosto de 2017 e maio de 2018, 852 km² foram no Pará. Em maio de 2018, 48% do total



desmatado foi no Pará, seguido por Mato Grosso, com 29%; Amazonas, com 15%; Rondônia, com 7%; e Acre, com 1%. Os dois Municípios mais afetados estão no Pará, ambos na região sudoeste do Estado — Altamira teve 111 km² desmatados, e Novo Progresso, 65 km².

Assim como o ISA, o IMAZON também detectou desmatamento em unidades de conservação e territórios indígenas. Das três terras indígenas, as duas mais afetadas estão no Pará — Kayapé e Apyterewa. E, entre as dez unidades de conservação mais afetadas pelo desmatamento, sete são do Pará.

É extremamente preocupante o avanço do desmatamento em áreas protegidas. Precisamos urgentemente neste momento aumentar o nosso potencial de fiscalização sobre estas áreas. Com o fim das chuvas na região, o desmatamento tende a aumentar. Segundo o ISA, a APA Triunfo do Xingu, no Pará, foi a área protegida mais desmatada no período. Ao todo, quase 5 mil hectares foram destruídos em maio para abertura de pasto para pecuária, somando-se aos 3 mil hectares detectados desde o início do ano. O desmatamento na área corresponde a 70% do total desmatado na Bacia do Xingu no último mês. Vale lembrar que o aumento do desmatamento está em sintonia com o aumento das exportações brasileiras de carne e o fortalecimento das grandes cadeias de frigoríficos.

Alerto que a Terra Indígena Apyterewa, ocupada tradicionalmente pelo povo parakanã, já teve 10% do seu território desmatado. Apyterewa integra o complexo de terras indígenas afetadas pela Hidrelétrica de Belo Monte. A regularização fundiária, incluindo a retirada dos ocupantes não indígenas, é uma das condicionantes estabelecidas na licença prévia do empreendimento, e deveria ter



sido cumprida logo após a sua concessão, em 2010. Porém, até o momento, a desocupação dos não indígenas não foi finalizada.

É importante denunciar que a SEMAS do Pará (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade) conta hoje com apenas 20 fiscais em seu quadro de servidores para atender toda a demanda no Estado. Um efetivo deste tamanho não vai conseguir estancar o crescente processo de desmatamento. Isso é um absurdo e precisa ser mudado já!

Nosso mandato está atento a esta grave questão. Vale lembrar que os cientistas têm alertado para o fato de que, se o Brasil e os demais países amazônicos não acharem uma maneira de evitar que o desmatamento da maior floresta tropical supere os 20% de sua área original, aumentará muito a probabilidade de que boa parte da Amazônia, no futuro não tão distante, simplesmente deixe de ser floresta. Vale lembrar que o prejuízo não seria apenas para a biodiversidade da região, como também para as dezenas de milhões de pessoas da América do Sul afora que dependem da água gerenciada pela floresta — o que inclui tanto os moradores da Amazônia brasileira quanto os da região Sul do Brasil, do Uruguai e até de áreas da Argentina e do Paraguai.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, visitei Municípios do interior do Acre nos últimos dias. Peço que sejam dados como lidos discursos sobre o Programa Saúde Itinerante, feito pela Prefeitura de Porto Acre, apoiado pelo meu mandato; a Escola Centro de Educação Profissional e Tecnológica João de Deus, em Plácido de Castro; e a abertura do Copão Comunitário, em Rio Branco.



Aproveito para parabenizar o Município de Brasília, um dos mais tradicionais do Estado, que faz fronteira com a Bolívia, na região do Alto Acre, e que completou 108 anos ontem. Quero fazer esta saudação na pessoa da Prefeita Fernanda Hassem, do PT, e também da Deputada Estadual Leila Galvão, natural de Brasília.

Sr. Presidente, peço que meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, nobres colegas, no último sábado, participei, no Município de Porto Acre, de mais uma edição do Programa Saúde Itinerante. Junto com o Prefeito Bené Damasceno e a Coordenadora do Programa, Celene Maia, fomos até o Projeto de Assentamento Tocantins, na Escola São Raimundo Nonato, levar atendimento médico a quem mais precisa.

Foram realizados exames em diversas especialidades, entre elas ultrassom, eletrocardiograma e exames laboratoriais, atendendo aproximadamente 700 pessoas.

O Programa Saúde Itinerante desenvolve uma nova modalidade de cuidado, levando atendimento médico especializado e cirúrgico às populações residentes em todos os Municípios acrianos, até os mais isolados, de difícil acesso, e a locais com insuficiência da oferta assistencial.

Seus propósitos ratificam os princípios do Sistema Único de Saúde — SUS, fundamentados na universalidade, integralidade e equidade, buscando uma estratégia de oferta de serviços em várias dimensões: promoção, prevenção, cuidado, proteção, tratamento; enfim, produzindo saúde.



Parabenizo o Governo do Estado na pessoa do Secretário de Saúde, Rui Arruda, a Coordenadora do Programa Saúde Itinerante, Celene Maia, o Deputado Estadual Dr. Jenilson Leite, o Vereador Rodrigo Forneck e o diretor da escola, Elizeu Barros.

Agradeço aos Vereadores José Felizardo, Ribeiro, Eliene, Antonio, Gilson Marcelo, Denis Sérgio, João Paulo, à Secretária de Saúde, Edna Cuiabano, à Secretária de Ação Social, Denimar Amarante, e a todas as Secretarias envolvidas.

Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de fazer um registro sobre as agendas que fiz durante a segunda-feira da semana passada, 25 de junho, em Plácido de Castro, na região do Baixo Acre.

A primeira foi na Escola Centro de Educação Profissional e Tecnológica João de Deus, onde fomos recebidos pela gestora, Rosana Piúco, uma grande parceira do mandato, junto com o Deputado Estadual Daniel Zen, do PT. Conversamos com os funcionários. Depois passamos sala por sala para dialogar com jovens do MEDIOTEC.

O sucesso da educação técnica no Acre é fruto de investimentos que começaram lá no Governo Lula e tiveram fortalecimento no da Presidenta Dilma Rousseff. Infelizmente, Temer vem negligenciando, cortando investimentos também nessa área. Mas o Governo do Estado se esforça para manter acesa a chama da oportunidade com que essas moças e rapazes tanto sonham.



Saí feliz em ver a juventude envolvida, com vontade de vencer, e deixei compromissado que, com as emendas deste ano, garantirei o necessário para a implantação dos laboratórios dessa unidade de Plácido.

No decorrer do dia, demos início a uma grande agenda de reinaugurações de escolas na zona rural do Município. Quem me conhece e acompanha meu mandato desde o início sabe o quanto me dediquei e me dedico à educação do nosso Estado. Sempre que pude, compareci a todas as atividades relacionadas. Há uma sensação de esperança que é comum a todas elas: o sorriso da garotada, a força de vontade dos profissionais. Tudo isso dá um clima especial a esses eventos. Mais uma vez, foi assim a agenda.

Com o esforço do Governo e a parceria com nosso mandato, além de amigos, como o Deputado Daniel Zen, o Vereador Rogério e o ex-Prefeito Paulinho Almeida, reinauguramos três escolas rurais, totalizando mais de R\$ 350 mil em investimentos. Com reforma, manutenção e ampliação, toda a comunidade escolar terá um espaço de mais qualidade e conforto, seja na cidade ou na zona rural. Educação é um direito de todos. O nosso dever como representante do povo é trabalhar para que esse serviço seja de excelência.

Quero agradecer à Janete Vicenze, à Rosa Maria e a Eliseu Elias, gestores das escolas Manoel Barros, Antônia dos Reis Azevedo e Flávia Barros Pimentel, respectivamente, a acolhida, e também à Regiane, que coordena o núcleo da educação em Plácido de Castro. As ferramentas estão nas mãos deles, que fazem o dia a dia da vida escolar dessas comunidades. Nossa juventude agradece.

Obrigado.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último sábado participei, junto à Prefeita Socorro Neri, na Arena da Floresta, da abertura do Copão Comunitário 2018, o maior evento de futebol amador da Amazônia. Este ano a competição reúne 4.300 atletas de 166 times dos bairros de todas as regionais de Rio Branco. São 341 partidas, divididas em 42 chaves.

Estavam presentes à abertura do Copão Comunitário 2018 o ex-Prefeito Marcus Alexandre, grande idealizador desse evento, o Senador Jorge Viana, o meu colega de bancada Raimundo Angelim, o Presidente da Câmara Municipal, Manuel Marcos, e os Vereadores Rodrigo Forneck, Elzinha Mendonça, Jackson Ramos, além dos Presidentes da UMARB — União das Associações de Moradores de Rio Branco, Oséias Silva, e da ACISA — Associação Comercial, Industrial, de Serviço e Agrícola do Acre, Celestino Bento, e o empresário Osvaldo Dias.

Nas arquibancadas lotadas, a demonstração de que o Copão mobiliza as comunidades. As torcidas participaram ativamente. Animadas, motivaram as equipes que as representam. É nos campinhos dos bairros que os atletas amadores se preparam para o Copão Comunitário. Alguns, amigos de infância, outros que se conhecem nos treinos, muitos sem experiência no futebol, e todos com uma vontade: fazer bonito em campo e chegar à grande final no Arena da Floresta.

Arbitragem, espaço para realização dos jogos, premiação em dinheiro, moto para sorteio na partida final, toda a estrutura necessária para a competição, que se estenderá até outubro, é garantida pela Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer — SEMEL e por parceiros, como o Governo do Estado, a Associação Comercial, Industrial, Agrícola e de Serviços do Acre — ACISA, a



empresa Star Motos, a União das Associações de Moradores de Rio Branco — UMARB e a Faculdade da Amazônia Ocidental — FAAO.

Tangará e Belo Jardim II fizeram o jogo de abertura. O Tangará foi vitorioso, com placar final de 4x1. Por causa da reta final da Copa do Mundo, as demais partidas começarão a ser disputadas no dia 21 de julho.

Com previsão de término para outubro, a 6ª edição do Copão Comunitário terá 11 campos para as disputas: Arena da Floresta, Campo do Ailton, Campo B do Calafate, Campo do Vidal, Campo B da Federação, Campo da Assembleia, Campo do Bacu, Campo do São Francisco, Campo do Vasco, Campo da EMBRAPA, Campo do Jeso e o Campo do Atlético.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria registrar nos Anais da Casa o documento da Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida *Não ao PL nº 8.939/2017*, que trata da entrega do petróleo extraído do pré-sal diretamente a empresas estrangeiras e coloca em risco a PETROBRAS. Eles comparam inclusive a cessão onerosa à securitização de créditos, que envolve a entrega do fluxo de arrecadação tributária. No nosso caso, nós entregamos o petróleo diretamente às petrolíferas multinacionais estrangeiras.

Caso esse projeto seja aprovado — esse escândalo! —, o mercado nem mais precisará privatizar a PETROBRAS, dizem eles: os abutres já ficarão com o petróleo



diretamente e a PETROBRAS se transformará em mera prestadora de serviços para empresas estrangeiras.

Está aqui o documento (*exibe documento*), o nosso apoio à Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, que quero deixar registrado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR

Não ao PL nº 8.939/2017

Entrega do petróleo extraído de áreas do pré-sal diretamente a empresas estrangeiras e coloca em risco a PETROBRAS.

Entrega de até 70% do petróleo extraído de áreas do pré-sal diretamente a empresas estrangeiras! Esse é o ônus da cessão de que trata o PL nº 8.939/2017, que admite a substituição da Petrobras (cessionária exclusiva de que trata a Lei nº 12.276/2010, que está sendo alterada pelo PL nº 8.939/2017) por qualquer empresa estrangeira que atue no Brasil.

A cessão onerosa de que trata o PL nº 8.939/2017 contém mecanismo muito parecido com o esquema da “Securitização de Créditos”, que temos denunciado.

Na “Securitização de Créditos” a cessão onerosa envolve a entrega do fluxo de arrecadação tributária. Dessa forma, o dinheiro arrecadado de contribuintes não irá diretamente para os cofres públicos, mas será desviado, durante o seu percurso na rede arrecadadora, para bancos privilegiados. (ver <https://goo.gl/z7qBkM>)

No caso do PL nº 8.939/2017, a cessão onerosa envolve a entrega de até 70% do petróleo extraído! Com o tempo e alterações legais posteriores, esse percentual pode chegar a 100%, o que transformaria a Petrobras em mera prestadora de serviços para as estrangeiras que ficarão com o petróleo extraído. Caso aprovado esse escândalo, o mercado nem mais precisará privatizar a Petrobras! Os abutres já ficarão com o petróleo diretamente!

De acordo com o contrato de cessão onerosa, “A Cessionária [que poderá ser qualquer empresa estrangeira, caso aprovado o PL 8.939/2017] assume, sempre, em caráter exclusivo, todos os investimentos, custos e riscos relacionados à execução das Operações e suas consequências, cabendo-lhe, como única e



exclusiva contrapartida, a propriedade originária do Petróleo, de Gás Natural e de outros Hidrocarbonetos Fluidos, que venham a ser efetivamente produzidos e por ela apropriados no Ponto de Medição da Produção (...),

A operação envolve, adicionalmente, pagamentos por meio de títulos da dívida pública mobiliária, o que em breve divulgaremos.

Parlamentares, votem não ao escandaloso PL nº 8.939/2017!

É necessário aprofundar o conhecimento sobre essa cessão “onerosa”: um verdadeiro cheque em branco com lastro no petróleo, gás e outros materiais extraídos, abrindo mão de nossas riquezas, em flagrante desrespeito à Constituição Federal.

Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Presidente, peço 1 minuto, por favor. (*Pausa.*)

Quero registrar que protocolei junto à Mesa proposta de criação de Comissão Externa ao ambiente da Câmara dos Deputados para acompanhar as atividades realizadas por um grupo montado a partir de decreto do Presidente Michel Temer que monitora os entendimentos entre Boeing e EMBRAER. Nós consideramos a EMBRAER uma das empresas estratégicas para o desenvolvimento nacional.

Tem sido noticiada a fase de finalização de um memorando de entendimentos entre Boeing e EMBRAER. Há, Presidente, uma matéria relevante no campo da defesa, porque a indústria de defesa tem papel importante para economia e para a soberania nacional.

Nós consideramos que, levando em conta que a União tem poder diferenciado, *golden share*, que dá poder de veto inclusive para que se manifeste em decisões da EMBRAER, apesar de reconhecer que se trata de uma empresa privada, mas, como o processo de privatização permitiu a existência dessa *golden share* para a União, é importante que o Congresso Nacional acompanhe, monitore



esse assunto. Podem inclusive caber iniciativas legislativas para regular os desdobramentos desse entendimento entre Boeing e EMBRAER.

Por isso, Sr. Presidente, requeiro, na forma do protocolo apresentado à Mesa, a criação de Comissão Externa para que nós Legislativo possamos dialogar e acompanhar, para o bem do interesse nacional, a defesa da EMBRAER, empresa tão importante para a indústria de defesa e para a economia brasileira, já que é um dos temas fundamentais da pauta de exportações do Brasil.

Peço, portanto, deferimento ao pedido protocolado junto à Mesa.

O SR. ASSIS CARVALHO (PT-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço 1 minuto.

Quero aproveitar para parabenizar minha querida cidade de Piripiri, que completa hoje 108 anos de emancipação política, São João do Piauí, que também faz aniversário neste mês de julho, e a Princesinha do Sul, nossa querida Floriano, e, portanto, abraçar todo esse povo maravilhoso que constrói com tanto carinho não só as nossas cidades, mas o nosso Piauí.

Sr. Presidente, quero também externar nossa posição contrária a essa vontade sem limites de entregar todo o patrimônio público. Falo do sistema ELETROBRAS. Não há nenhum sentido o Governo ilegítimo de Michel Temer, que já está entregando todo o patrimônio brasileiro, privatizar a ELETROBRAS.

Quero ainda reafirmar nossa posição em defesa do Presidente Lula, que, mesmo sendo preso político, perseguido por uma elite brasileira, continua crescendo nas pesquisas, enquanto os concorrentes cada vez mais pioram suas posições porque não têm um projeto para o Brasil.



E peço a cada um dos concorrentes que diga ao povo brasileiro sua posição sobre essa decisão de congelar despesas primárias — educação, saúde, segurança, cultura, esporte — por 20 anos. É por isso que nenhum concorrente do Presidente Lula tem condições morais de olhar nos olhos do povo brasileiro e dizer o que vai fazer para o Brasil, porque todos votaram aqui para tirar dinheiro de saúde e educação. Não tem moral para dizer que vai revogar essa lei absurda que lamentavelmente prejudica o povo brasileiro.

Sr. Presidente, solicito que V.Exa. autorize a divulgação do nosso posicionamento pelos meios de comunicação da Casa e pelo programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Todos já votaram? (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Paulo.

O SR. PEDRO PAULO (DEM-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje o jornal *O Globo* traz esta notícia muito grave: *Prefeitura desiste de receber recursos federais para criar 312 equipes de médico da família*.

Nós temos na cidade do Rio de Janeiro, em atenção primária, 70% de cobertura. Cerca de 4,5 milhões de cariocas têm um sistema de saúde a partir das Clínicas da Família. Com esse acréscimo do Governo Federal, chegaríamos a 86%. O Prefeito Crivella simplesmente desistiu desse convênio, um prejuízo para quase 1 milhão de cariocas, que não terão acesso à saúde.

Essa é a Prefeitura que queria cuidar das pessoas, mas nem em saúde está cumprindo suas funções. Prometeu ampliar em 200 milhões de reais o orçamento para a saúde, mas já retirou 320 milhões de reais. Isso é uma pena para o Rio de Janeiro.



O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, voltamos a este microfone para denunciar que mais um hospital importante de alta complexidade em Belo Horizonte encerra o convênio com o IPSM — Instituto de Previdência dos Servidores Militares, com o IPSEMG — Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais por falta de pagamento das contribuições patronais e dos segurados por parte do Governo do Estado.

Estamos insistindo nessa denúncia toda semana, e, normalmente, somos surpreendidos com dois, três, hospitais, clínicas e laboratórios suspendendo o serviço. Isso, obviamente, está acumulando um nível de insatisfação que pode levar a uma ruptura institucional em Minas Gerais por parte dos servidores e também da população, porque o Governo Estadual não está também fazendo o repasse aos hospitais que atendem pelo SUS.

Estamos à beira de um colapso do sistema de saúde de Minas Gerais, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO PAULO (DEM-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, uso novamente a palavra para registrar que acredito que isso tudo é fruto de toda a mudança que está em curso no modelo de gestão não só da PETROBRAS, mas principalmente de exploração do pós-sal, do pré-sal. Nós tivemos o fim da refinaria do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. Quer dizer, praticamente, todas aquelas obras foram paradas, empregos foram perdidos, cidades foram à bancarrota por conta do fim das obras na refinaria do COMPERJ.

Isso tudo ocorreu porque existia na cabeça de alguns que comandavam o País a pretensão de um modelo estatizante para a PETROBRAS. Acreditavam que



ela seria capaz de tudo, de todos os investimentos da enorme riqueza que tem o Brasil, especialmente o Rio de Janeiro, que é a camada do pré-sal. Pois bem, iniciou-se aqui na Câmara, sob a Presidência de V.Exa., a mudança desse modelo para um modelo que prevê o investimento privado.

É importante dizer que no dia 4, hoje, a PETROBRAS está assinando uma carta de intenções para promover investimentos na refinaria do COMPERJ com a China National Petroleum Corporation. Isso vai significar um enorme investimento no COMPERJ, gerando emprego, desenvolvimento para os Municípios de seu entorno. Sem dúvida nenhuma, é um avanço.

A quantidade de profissionais que teremos voltando para o Rio de Janeiro também é positiva, além de investimentos com alto valor agregado, porque nós sabemos que a economia do petróleo tem efeitos enormes de encadeamento e produz muitos empregos e desenvolvimento de empresas.

É desta forma que o País tem que avançar: olhar para frente, abrir o mercado e competir internacionalmente. Sob a Presidência de V.Exa., nós mudamos esse modelo, avançamos. E o Rio de Janeiro tem sido enormemente beneficiado.

Parabéns à Câmara dos Deputados; parabéns a V.Exa., Presidente.

O SR. HERCULANO PASSOS (MDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos recebendo o Presidente da Câmara Municipal de Joanópolis, Marquinho, e o Vereador Gilmar da Correnteza, cidade que é uma estância turística do Estado de São Paulo e pela qual temos um carinho muito grande.

Obrigado.



O SR. ALIEL MACHADO (PSB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero aproveitar este espaço para fazer um apelo.

Nós estamos com um imbróglio jurídico em Piraí do Sul que está prejudicando mais de 500 estudantes. O Município tem dificuldades financeiras. A Prefeitura assumiu a tragédia deixada por administrações anteriores e hoje, por determinação e recomendação do Ministério Público, suspendeu o atendimento do transporte universitário.

Em Piraí do Sul há problemas no Índice de Desenvolvimento Humano — IDH, falta emprego, há dificuldades em vários atendimentos. O povo está sofrendo. É preciso ter bom senso. Houve agravo dessa recomendação do promotor e o juiz, em Curitiba, autorizou a licitação.

Por isso, faço um apelo à Prefeitura: é preciso fazer o enfrentamento neste momento, não deixar os nossos jovens sem futuro, sem a perspectiva de melhoria de vida. Nós precisamos autorizar essa licitação.

O apelo que faço à administração de Piraí do Sul é que siga a recomendação da decisão judicial, que autorizou o Município a fazer a licitação. O problema é jurídico. Nós já observamos que há dotação orçamentária, porque está previsto no orçamento municipal. Quando houver o corte — sei que a Constituição exige que os investimentos têm que ser na educação básica, e há previsibilidade —, que se avise antes, para que os estudantes e as famílias possam se organizar.

Recebi uma ligação do líder do movimento e conversei com o Secretário de Esportes, Douglas, com a Profa. Rosa e com Ludi. Fazemos um apelo ao jurídico de Piraí do Sul para que busque um encontro junto à promotoria, pelo menos, de



maneira emergencial, para que nossos estudantes não percam o ano, e autorize a licitação do transporte dos universitários daquele Município.

O SR. ARNALDO JORDY - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só 1 minutinho, Deputado Arnaldo Jordy e lhe passo a palavra.

Informo ao Plenário que o parecer ao projeto de lei que trata das distribuidoras de energia elétrica já está na página da Casa. Aqueles que querem conhecer o parecer do Deputado Julio Lopes já têm condição de fazê-lo antes da discussão da matéria, para que não haja nenhum tipo de dúvida sobre a votação.

Tem a palavra o Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero apenas fazer um registro e agradecer a V.Exa. por autorizar hoje a criação da CPI de Barcarena, proposição que apresentamos — sou um dos autores, juntamente com outros Deputados do Pará —, para apurar a responsabilidade da multinacional Hydro nos vazamentos que foram noticiários do Brasil e do mundo, gerando prejuízo para mais de 30 mil pessoas, de acordo com as pesquisas feitas pelo Instituto Evandro Chagas e pela Universidade Federal do Pará. Esse foi um compromisso que V.Exa. tinha assumido com esta Casa e com esta bancada.

Quero agradecer a V.Exa. e solicitar aos partidos que façam suas indicações, para que possamos, o mais rapidamente possível, instalar essa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Obrigado, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Pedro Paulo.

O SR. PEDRO PAULO (DEM-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero esclarecer ainda mais essa parceria da PETROBRAS com a CNPC — China National Petroleum Corporation, que prevê a exploração do Campo de Marlim, um campo do pós-sal. Não estão incluídas as parcerias, que ainda virão, dos campos do pré-sal.

Nós temos cerca de 30 campos de explorações possíveis do pré-sal, um investimento muito, muito significativo. Agora, com a mudança do modelo, poderemos contar com capital e empresas internacionais, produzir uma nova onda de investimentos no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, que detém cerca de 80% da produção nacional.

Isso vai gerar, juntamente com toda a legislação que nós aprovamos do REPETRO aqui em Brasília, como também no Rio de Janeiro, mudanças, e nós vamos viver um novo crescimento no Rio de Janeiro, principalmente — é importante dizer isso para os Prefeitos dos 92 Municípios fluminenses —, um novo momento de aumento das receitas governamentais.

Isso tudo advém do potencial do investimento nacional, que a PETROBRAS também aportará, e, sem dúvida nenhuma, da vinda do capital estrangeiro, que é positivo para a economia brasileira, para o desenvolvimento da indústria, para a geração de empregos — de alta qualidade —, que, sabemos, são produzidos por toda a cadeia do petróleo.



É com muita satisfação que vemos esses avanços, que muitas vezes parecem silenciosos para a maioria da população, que estão vindo a partir de decisões do Governo aprovadas nesta Casa Legislativa.

Parabéns, Presidente!

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, é um absurdo dizer que entregar o petróleo, como está se propondo com esta cessão onerosa, vai gerar emprego no Brasil.

Acabou! Esta Casa foi cúmplice da destruição do conteúdo nacional. O conteúdo nacional fez com que 2 mil empregados e trabalhadores que estavam na indústria naval pudessem representar as 72 mil vagas de trabalho a menos. Mas foi destruído — destruído!

As empresas podem comprar o que precisam de invólucros, insumos, equipamentos dos seus países de origem sem pagar imposto de importação. Aliás, a cessão onerosa diminui o valor dos *royalties* e faz com que a PETROBRAS saia da obrigatoriedade de produzir 5 bilhões de barris para apenas 1,5 bilhão. Isso é uma falácia.

O que estamos vendo aqui é que temos o pré-sal, que atinge quase toda a costa brasileira e que é de baixo risco exploratório, tanto que a PETROBRAS vai inaugurar, a partir do próximo ano, cinco novas plataformas. Isso em poucos anos vai representar uma receita de cerca de 60 bilhões de reais. E ainda se diz que a PETROBRAS não tem como investir? A PETROBRAS não tem como investir! E nós vamos doar o nosso petróleo para a Shell? Vamos doar para a Esso? Vamos não potencializar o funcionamento das nossas refinarias para vender o óleo cru e depois comprá-lo?



Aliás, hoje, já aumentou de novo o preço do gás de cozinha. Mais de 1 milhão de brasileiros já estão cozinhando com lenha neste País.

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 17;

NÃO: 238;

ABSTENÇÃO: 3.

O REQUERIMENTO FOI REJEITADO.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 161, inciso I e § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero destaque para votação em separado do art. 3º da Subemenda Substitutiva apresentada ao Projeto de Lei 8.939, de 2017.

Sala das Sessões.

Flávia Moraes

Vice-Líder do PDT



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Dagoberto.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA - O Deputado André Figueiredo vai falar no meu lugar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado André Figueiredo.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu pediria a atenção do Plenário para este destaque.

É evidente que todos nós temos tido posições divergentes em relação ao mérito deste projeto. Nós dos partidos do campo democrático temos tido uma posição veemente contra a ampliação da cessão onerosa para além da PETROBRAS. Consideramos que isso é uma verdadeira entrega dos campos do pré-sal. Estamos falando de aproximadamente 15 bilhões de barris para as petroleiras internacionais.

Eu queria que cada um dos Deputados e das Deputadas atentasse para a gravidade do art. 3º, que prevê o seguinte:

Art. 3º As contratações de bens e serviços efetuadas por consórcios operados por sociedade de economia mista, que exerça as atividades de exploração e produção de petróleo, gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, e que visem a atender as demandas exclusivas desses consórcios não se



submetem ao regime previsto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Essa lei é a que determina que as sociedades de economia mista precisam se submeter à Lei de Licitações. Exclusivamente na área do pré-sal, não teremos mais licitação pública.

A petroleira não precisa nem comprar 70% de determinado campo cedido em cessão onerosa, pois, se ela comprar 10%, já vira consórcio. Esses consórcios vão poder firmar contrato com indústria que não seja nacional, sem se submeterem ao regime de preços. Portanto, poderão comprar mais caro da indústria estrangeira.

Isso é a continuidade do desmonte da nossa indústria, dos nossos campos do pré-sal, visando atender exclusivamente aos interesses do grande capital que está por trás deste projeto de lei.

Inclusive, eu sugeriria aos partidos da Oposição e a todos os companheiros de outros partidos — mesmo os da base — que não se submetem a questões imorais, como é o caso desse art. 3º, que, dependendo do quórum, nós votássemos “não”, sem obstruir, a fim de derrotarmos esse art. 3º, suprimindo-o do texto.

É a teoria da minimização dos danos. Assim como conseguimos, na cota excedente aos 5 bilhões, levar para o regime de partilha, minimizando um pouco o dano causado principalmente às áreas da educação e da saúde, que venhamos minimizar o dano à moralidade da administração pública e, conseqüentemente, submeter a compra de bens e serviços à Lei de Licitações, suprimindo o art. 3º.

O SR. CELSO MALDANER (MDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
O Deputado Celso Maldaner votou com o MDB na votação anterior.



O SR. MARCELO MATOS (PSD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Marcelo Matos votou com o partido na votação anterior.

O SR. LINDOMAR GARÇON (PRB-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- O Deputado Lindomar Garçon votou com o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Chico d'Angelo. *(Pausa.)*

Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP? *(Pausa.)*

Como vota o MDB? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o PPS? *(Pausa.)*

Como vota o PT?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem, Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em todas essas discussões sobre a PETROBRAS, nesse debate imenso que houve no País a partir da Operação Lava-Jato, nós vimos que uma das acusações que se fazia contra a PETROBRAS era exatamente a de que ela tinha um regime próprio de licitação.

O que propõe o texto que queremos suprimir agora? Exatamente que ela fique desobrigada de fazer licitação, que ela possa fazer o que bem entende, sem prestar contas às leis, sem prestar contas à sociedade. Não é possível que, depois



de tudo o que se debateu no País, queiram institucionalizar uma liberdade à PETROBRAS, que foi duramente criticada.

Por isso, nós só podemos votar “não” a este texto.

O SR. PEDRO PAULO (DEM-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu vou orientar a bancada do DEM.

Nós estamos falando da cessão onerosa de cerca de sete campos de exploração do pré-sal, em um total de 30 campos. Estamos falando da exploração de uma riqueza de cerca de 5 bilhões de barris de petróleo refinado, segundo números oficiais. A PETROBRAS tem uma capacidade de exploração de cerca de 2,3 milhões de barris por dia, o que dá 1 bilhão por ano.

Vejam o tamanho dessa riqueza, que já é estimada em cerca de 11 a 17 bilhões de barris de óleo refinado! Haverá capital para investimento, o que irá gerar riqueza para a própria PETROBRAS, que poderá investir fora dessas áreas de cessão onerosa. Vejam que vantagem isso traz para o País, para a PETROBRAS, para o Rio de Janeiro, para a geração de empregos e de riquezas!

Por isso, o DEM encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSDB?

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Votamos “sim”, pela manutenção do texto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós apoiamos o destaque do PDT e alertamos o Plenário de que esta é uma votação muito importante.



Nós estamos discutindo regras para a exploração do petróleo, que é uma riqueza do Brasil, que é um patrimônio do Brasil — aliás, está disposto na Constituição que isso é um patrimônio do nosso País. Já há regras próprias para a exploração do petróleo. Essas regras são peculiares por considerarem as particularidades do setor de óleo e gás. Portanto, a licitação deve seguir as regras próprias do setor de óleo e gás.

O que se está propondo com esse texto é eliminar, na prática, a possibilidade das concorrências, das licitações, conforme as regras estabelecidas hoje.

Por isso, eu faço um apelo para que nós apoiemos o destaque do PDT...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PPS?

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero adiantar a nossa posição, que será a favor do destaque, pedindo que o texto seja suprimido.

Quero tomar a liberdade de pedir a atenção dos Srs. Parlamentares, porque a nossa defesa é meio peculiar. Nós somos a favor deste projeto. Eu votei a favor deste projeto. Entretanto, este dispositivo propõe que os consórcios dos quais a PETROBRAS poderá fazer parte — isso é bom para a PETROBRAS, é bom para a extração do pré-sal — não se submeterão às regras da administração pública. Isso não tem cabimento!

Aqui se propõe que a PETROBRAS poderá ingressar em um consórcio, no qual ela será majoritária, e esse consorcio deixará de seguir regras...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É “sim” ou “não”, Deputado?



O SR. VICENTE ARRUDA (PR-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, eu votei com o partido.

O SR. ARNALDO JARDIM - Peço 1 minuto para terminar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É “sim” ou “não”? Por favor, é só a orientação. Senão vou ter que abrir para todo o mundo. Peço desculpas.

O SR. ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente, o apelo é para rejeitarmos o texto e aprovarmos o destaque, para que a PETROBRAS siga a regra definida por esta Casa para a sociedade de economia mista, em vez de fugir dela, conforme o Conselho de Administração aprovou no dia 26 de junho.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigado.

O PPS vota “não”.

Como vota o PDT? *(Pausa.)*

O SR. JÚLIO CESAR (PSD-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD encaminha o voto “sim”, pela manutenção do texto.

Na votação anterior, o Deputado Júlio Cesar acompanhou o partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT, Deputado Dagoberto Nogueira?

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT entende que este projeto é extremamente criminoso e prejudicial aos interesses do País e da PETROBRAS. Dispensar licitação é o fim da picada!

Portanto, o PDT vai votar “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o PR?



O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PR-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, quero fazer um apelo a V.Exa.

Provavelmente, a semana que vem será a última antes do recesso. Como o Brasil deve ganhar a partida de futebol na sexta-feira, não teremos sessão na próxima terça-feira.

O projeto que trata da Lei Orgânica da Polícia Militar e da Polícia Civil está pronto para entrar em pauta. As duas instituições concordam. Isso é de suma importância para nós.

Provavelmente, na semana que vem haverá uma sessão mais complicada. Entretanto, há um acordo para votarmos a lei orgânica das polícias.

O PR encaminha “sim” ao texto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está bom. Vou me esforçar.

Como vota o PSB? (*Pausa.*)

Como vota o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL vai votar “não” ao texto e “sim” à emenda.

Nós entendemos que este é um dos mais escandalosos projetos de entrega do patrimônio público, porque pode ocasionar a entrega de 15 bilhões de barris de petróleo, de mão beijada, às petrolíferas estrangeiras.

Este projeto é entreguista! Este projeto é criminoso!

A emenda de destaque proposta pelo PDT indica que, não havendo licitação no caso dos consórcios, vamos ter um agravamento ainda maior. Isso, sim, é um “liberou geral” para as empresas petrolíferas internacionais.



Este projeto precisa ser rejeitado. Esta emenda merece o apoio do Plenário, já que o projeto é nocivo ao interesse nacional.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero chamar a atenção para este artigo.

O Deputado André Figueiredo colocou muito bem o que eles querem dizer: todos os consórcios não se submetem ao regime previsto na Lei nº 13.303, de 2016, que é a Lei das Estatais. Isso significa o seguinte: em todas as sociedades feitas entre a PETROBRAS — minoritária — e as empresas privadas que entrarem no setor de petróleo, eles vão poder comprar tudo sem licitação!

Isto aqui é um escândalo! É impressionante proporem algo assim! Toda a lei é absurda, mas, pelo amor de Deus, pelo menos neste destaque, nós temos que votar “não”! Isto aqui é a vergonha dentro da vergonha, é dispensar todas as licitações nas compras feitas pelos consórcios.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Oposição? *(Pausa.)*

O SR. VINICIUS CARVALHO (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PRB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PRB vota “sim”.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o que nos resta neste momento é fazer um apelo e pedir o mínimo de dignidade.

Eu peço ao Líder do Governo que bote a mão na consciência. Não é possível que se aprove aqui um projeto de lei no qual sequer o regime próprio de licitação



seja respeitado. Já não se trata da Lei nº 8.666, de 1993, mas, sim, da lei própria das estatais.

Não é crível imaginar que a PETROBRAS vá estabelecer consórcio sem sequer respeitar o regime próprio de licitações das estatais. Isso não é crível!

Não é possível que esta Câmara aprove algo nesse nível de escândalo, nesse desrespeito ético à sociedade brasileira. Pelo menos que se aprove este destaque, corretamente feito pelo PDT, para suprimir do texto esse absurdo.

Eu peço ao Líder do Governo que reconsidere e vote “não” ao texto e “sim” ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a REDE?

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A existência ou não de roubo não depende de lei. Está demonstrado que, sob o regime da Lei nº 8.666 e sob o regime de outras leis, houve muito roubo no Brasil.

O Brasil é um dos países mais sofridos do mundo pelo roubo do dinheiro público. As leis estabelecem pelo menos uma sinalização de punição. A impunidade é que fica abençoada por este texto da maneira como está. O destaque serve para impedir a tranquilidade e a impunidade daqueles que se sintam estimulados a avançar sobre os recursos públicos.

Portanto, o voto da REDE é “não” ao texto, para restabelecer o mínimo de cuidado na compra dos produtos.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo orienta o voto “sim”.

Vou justificar de forma absolutamente tranquila.



Esta matéria é importante para proporcionar uma flexibilização, com autonomia e independência, para que o processo ocorra de forma diferente da que ocorre hoje.

Às vezes, nós falamos em licitação como se a licitação fosse uma forma de trazer lisura ao processo. Muito pelo contrário, nós temos hoje muitos processos licitatórios que são viciados. Então, não é isso que vai permitir que a companhia tenha competitividade, lisura e transparência.

No novo mercado, nós temos que dar flexibilidade à companhia. Isso não impede que nós tenhamos transparência e lisura no processo.

O Governo encaminha, com absoluta tranquilidade, o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está iniciada a votação.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PHS-RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PHS encaminha “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PHS encaminha “não”.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB orienta o voto “não” e chama a atenção do Plenário: vejam a contradição nos pensamentos e a importância da votação desses destaques!

Nós estamos falando da exploração de 100 bilhões de barris de petróleo. Se não for aprovado este destaque, tudo — exatamente tudo! — o que for utilizado na exploração, nas plataformas, até o parafuso, poderá ser comprado sem licitação. Isso aqui é um verdadeiro esquema! Isso aqui irá possibilitar aqueles esquemas de convite das empresas.



Quando o preço do óleo encarecer, nós teremos prejuízo, porque irão retirar dinheiro da educação, da saúde e, inclusive, da Previdência, com a qual alguns aqui querem acabar.

Nós estamos falando de um absurdo nesta Casa! É impossível votar pelo texto original. Nós precisamos manter isso, Sr. Presidente...

(Desligamento automático do microfone.)

*O Sr. Rodrigo Maia, Presidente, deixa a cadeira da
Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º
Suplente de Secretário.*

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nas votações anteriores, o Deputado Luiz Sérgio votou de acordo com a orientação do PT.

O SR. ALIEL MACHADO - Sr. Presidente, eu peço a palavra pela Liderança do PSB, para concluir a minha manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - V.Exa. vai à tribuna?

O SR. ALIEL MACHADO - Vou à tribuna.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Aliel Machado, pelo PSB.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, eu peço atenção a este destaque do PDT.

Nós tivemos um prejuízo muito grande com a aprovação deste projeto de lei. Porém, se autorizarmos a continuidade desse texto específico que o destaque tenta corrigir, nós iremos cometer um escárnio, caso não tenhamos quantidade de votos para aprovar este destaque.

Num momento como este, em que se busca transparência, em que investigações pesadas estão acontecendo, é incabível que nós autorizemos, com as nossas digitais, que toda a camada do pré-sal, com 100 bilhões de barris de petróleo, possa ser explorada através de acordos, sem que haja a necessidade de se fazer licitação.

Quando aumenta o preço da exploração do óleo, automaticamente aumenta o prejuízo da União. A União é o Governo, e o Governo é aquele que está falhando ao levar saúde, educação, é o mesmo Governo da quadrilha que quer acabar com a aposentadoria do nosso povo, aqui nesta Casa.

Nós não podemos aceitar que escorram pelo ralo a independência financeira que a camada do pré-sal nos possibilita e a lei que determina que parte desses investimentos vá para a educação e para a saúde.

Este destaque simplesmente determina que deve continuar o respeito à Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Será que, num momento tão grave como este, vamos permitir que empresas petrolíferas internacionais façam um conluio de acerto para ganhar mais dinheiro no lombo do nosso povo? Isso é inadmissível!



Eu não consigo acreditar que homens e mulheres públicos, que fizeram um juramento de defender o bem-estar e de respeitar a Constituição, aprovem algo que, para mim, é até inconstitucional, porque desrespeita a Constituição brasileira.

Eu fui Presidente de Câmara Municipal, e lá acabei com a carta-convite, acabei com o esquema de poder chamar os amigos, acabei com aquela possibilidade de se fazer acerto. O processo licitatório existe não só para diminuir o preço daquilo que é responsabilidade dos órgãos públicos, mas também para trazer mais transparência e buscar um objetivo comum, que é atender o interesse da Nação, não o interesse espúrio de alguns.

Eu solicito aos colegas Parlamentares compromissados com a verdade e com o bem-estar social, àqueles que se preocupam com a aposentadoria, àqueles que não estão amarrados a esses interesses que votem “não” a este projeto, que votem “não” a esta parte do texto e nos ajudem a aprovar este destaque, que corrige uma atrocidade realizada pelo texto original.

É incabível aceitar o argumento do outro lado de que a licitação não funciona, de que licitação é ruim. Para eles, bom deve ser fazer acordo, chamar quem bem entender, tirar empresas sérias do processo, tirar empresas nacionais das disputas, para poder atender a esses interesses, como foi na MP do Trilhão, que tirou dinheiro do nosso País.

A minha digital não ficará marcada. O PSB, por unanimidade, vai votar “não” a este texto e vai votar “sim” ao destaque.

Faço essa solicitação aos Srs. e às Sras. Parlamentares, porque V.Exas. serão cobrados na rua. Nós vamos denunciar aqueles que entregarem a riqueza do nosso País.



Eu repito a V.Exas.: 100 bilhões de barris de petróleo poderão ter toda a exploração realizada através de um esquema, sem licitação — de uma plataforma, que custa bilhões, a um parafuso, o mais barato possível. Nós não concordamos com isso!

O PSB orienta “não” ao texto original e “sim” à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSL, Deputado Major Olimpio? (*Pausa.*)

O SR. MOSES RODRIGUES (MDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- O MDB orienta “sim” ao texto, Sr. Presidente.

O SR. MAJOR OLIMPIO (PSL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSL orientará “sim”, Sr. Presidente.

E digo ao povo brasileiro que o nosso pré-candidato à Presidência, Deputado Jair Bolsonaro, sabatinado hoje na Confederação Nacional da Indústria — já está disponibilizada em toda a Internet a fala dele em relação às perguntas que recebeu —, disparadamente foi o único pré-candidato que teve aplausos efusivos durante a manifestação dele, por quatro vezes.

A própria imprensa, que normalmente demora para reconhecer as manifestações do Deputado Bolsonaro, reconheceu que ele foi o que apresentou conteúdo mais concreto, simples, direto e transparente, o que a população brasileira está querendo ouvir. A indústria saiu extremamente esperançosa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Pois não, Deputado. Como vota o PTB?

O SR. BENITO GAMA (Bloco/PTB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB e o PROS encaminham o voto “sim”, em virtude da modernidade e da busca de solução para a questão do petróleo e seus derivados no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o MDB? (*Pausa.*)



Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PEDRO PAULO - Obrigado, Presidente. Já encaminhei pelo Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar.

V.Exa. tem o tempo regimental, pela Liderança do PSOL. *(Pausa.)*

O SR. PEDRO PAULO (DEM-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, enquanto o Deputado Chico Alencar se dirige à tribuna, eu queria trazer um argumento na defesa da derrubada desse destaque, que é a questão do processo de compras de um consórcio que tem parceiros na iniciativa privada.

Imaginem a PETROBRAS, com 30% desse consórcio, com empresas chinesas e americanas, submetida a uma regra de contratação completamente diferente das demais. Isso não faz nenhum sentido!

E mais, a PETROBRAS é uma empresa de economia mista, submetida à Lei das Sociedades Anônimas. Ela tem a fiscalização não só dos seus acionistas e de todo um regramento de uma empresa com capital aberto, mas tem também a fiscalização *a posteriori* do TCU e da CGU. Ela tem até a fiscalização adicional que não têm outras empresas, regras de *compliance*, regras internas para compras que têm que ser mais eficientes.

Por isso, o voto é “sim” a esse destaque.

O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Maia, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar, pela Liderança do PSOL.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Deputadas, Deputados, servidores, todos que acompanham esta sessão, vejam que coincidência. O ser humano inventou o calendário, que é um marco interessante para contarmos o tempo e sabermos, inclusive, da nossa finitude. Mas há gestos, até no Parlamento, com palavras e votos, que vão além do tempo imediato e que acabam tendo repercussão histórica.

Hoje é 4 de julho de 2018, e há exatos 70 anos, em 4 de julho de 1948, morria um grande brasileiro: José Bento Monteiro Lobato. Se nem todo mundo leu Monteiro Lobato, é certo que todo mundo aqui já ouviu falar dele.

Monteiro Lobato não era só um magistral escritor de histórias infantis, criando aquele universo encantado; Monteiro Lobato também foi, naquele Brasil que se estruturava como Nação a partir da chamada Revolução de 30 — mais uma transição um pouco intransitiva na nossa história —, com composição entre forças da burguesia, da classe média e do operariado urbano em ascensão com as velhas oligarquias... Mas a chamada República Nova teve como elemento central a consolidação do Estado nacional brasileiro, e o petróleo teve um papel fundamental.

Toda a hegemonia imperialista norte-americana dizia que, em primeiro lugar, essa riqueza não existia no Brasil, e houve a necessidade de brasileiros como Monteiro Lobato insistirem na exploração dessa riqueza fundamental. Depois veio todo o processo para obstaculizar a criação da PETROBRAS e do monopólio estatal sobre o nosso petróleo.



Pois, olhem, passados 70 anos da morte desse grande brasileiro, que foi até preso por defender causas nacionalistas a seu tempo, nós estamos hoje, aqui, dando um golpe de morte nessa riqueza estratégica para o desenvolvimento do Brasil.

Estamos abrindo totalmente o pré-sal, que, inclusive, exige uma exploração com muito cuidado ambiental, para que fique aberta a sanha das grandes corporações transnacionais, que não têm nenhuma preocupação nem com o desenvolvimento nacional, que só haverá com redução da desigualdade social, políticas públicas de educação e saúde e cuidado ambiental, nem com qualquer perspectiva de futuro de outras matrizes energéticas, tão fundamentais.

Portanto, neste 4 de julho de 2018, dia da morte de Monteiro Lobato, há neste plenário aqueles que querem matar a sua memória mais saudável em termos de amor ao Brasil. Ele dizia que um país se faz com homens e livros — hoje, acrescentaríamos mulheres —, mas também com a riqueza estratégica que tem, sob o controle do seu povo. Estão matando...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Partido Progressista vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria notificar a Presidência, V.Exa., de que nós estamos dando entrada a um recurso contra a devolução do Requerimento de Instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito nº 32, de 2017, que tem a finalidade de investigar irregularidades na fiscalização fitossanitária do País.

Na verdade, nós obedecemos a todos os requisitos formais. Duzentos e quatorze Deputados assinaram o pedido de CPI, que é encabeçado por este Deputado, pelo Deputado Júlio Delgado e pelo Deputado Carlos Zarattini.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Qual é a CPI?

O SR. IVAN VALENTE - É a CPI da Carne Fraca.

Nós obedecemos a todos os critérios. E resposta que veio diz que se considera que não há fato determinado ou acontecimento de relevante interessante para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do País.

Na verdade, Presidente, nós consideramos que há, sim, fato determinado, com número regimental próprio. E podemos citar várias CPIs — a nossa assessoria levantou estes dados —, como as CPIs para investigar o avanço e a impunidade do narcotráfico e as CPIs para investigar a fome no Brasil, de caráter muito mais genérico do que as denúncias que foram caracterizadas naquele momento, as quais foram até objeto de investigação da Polícia Federal por duas vezes.



Há problemas sérios de irregularidades na área de fiscalização, que incidem sobre a economia brasileira e, inclusive, sobre a saúde pública do nosso País.

Então, nós estamos fazendo este recurso, pedindo a V.Exa. que reconsidere esse arquivamento da CPI da Carne Fraca.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra a Deputada Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, eu quero neste momento registrar o meu mais profundo sentimento pelo falecimento do Chacon, petista, engenheiro, homem considerado e respeitado, que deixa para nós muitas saudades.

Quero também registrar o falecimento de Manoel Jotta, o Manoelzinho, que foi Presidente da FETAG no Rio de Janeiro e atualmente era Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaperuna.

Ambos deixam para o PT um luto tremendo e um vazio, vazio este que deveremos preencher à medida que dermos às famílias toda a atenção e acompanhamento e não deixarmos morrer o legado deles.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. CÍCERO ALMEIDA (PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PHS libera a bancada.

O SR. HILDO ROCHA - Presidente...

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, acabou de ser lido, na Comissão que debate a unificação das polícias, o relatório final, que vou passar às mãos de V.Exa. Ele vai ser votado na semana que vem, às 14 horas, em plenário a ser definido.



Presidente, está aqui o relatório. Vou passar às mãos de V.Exa. este trabalho amplo, de 2 anos e meio, fruto de estudos dessa Comissão.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. HILDO ROCHA (MDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, visitando o Município de Chapadinha nesse fim de semana, pude perceber — e eu quero chamar a atenção do DNIT nacional, que é muito bem administrado, para isto — que o serviço de tapa-buraco na operação de restauração da BR-222, no trecho entre Vargem Grande e Chapadinha, está deixando a desejar. Ocorre que eles tapam um buraco e deixam três sem tapar.

Peço que o DNIT faça a fiscalização desse serviço o mais urgentemente possível, porque lá há um CREMA — Contrato de Restauração e Manutenção que diz que é obrigação do responsável fazer a restauração de forma imediata e com qualidade.

Então, chamo a atenção do DNIT para isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dar como lido dois pronunciamentos.

Num deles, parabenizo a 2ª Vice-Presidente do Club de Regatas Vasco da Gama, Sonia Maria de Andrade dos Santos, pelo trabalho que ela faz — fã e torcedor do clube, passei a ser um admirador nato dela — com relação a assédio, a situações vexatórias envolvendo jogadores.

O segundo pronunciamento é para parabenizar a Comissão Pastoral da Terra Nordeste II pelos 30 anos de existência, de trabalho em favor da reforma agrária e de combate à violência no campo.



Sr. Presidente, peço que V.Exa. divulgue os dois pronunciamentos nos meios de comunicação da Casa e no Programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é público e notório o carinho que eu tenho pela comunidade lusa e pelo Club de Regatas Vasco da Gama. Esse apreço pelo clube veio por meio das minhas gerações.

Por isso, quero elogiar o trabalho que o clube vem desenvolvendo por meio de sua 2º Vice-Presidente, Sonia Maria Andrade dos Santos, que me enviou um ofício que me fez ser, além de fã e torcedor, um admirador nato.

O teor do ofício é um assunto que chama nossa atenção para algo que acontece não só no futebol, mas em diversas categorias esportivas pelo mundo: assédio sexual e moral no meio esportivo.

O assédio sexual e moral no ambiente de trabalho são crimes e podem render pena de até 2 anos de prisão, além de uma indenização à vítima. Os limites entre uma cantada e um ato de assédio são delicados e merecem nossa atenção.

Falando de casos específicos, a 2º Vice-Presidente do Club de Regatas Vasco da Gama relata sua indignação com os recentes vídeos, que viralizaram pelas redes sociais, em que torcedores brasileiros assediam e constrangem torcedoras estrangeiras e jornalistas além de nossas fronteiras, na Rússia, onde a Copa do Mundo FIFA está em andamento. Desejo repudiar esse ato incansavelmente. Esses brasileiros não nos representam.



Mas, além de falar desse triste fato, desejo parabenizar a 2º Vice-Presidente do Club de Regatas Vasco da Gama, Sonia Maria Andrade dos Santos, pelas diversas ações sociais e campanhas educativas que promoveu objetivando a conscientização de sócios, torcedores e todos aqueles que de qualquer forma participam e frequentam, com a finalidade de favorecer a presença e a participação das mulheres nos estádios e combater o assédio sexual e moral no ambiente esportivo de modo geral.

Para quem ainda não conhece a Sonia, é importante dizer que ela é atualmente a única mulher ocupante de cargo de dirigente de um clube de futebol da Série A do Campeonato Brasileiro.

Ela e o meu clube do coração, Vasco da Gama, estão jogando um bolão, nos gramados e no mundo esportivo. O exemplo que a Sonia está dando precisa ser estendido a todos os clubes esportistas, brasileiros e internacionais.

Diante das atrocidades cometidas, a Sonia tomou a iniciativa brilhante de instalar uma ouvidoria no Club de Regatas Vasco da Gama, facilitando a comunicação de denúncias de atos de violência e de assédios cometidos contra mulheres e crianças no ambiente do clube.

São atitudes como essas que fazem o Vasco da Gama ser o Campeão dos Campeões. Por isso, cada vez que falo do Vasco, eu me emociono. O clube foi fundado em 21 de agosto de 1898, na Rua da Saúde, nº 293. Entre os fatos marcantes da história do Club de Regatas Vasco da Gama, quero destacar o ato, publicado em 1924, do Presidente Dr. José Augusto Prestes, que não permitiu que o clube excluísse dos seus quadros atletas negros e os de origem humilde.



Um fato que sempre me chamou atenção no Club de Regatas Vasco da Gama é que, enquanto os outros clubes eram formados por atletas da elite, o Vasco foi sempre recheado de jogadores negros e operários.

Este é o Vasco da Gama que os vascaínos desejam. Este é o Vasco que nós queremos ver de volta, com as suas glórias, suas vitórias: um clube que respeita seus atletas, bem como as mulheres torcedoras e minorias, que sofrem tanta discriminação, violência e marginalidade. Este é o Vasco da Gama que queremos: um clube onde todos são bem recebidos, independentemente de cor e condição social. Queremos um Vasco da Gama que possa trazer a alegria de torcer e que respeite as mulheres, bem como as minorias deste País.

Por último recito uma estrofe do hino iluminado do meu time do coração: *“Tua imensa torcida é bem feliz, Norte-Sul, Norte-Sul deste País. Tua estrela, na terra a brilhar, ilumina o mar”*.

Era o que tinha a dizer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 1988, há 30 anos, nascia uma pastoral de fronteira, a Comissão Pastoral da Terra Nordeste II, que nasceu lá no Centro de Treinamento Marimar — CENTREMAR, um seminário arquidiocesano na cidade de João Pessoa.

Naquela época, existia uma igreja missionária e profética, profundamente conectada com o sonho de justiça dos empobrecidos da terra. Quando se instalou a Comissão Pastoral, visualizou-se um sonho profético: levar apoio ao necessitado e apoiar a classe pobre em sua busca por direitos. Hoje, a Comissão Pastoral da Terra, na Paraíba, em Pernambuco, no Rio Grande do Norte e em Alagoas, continua



com o trabalho profético, transformador, humanístico e acolhedor. Nos dias 12 e 13 de agosto, ela irá celebrar seus 30 anos, marcados por vitórias, mas também por muitas perseguições. Algumas histórias jamais serão idealizadas novamente e algumas conquistas jamais serão revogadas.

A Comissão Pastoral da Terra Nordeste II acompanha hoje de perto a luta de cerca de 300 comunidades camponesas, correspondendo à 13.822 famílias e 69.110 pessoas, em mais de cem Municípios dos Estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. São posseiros, trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra, quilombolas, pescadores, assentados da reforma agrária, pequenos agricultores, entre tantos outros povos que vivem no campo. Desse total, a metade encontra-se sob ameaça de expulsão de suas terras.

Eu, como Parlamentar paraibano, atual Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e participante desta história, juntamente com D. José Maria Pires, não posso perder este marco histórico nordestino.

Parabéns à CPT Nordeste II pela luta e pela insistência de sempre acreditar no povo sofredor!

Como idealizava D. José Maria Pires, desde o início, quando se expressou sobre o amor, *“o amor, em linguagem cristã, é oferta, é doação, é serviço ao outro, e não do outro”*.

Assim era e ainda é a Comissão Pastoral da Terra Nordeste II, construída e baseada sempre no amor ao próximo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB muda a orientação para “obstrução” na votação deste PL.



O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Rodrigo Maia, eu gostaria de formalizar perante V.Exa. — já o fiz perante o Senador Eunício Oliveira — o meu pedido de desculpas por algo de que não tenho culpa. E faço uma crítica à aviação brasileira.

Ontem, vários Deputados — eu, o Deputado Zé Geraldo e Deputados de outros Estados da Amazônia — não puderam chegar no voo que saiu às 6 horas de Belém por um problema de diferentes desculpas: primeiro, a justificativa eram as tempestades em Macapá, mas depois descobrimos que o problema era uma pane no motor da aeronave.

Em razão disso, não pude participar da sessão solene em homenagem a Athos Bulcão, um grande gênio, artista plástico, nascido no Rio de Janeiro, que adotou Brasília. Infelizmente, não pude estar presente na sessão em sua homenagem.

Obrigado. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, o PSOL mudou a orientação para “obstrução”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PSOL está em obstrução.

Peço que as assessorias informem aos Deputados e Deputadas que cada votação nominal tem efeito administrativo. Queremos terminar esta votação, a das distribuidoras, e a votação da emancipação dos Municípios. Amanhã o painel abre às 9 horas da manhã.

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu já votei. O meu “não”, como orientei...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não se pode mudar o voto para “obstrução” depois que se votou “não”.



O SR. MIRO TEIXEIRA - Mas V.Exa. permite que se mude para “obstrução”?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A orientação do partido pode; a sua...

O SR. MIRO TEIXEIRA - Não, o meu voto eu não vou mudar, mas quem não votou ainda ou está ausente pode indicar “obstrução” ali.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É claro.

O SR. MIRO TEIXEIRA - O meu “não” já está consignado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A REDE está em obstrução.

O SR. HILDO ROCHA (MDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Solicito aos Deputados e Deputadas do MDB que venham ao plenário votar. Estamos em processo de votação, e é importante a presença de todos neste momento.

Peço aos Deputados que permaneçam no plenário, para podermos acelerar o andamento dos trabalhos. Há matérias importantes na pauta, que precisam ser votadas no dia de hoje.

O SR. LUCAS VERGILIO (SD-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade vota “sim” e pede aos Deputados que venham ao plenário votar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vou encerrar a votação. *(Pausa.)*



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 138;

NÃO: 116;

ABSTENÇÃO: 2;

TOTAL: 256.

O TEXTO FOI MANTIDO.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Esta Presidência informa que o

Destaque nº 4 foi inadmitido.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor

Senhor Presidente:

Requeremos, nos termos do Artigo 161, inciso II e do § 2º do Regimento Interno, destaque do(a) Emenda nº 12 apresentada ao PL 8.939/17.

Sala das Sessões, em 19 de julho de 2018.

Orlando Silva

Líder do PCdoB



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Orlando Silva. (*Pausa.*)

O SR. PASTOR EURICO (PATRI-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Pastor Eurico, na votação anterior, se estivesse aqui, teria votado “não”.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (Bloco/PROS-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Deputada Clarissa Garotinho registra o voto “não”.

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Décio Lima, nas votações anteriores, acompanhou a orientação do partido, Sr. Presidente.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o destaque da bancada do PCdoB vai no sentido de propor que qualquer medida relativa aos novos contratos dessa área excedente que será licitada no regime de partilha se dê após 270 dias da sanção da presente lei.

O argumento é muito simples: a nosso juízo, não é razoável que o petróleo descoberto no pré-sal — um patrimônio nacional, uma riqueza que deve ser utilizada para financiar a ciência, a tecnologia, a educação, o desenvolvimento nacional e para estimular a indústria naval e a cadeia produtiva de óleo e gás — seja utilizado pelo Governo Michel Temer para pagar as contas da sua incompetência.

Considerando que o Plenário já votou e aprovou a negociação dessa área excedente do pré-sal, nós consideramos que, por responsabilidade com o Brasil, por respeito ao povo brasileiro, devemos dar ao novo governo que sairá das urnas, que terá legitimidade popular, a possibilidade de administrar essa riqueza nacional.



Não discuto qual campo fará parte do novo governo. O PCdoB trabalha para construir uma frente ampla, que defenda a Nação brasileira, os direitos dos trabalhadores e a democracia, que retome o caminho do desenvolvimento nacional.

Nós acreditamos que essa frente ampla será capaz de recolocar o Brasil nos eixos, do mesmo jeito que, tendo encontrado em 2003 o Brasil bagunçado, o nosso campo político recolocou o País no eixo. E nós acreditamos que, nas urnas, o povo brasileiro vai fazer o que fez em todas as últimas eleições — 2002, 2006, 2010 e 2014 —, votando no campo popular para governar o Brasil.

Mas, independentemente dessa nossa convicção, mesmo para aqueles no campo conservador que sonham governar o Brasil, não é razoável entregar a riqueza brasileira para este desgoverno que comanda o País.

Por isso, a proposta do PCdoB é que não haja qualquer licitação antes que o prazo mínimo...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Raimundo Gomes de Matos, na votação anterior, votou com o partido.

O SR. SILAS CÂMARA (PRB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Silas Câmara votou com o PRB nas votações anteriores, Sr. Presidente.

O SR. CABUÇU BORGES (MDB-AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Cabuçu Borges votou com o partido.

O SR. TAKAYAMA (PSC-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Takayama votou de acordo com o partido.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Gente, não adianta. Quem conseguiu votar, votou; quem não conseguiu votar têm que votar nas próximas para resolver o problema.

Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP? *(Pausa.)*

Como vota MDB? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o PPS? *(Pausa.)*

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB vota “não” à emenda.

O SR. EDMAR ARRUDA - Presidente, peço a palavra para orientar pelo PSD.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode orientar, Deputado Edmar Arruda.

O SR. EDMAR ARRUDA (PSD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD orienta “não”.

Eu quero justificar: o Deputado Edmar Arruda votou com o partido na votação anterior.

O SR. MOSES RODRIGUES (MDB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a base toda orienta “não”.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A base vota “não”.

Como vota o PDT?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós estamos aqui num embate duro em relação à questão do pré-sal, até porque a população precisa saber que esta Casa está autorizando a PETROBRAS a vender, a preço de banana, 70% dos 5 bilhões de barris de petróleo para o exterior, para que eles refinem esse petróleo e nos vendam a preço de ouro, em forma de gasolina, de óleo *diesel*, de querosene e de gás. Nós vamos pagar uma conta cara, Presidente! É por isso que estão caros o *diesel*, a gasolina — e vão ficar mais caros ainda.

Depois não adianta reclamar, não adianta vir aqui falar, mobilizar-se em favor dos caminhoneiros. É tudo mentira! Acendem uma vela para Deus e outra para o diabo. A de Deus eles apagam, e a do diabo deixam queimando.

Vão entregar o nosso petróleo, e nós vamos pagar a conta, mas não com o voto do PDT, não sem a nossa crítica, Presidente!

Votamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, como disse o nosso Líder Orlando Silva, o PCdoB encaminha favoravelmente ao destaque, porque, neste momento, esse grande patrimônio do povo brasileiro só serve para fazer caixa. Aqui não há nenhuma expectativa de desenvolvimento, de visão estratégica, de favorecimento do povo brasileiro, muito menos de geração de emprego.



Este Governo não tem legitimidade para se utilizar das riquezas do povo brasileiro, muito menos tem projetos. Por isso, o destaque joga todo o resultado do processo para 2019, quando o Brasil terá um governo eleito. Este destaque impede que essa riqueza do povo brasileiro seja utilizada para fazer puramente superávit e caixa para este Governo ilegítimo, que vende o País ao capital financeiro.

Por isso, nós queremos aprovar o destaque encaminhado pelo PCdoB.

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A REDE vota “sim” ao texto.

O SR. NELSON PELLEGRINO - Peço a palavra para a orientação do PT, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A REDE vota “sim”.

O SR. MIRO TEIXEIRA - A REDE vota “sim” ao texto destacado, porque pura e simplesmente dá um prazo, cria uma *vacatio legis* para a aplicação do inciso “b” do artigo 3º.

Então, votamos “sim”, pura e simplesmente, com os cumprimentos ao PCdoB.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PR-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Luiz Nishimori votou com o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos que denunciar ao País que um verdadeiro crime de lesa-pátria está acontecendo neste momento nesta Câmara Federal.

A PETROBRAS está entregando 5 bilhões de barris que foram recebidos em outorga onerosa — portanto, sendo pagos só 10%, deixando-se de pagar os 29% que teriam que ser pagos no pré-sal. Com isso, deixarão de ser arrecadados 500



bilhões de reais. Esse valor poderia ser aplicado na saúde, na educação, na ciência, na tecnologia e no meio ambiente.

Acabou-se de aprovar uma emenda que permitiu a contratação generalizada sem um conteúdo local. Agora estamos propondo com este destaque que isso seja jogado para o ano que vem, para que o próximo Governo possa organizar esse processo, protegendo o País. Isso não pode ser feito da forma como está se fazendo agora, com a entrega criminosa desse excedente de petróleo que era da PETROBRAS para empresas estrangeiras. Portanto, votamos “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB? *(Pausa.)*

O SR. ALIEL MACHADO (PSB-PR. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem. Vou fazer uma gentileza a V.Exa. Até lhe assiste razão na prejudicialidade do nosso destaque, porém ela não é possível de ser realizada por causa do tempo, visto que o texto votado já estava com o destaque autorizado — o texto votado estava sem o destaque. Portanto, caso se retire o destaque, o texto não poderá ter validade, porque o destaque não foi votado. Ou o destaque é votado, ou se prejudica o texto como um todo, art. 191, inciso IV, combinado com o art. 161, inciso I.

Eu não terminei ainda a questão de ordem, para a assessoria responder. Trata-se ainda da Questão de Ordem nº 10.512, de 1998, já formulada, ou seja, votou-se o texto original, e o texto original não tinha o texto do destaque, porque ele estava destacado. Votou-se primeiro o texto, posteriormente o destaque foi prejudicado.

Portanto, assistia razão à Mesa na prejudicialidade do destaque, porém, ele tinha que ter sido feito antes da votação do texto. Como o texto foi votado, existe a



necessidade de se votar o destaque, porque ele pode prejudicar o texto como um todo — Questão de Ordem nº 10.512, de 1998, já respondida.

Gostaria de pedir a gentileza de V.Exa., Sr. Presidente, para fazer averiguação técnica sobre a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigado. Eu vou averiguar.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB vai mudar o voto para obstrução e pede a toda a Oposição que faça o mesmo.

O SR. JORGE SOLLA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Na votação anterior, o Deputado Jorge Solla votou com o partido.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- O PDT muda para obstrução, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ NUNES (PSD-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado José Nunes votou com o partido nas últimas votações.

O SR. BOHN GASS - Sr. Presidente, peço a palavra, pela Oposição, para orientar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Deputado Wadih Damous tem a palavra, e, depois, V.Exa. pode falar.

O SR. BOHN GASS - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CHICO ALENCAR - A orientação do PSOL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Claro!



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Wadih Damous, pela Liderança do PT.

O SR. WADIIH DAMOUS (PT-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo a esta tribuna para falar de três personagens, de três twitteiros, facebookeiros, que nas horas vagas são Procuradores da República. Gastam muito tempo nas redes sociais, e, é bom lembrar, com remuneração paga com dinheiro público. Utilizam as redes sociais para produzir ofensas, injúrias, calúnias, difamações. Refiro-me ao Sr. Júlio Marcelo de Oliveira, à Sra. Monique Cheker e ao Sr. Deltan Dallagnol.

O que disse por esses dias o Sr. Júlio Marcelo de Oliveira em seu Facebook?

A corrupção que comanda o Brasil sobrevive da certeza da impunidade, baseada em três pilares: foro privilegiado, prescrição e visão de mundo de Gilmar, Toffoli, Lewandowski e Marco Aurélio. Parecem sofrer quando um corrupto é preso. O STF hoje faz parte do problema, não da solução.

Olhem a gravidade do que diz esse Procurador! Esse é o mesmo do Tribunal de Contas da União que inventou as pedaladas contra a Presidenta Dilma Rousseff. É um militante de milícias fascistas. É um militante do Vem Pra Rua. Esse é o tipo de gente que o Ministério Público hoje abriga.

Há mais: o Sr. Deltan Dallagnol diz que o Ministro Gilmar Mendes, quando liberou José Dirceu do uso de tornozeleiras que lhe haviam sido impostas arbitrariamente e ilegalmente por Sergio Moro, disse que Toffoli agora estava libertando o seu ex-



chefe, fazendo insinuações acerca de uma possível ligação pessoal entre José Dirceu e Dias Toffoli.

E agora a Procuradora da República Monique Cheker, que atua na cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro, publicou no seu Facebook o seguinte:

Não há limite. Vamos pensar: os caras são vitalícios, nunca serão responsabilizados via STF ou via Congresso e ganharão todos os meses o mesmo subsídio. Sem contar o que ganham por fora — repito: “Sem contar o que ganham por fora” — com os companheiros que beneficiam. Para quê ter vergonha na cara?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu sei que os Ministros mencionados por esses dois Procuradores já estão tomando providências judiciais contra eles, e corretamente. Os Ministros têm que tomar providências no campo cível, no campo penal e no campo disciplinar. O Ministério Público não pode mais abrigar esse tipo de militante social que gasta mais tempo em redes sociais do que trabalhando para o País. É inaceitável que procuradores — e não são só esses três, há mais —, a pretexto de discordar de decisões judiciais, sobretudo decisões da Suprema Corte, venham a público ofender os Ministros e tentar jogá-los contra a opinião pública, açular a opinião pública contra esses Ministros, que são os Ministros da 2ª Turma.

Nós sabemos que hoje o Supremo Tribunal Federal está dividido ao meio: de um lado, os Ministros da 2ª Turma, garantistas, que prezam a legalidade, que observam os direitos e garantias fundamentais e respeitam a Constituição; do outro lado, os Ministros da 1ª Turma, que rasgaram a Constituição, jogam direitos e



garantias fundamentais na lata do lixo e atropelam o ordenamento jurídico brasileiro. É nisso que hoje está dividido o Supremo Tribunal Federal. E esses Procuradores, tomando o lado, procuram jogar a opinião pública contra os Ministros. Têm que ser punidos! Tem que se abrir investigação e puni-los! Já que eles falam tanto em fim da impunidade, tem que começar por eles. O fim da impunidade tem que começar por esses Procuradores atrevidos, fascistas, que dão uma banana para a legalidade, dão uma banana para a Constituição da República de 1988.

A trajetória desses rapazes e dessas moças já é antiga nesse sentido. Basta procurar, basta pesquisar nas redes sociais, porque são reiteradas as ofensas aos Ministros, àqueles que prezam a legalidade. Quando D. Cármen Lúcia manipula a pauta do Supremo Tribunal Federal para não agendar o julgamento da ADC que poderia libertar o Presidente Lula, isto passa em branco para esses Procuradores. Quando o Sr. Roberto Barroso profere nos seus votos as maiores barbaridades do ponto de vista de respeito ao ordenamento jurídico, constitucional, esses Procuradores não abrem o bico, porque concordam com as posições reacionárias, fascistas, ilegais e inconstitucionais dessa outra banda de Ministros, que são aqueles da 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal.

Ora, Sr. Presidente, isso é inaceitável! Isso não é papel do Ministério Público. Quando nós abrimos a Constituição e vemos qual deve ser o papel do Ministério Público, sobretudo a preservação da ordem jurídica e a fiscalização da legalidade dos atos dos poderes públicos, percebemos que esses Procuradores que eu aqui mencionei não estão coadunados com aquilo que diz a Constituição, com aquilo que diz o ordenamento jurídico brasileiro.



Mais uma vez eu subo a esta tribuna e repito este mantra: cabe a esta Casa estabelecer, no processo legislativo, uma contenção aos abusos do Ministério Público e do Poder Judiciário. Sempre alerta desta tribuna: nós não podemos cruzar os braços diante dessa escalada fascista que tomou conta desses segmentos do Poder Judiciário, desses segmentos do Ministério Público, particularmente aquele lá de Curitiba, e de parte da composição do Supremo Tribunal Federal.

Aqui fica esse desafio, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB?

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSB considera isso um absurdo. Não queremos que essa matéria prospere. Por isso, a nossa orientação é pela obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Oposição?

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vejam a notícia que saiu agora no G1: *“PETROBRAS eleva preço do gás de cozinha em 4,4% nas refinarias a partir de amanhã”*. Se a PETROBRAS já faz isso pensando no lucro, imaginem se for entregue às petrolíferas.

O que Temer e os Deputados que votam aqui a favor dessa matéria estão fazendo? Eles estão dizendo para o povo brasileiro: *“Vai aumentar o gás de cozinha, vai aumentar o diesel, vai aumentar a gasolina”*. Na mão dessas empresas o que vai caber é lucro. Quando nós dizemos joga para a frente, não tenham os leilões no excedente, estamos fazendo isso para tentar segurar o aumento de preço.

O que o Governo está entregando na mão dessas empresas privadas significa aumento de custo para o povo. Povo brasileiro, esse projeto de hoje



significa aumentar custos. É isso o que o Temer e os Deputados estão propondo nessa votação. Por isso, a orientação da Oposição é pela obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

A SRA. LUCIANA SANTOS - Sr. Presidente, peço a palavra pelo tempo de Liderança do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Espere um minutinho.

Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL está em obstrução. Relembro os versos memoráveis de um samba antológico de Chico Buarque e Francis Hime: *“Dormia a Pátria mãe tão distraída, sem perceber que era subtraída em tenebrosas transações”*.

Aproveito para destacar aqui a publicação atual de uma decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre o caso Herzog, responsabilizando o Estado brasileiro por crime contra a humanidade, violação grave de direito humano não apurada, todo o tipo de reparação daquele período sombrio da ditadura que alguns querem de volta, de maneira abominável, obscurantista, e que está aí evidenciado como um tempo infeliz, em que o direito humano mais elementar era vilipendiado.

Fica o registro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está iniciada a votação.

O PCdoB está com a palavra. *(Pausa.)*

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Oposição e PT mudam para “obstrução”. O PT muda para “obstrução”.

O Deputado Bohn Gass, na votação anterior, estava em obstrução.



O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS orienta o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PPS vota “não”.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Deputada Luizianne Lins votou com o partido na última votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PRB?

O SR. VINICIUS CARVALHO (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PRB encaminha “não”.

Presidente Rodrigo Maia, gostaria de justificar o meu voto nas votações anteriores. Eu estava na Comissão que trata da unificação das polícias, onde fizemos a leitura do relatório — ele já está constando no sistema. Caso o Parlamentar queira saber qual a proposta de emenda constitucional que apresentamos é só entrar no sistema que lá haverá toda a informação.

Obrigado.

O SR. JOÃO DERLY (REDE-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A REDE muda a orientação para “obstrução”, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra a Deputada Luciana Santos, pela Liderança do PCdoB.

A SRA. LUCIANA SANTOS (PCdoB-PE. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, venho aqui na tarde de hoje mais uma vez registrar a nossa indignação diante de mais uma atitude entreguista deste Governo ilegítimo, que não tem autoridade para comprometer um ativo tão estratégico como são as reservas do pré-sal do nosso País.

Vale dizer que com essa cessão onerosa, por meio de lei, o Governo está impondo à PETROBRAS que abra mão da exploração de 5 bilhões de barris de petróleo, exatamente de um ativo para as petrolíferas multinacionais. A descoberta do pré-sal não das petrolíferas estrangeiras, e, sim, da PETROBRAS. Essa exploração não foi descoberta pelos chineses, pelos japoneses, pelos alemães; foi descoberta pela inteligência brasileira. Foi a engenharia nacional que descobriu essa reserva tão estratégica.

E, pasmem, em 2014, 4 anos depois que nós aprovamos no plenário desta Casa o regime de partilha, que visa a preservar esses ativos para o futuro — nós queremos os *royalties* para garantir o financiamento de 75% para a educação e viabilizar 10% do PIB para a educação, que está no Plano Nacional de Educação, e 25% para a saúde —, fazem isso. Como ficarão esses *royalties* quando modificarem os parâmetros de quem iria tomar conta dessa cessão onerosa que é exatamente a PETROBRAS?

Nós precisamos cada vez mais ficar atentos, porque esse entreguismo deslavado é contra o interesse nacional e contra o futuro do nosso País. Não é



possível que façamos o que nenhum país do mundo faz, entregar os seus ativos estratégicos a estrangeiros, qualquer que seja o interesse.

Nesse sentido, no dia de ontem, esta Casa reuniu as fundações dos partidos, como o PSB, o PT, o PDT, o PCdoB, que é o meu partido, e o PSOL, para o lançamento de um manifesto de criação de uma frente parlamentar que possa fazer o enfrentamento dessa marcha que há no País, dessa imposição que há no País de um Governo sem autoridade de desmonte do Estado brasileiro.

Nós estamos apresentação a criação de uma frente parlamentar que diga ao povo brasileiro que nós defendemos o interesse do País, a soberania nacional, a fim de que possamos caminhar no sentido de fazer reformas estruturantes, como a reforma democrática do Estado brasileiro.

Queremos montar, portanto, a maioria parlamentar que possa fazer o plebiscito nacional e revogar essas medidas que vêm acontecendo desde a ruptura democrática — isso se associa à Emenda Constitucional nº 95, que congelou o Orçamento do País — e tantas outras atrocidades que dizem respeito ao interesse nacional muito estratégico e importante, como é o petróleo. Vamos fazer jus durante o debate das eleições. Iremos apresentar o que está em jogo neste País e quem foi a favor e quem foi contra o interesse do Brasil.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Marcon.

O SR. MARCON (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria registrar aqui a repercussão negativa do Projeto de Lei nº 4.576, de 2016, de autoria do Deputado Edinho Bez, de Santa Catarina, que foi aprovado na Comissão da Agricultura.

Segundo esse projeto, quem produz produtos orgânicos não poderá mais comercializá-los em feiras populares, em feiras públicas, nem no Programa Nacional de Alimentação Escolar — PNAE, nem no Programa de Aquisição de Alimento — PAA. Isso está fazendo mal para a sociedade, uma vez que esse projeto tira o direito de o consumidor comprar o que ele bem entende.

Por isso, nós estamos solicitando à Presidência que faça a distribuição desse projeto de lei para a Comissão de Meio Ambiente ou para a Comissão de Defesa do Consumidor. Esse projeto precisa ser melhor debatido por nós, porque ele está tirando o direito dos nossos agricultores — a maioria deles pequenos agricultores — de produzir esse alimento. E, mais do que isso, estamos tirando o direito de o consumidor escolher qual o tipo de alimento ele quer consumir junto à sua família. Inclusive, há interpretações, que não são as minhas, que proíbem a comercialização de produtos orgânicos em supermercados.

Sr. Presidente, esse projeto não pode passar em branco nesta Casa sem que seja melhor debatido. Portanto, nós solicitamos à Presidência que distribua este projeto para que mais Comissões possam debatê-lo.

Devido à repercussão negativa que houve, eu acho que seria bom até retirar esse projeto da Comissão de Constituição e Justiça, porque está custando muito caro para esta Casa. Estamos muito preocupados porque ele retira uma parcela dos



nossos agricultores que poderiam produzir alimento orgânico, que é saudável, para os nossos consumidores.

Muito obrigado.

O SR. HILDO ROCHA (MDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de saber se no dia de hoje ainda vamos votar o PLP 137.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vamos, com certeza. Hoje nós vamos até bem tarde.

O SR. ASSIS CARVALHO (PT-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Assis Carvalho na votação anterior votou com o PT.

O SR. HILDO ROCHA - Peço aos Deputados e às Deputadas que compareçam ao plenário da Câmara porque nós ainda temos matérias importantes para serem votadas na noite de hoje, como o PLP 137, que beneficia os Estados do Nordeste, Norte, Centro-Oeste e Sudeste. É importante para avançarmos na pauta de hoje a presença dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas aqui no plenário para que nós possamos votar o PLP 137.

Há também outra matéria importante, a medida provisória dos agentes de combate às endemias e dos agentes de saúde, que precisa ser aprovada ainda nesta semana.

Muito obrigado.

O SR. JULIÃO AMIN (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior o Deputado Julião Amin acompanhou o partido.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu também gostaria de reforçar a votação dessa matéria que permite o ordenamento, o desmembramento e a criação de novos Municípios no Brasil.



Cerca de 100 pessoas do Pará vieram para cá com a expectativa dessa votação. O Pará tem aproximadamente 40 distritos, todos com mais de 6 mil habitantes, alguns chegam a 15 mil habitantes. Para melhorar a vida daquele povo é necessário esse ordenamento fundiário municipal. Esta lei já foi debatida, enxugada e não traz nenhum prejuízo. Muito pelo contrário, só melhora a vida do povo, principalmente de regiões como o Norte, o Nordeste do Brasil e de outras localidades.

Nós não podemos ficar sem uma lei. Como um país vive tantos anos, mais de 1 década, sem uma lei que permita desmembrar, anexar, criar novos Municípios? Acho que está na hora de a Câmara, de uma vez por todas, dar ao Brasil uma lei para permitir a criação, o desmembramento ou a anexação a outro Município.

Eu estive agora no Pará em regiões onde o povo é vítima ao não poder se emancipar para melhorar a sua vida.

O SR. CELSO JACOB (MDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Celso Jacob votou com o partido nas votações anteriores.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE JR. (Bloco/PP-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Rodrigo, o Deputado Mário Negromonte Jr. votou com o partido na última votação.

Está havendo o encontro dos progressistas. Em função disso, eu não pude comparecer, Sr. Presidente.

O SR. HILDO ROCHA (MDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mais uma vez eu quero solicitar aos Deputados e Deputadas do MDB que venham ao plenário, porque estamos em processo de votação.



Trata-se de votações importantes. Ainda há uma extensa pauta para o dia de hoje. Nós precisamos estar aqui presentes para avançarmos. O PLP 137 está na pauta para ser votado hoje, assim como a medida provisória que beneficia os agentes comunitários de saúde, os agentes de combate a endemias. É importante avançarmos na pauta.

Solicito mais uma vez a presença dos Srs. Deputados e Sras. Deputadas do MDB. *(Pausa.)*

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, permita-me fazer uma ponderação sobre esta matéria. Todos nós nos orgulhamos desta que é a nossa maior empresa, a PETROBRAS. Por conta da sua qualificação, nós atingimos o pré-sal. Não tenha dúvida, somos, em águas profundas, *masters* no mundo, mas é preciso compreender que há limites físicos.

Veja, o Brasil produz anualmente 1 bilhão de barris, e pode produzir, em jazidas já detectadas, já potencialmente aferidas como aptas a receber o furo da plataforma e deixar sair o ouro negro, 12 bilhões de barris. Nós produzimos 1 bilhão por ano, mas podemos, quase imediatamente, se tivéssemos a estrutura para tal, produzir 12 bilhões de barris. Sabe-se que é um sonho.

Para aumentar cada vez mais o potencial de extração de petróleo no Brasil, é preciso que outros atores econômicos também façam parte disso, como já vêm fazendo. As multinacionais não chegaram hoje e empresas brasileiras atuam também na área de petróleo. Isso não é algo recente, acontece praticamente desde sempre.

Então, é preciso fortalecer toda a indústria do petróleo, tocar toda a cadeia produtiva do petróleo para que possamos fazer com que essa riqueza que está



adormecida venha à superfície e gere *royalties*, gere empregos, gere oportunidades de trabalho para milhares de brasileiros.

Para o Rio de Janeiro, essa medida é absolutamente indispensável, porque o soerguimento da economia do nosso Estado depende do fator indústria do petróleo. Ela tem um potencial maravilhoso. Nós temos que correr atrás dessa oportunidade.

Votar esta matéria, portanto, é permitir que mais oportunidades de emprego sejam geradas para os trabalhadores no Brasil.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de conclamar os companheiros de partido para virem ao plenário votar. Assim, depois, poderemos colocar em votação o PLP 137.

O quórum está bom, mas pedimos aos partidos que fazem obstrução que, se possível, a retirem, por favor, para votarmos o PLP 137.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, amanhã nós teremos Ordem do Dia, teremos painel. Acredito que hoje consigamos terminar a votação sobre as distribuidoras e sobre a emancipação. É possível inclusive votarmos algumas medidas provisórias, como a dos agentes comunitários de saúde, a MP 827. Há mais três medidas provisórias antes. Acredito que todas elas sejam votadas por acordo. Pelo menos, isso é o que me parece.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero falar ainda sobre a temática do petróleo. Doze bilhões — alguns falam em 13 bilhões de dólares — foram gastos no COMPERJ, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. Quanto é preciso ainda para concluí-lo? Está



inoperante o COMPERJ. Outros tantos bilhões foram roubados. Nós sabemos disso também.

É preciso colocar o COMPERJ para funcionar, a fim de que ele possa refinar, por dia, 165 mil barris provenientes do pré-sal, que está na “esquina” do Rio de Janeiro, no mar, a 300 milhas da costa, a 6 quilômetros de profundidade.

O COMPERJ precisa de 4 bilhões de dólares para funcionar. A PETROBRAS tem esse dinheiro sozinha? Nós vamos aguardar aquilo virar sucata ou vamos abrir parcerias com quem quiser fazer aquele refino e gerar milhares de empregos na região? Essa é uma questão de opção. Aguardar que, um belo dia, o Tesouro Nacional tenha 4 bilhões disponíveis para colocar na PETROBRAS ou então estabelecer parceria público-privada ou até a privatização, se for o caso?

É estratégico hoje o refino? A prospecção eu acho que é estratégica. O refino é estratégico? Tenho dúvidas. Todos indicam que não.

O importante é que não importemos cada vez mais produtos como o óleo *diesel*, a gasolina, o que, na nossa balança de pagamentos, dá um prejuízo de quase 18 bilhões de dólares. Se nós produzirmos isso aqui, melhor.

O COMPERJ vai seguir sendo um elefante branco? Gastaram-se lá 13 bilhões. Alguns desses bilhões foram roubados. Nós sabemos disso. Agora é preciso encontrar outros 4 bilhões para colocar em funcionamento o COMPERJ, no Município de Itaboraí, que vai empregar milhares de pessoas. Isso é fundamental para a economia do Rio de Janeiro.

Portanto, a PETROBRAS está certa em buscar parceiros para colocar o COMPERJ em funcionamento.



O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu registro o falecimento, hoje, do coordenador do curso de Medicina da Universidade Federal da Paraíba, Severino Ramos.

Quero manifestar minha solidariedade e minhas condolências aos seus familiares neste momento de dor e sofrimento. Eu conheci Biu e sua luta. Foi um homem íntegro. Esperamos que ele possa ser recebido na glória celestial.

Expresso minhas condolências também à Universidade Federal da Paraíba, que perde um grande professor. O curso de Medicina, em especial, perde esse grande lutador. Nós temos consciência de que Biu combateu o bom combate, guardou sua dignidade como homem íntegro. Severino Ramos foi um grande lutador, grande professor, grande democrata, um homem envolvido com as causas sociais.

Apresento então minhas condolências aos familiares, aos professores do curso de Medicina da UFPB, bem como a toda a comunidade acadêmica da Universidade Federal da Paraíba, principalmente a do curso de Medicina.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu vi que V.Exa. anunciou que pretendia votar hoje algumas medidas provisórias a respeito de temas que aparentemente não envolvem muita polêmica. Nós estamos percebendo a dificuldade em relação ao quórum. Eu tive a oportunidade de ter acesso ao substitutivo apresentado pelo Deputado Julio Lopes. Ele é um Deputado muito criterioso, cuidadoso, mas apresentou um substitutivo bastante extenso, introduziu muitos temas distintos do texto originalmente



apresentado acerca da questão das distribuidoras. A Oposição, portanto, evidentemente, precisa examinar com mais cuidado esse texto.

Nós chegamos a procurar o Líder do DEM e o Líder do PT, para avaliarmos o melhor encaminhamento a ser feito. Conversei com Líderes no plenário. A minha sensação é de que esta matéria é muito complexa para ser votada na noite de hoje. Talvez pudéssemos discuti-la, votar as medidas provisórias, o que já seria um esforço importante, pois são três medidas provisórias, e na semana que vem examinar o texto das distribuidoras, após um debate mais longo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, o tema das distribuidoras está na pauta há mais de 2 semanas já. Eu já o anunciei. As matérias que foram incluídas pelo Deputado Julio Lopes, parte delas, estavam na medida provisória que perdeu a validade. Então, não há novidade para ninguém.

Agora, se a Oposição quiser fazer um acordo para que seja votado o texto original do Governo, eu acredito que a base tenha interesse, porque assim acabamos com a obstrução e podemos ir para as medidas provisórias, com base em acordo. Pode ser uma boa proposta que V.Exa. venha a oferecer ao Plenário na tarde de hoje.

O SR. ORLANDO SILVA - Eu quero participar do diálogo com V.Exa., que fala pela Presidência da Casa e não pela base...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É claro. Foi por isso que eu disse que a base pode achar que é um bom acordo.

O SR. ORLANDO SILVA - Então, o Líder do Governo está convidado a participar deste debate aqui, porque há matérias como, por exemplo, a do risco



hidrológico, um assunto de interesse da sociedade brasileira. Não está na proposta original do Governo, mas eu quero crer que merece uma atenção.

Eu tive notícia, por exemplo, de que uma termoeletrica no Ceará parou de funcionar por falta de oferta de óleo pela própria PETROBRAS.

Há muitos temas que envolvem a CEMIG que merecem uma atenção, um cuidado.

A defesa que eu faço, Sr. Presidente, é a de tentarmos construir até a próxima semana uma negociação, para chegarmos a um texto, sob pena de ficarmos aqui até meia-noite...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Nós vamos ficar aqui até meia-noite.

O SR. ORLANDO SILVA - O risco é de que não tenhamos quórum...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, nós vamos ter...

O SR. ORLANDO SILVA - Vai haver obstrução hoje, vai haver obstrução segunda...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não há problema. Nós vamos...

O SR. ORLANDO SILVA - ...vai haver obstrução na terça...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Na quarta, na quinta...

O SR. ORLANDO SILVA - Calma, Presidente! V.Exa. não me deixa concluir o raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Prorrogo a sessão por 1 hora.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (PSL-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSL vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PSL vota "não".

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI - Votei com o partido na última votação.



O SR. ORLANDO SILVA - Convido o Líder do Governo a participar dessa tentativa de entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, hoje nós vamos até meia-noite, até 1 hora da manhã. Amanhã nós temos pauta, e haverá necessidade de registro de presença. Então, está todo mundo tranquilo aqui para trabalhar até a hora que tiver que trabalhar.

Dois partidos com certeza, o Democratas e o PP, estão realizando agora reunião de bancada. Isso envolve aproximadamente 90 Deputados, além dos 25 Deputados do PRB. Portanto, neste momento há problema de quórum, devido a essas reuniões das bancadas desses três partidos, nas quais discutem o processo eleitoral. É por isso que o quórum está demorando um pouco para subir. Mas nós temos certeza de que todo mundo aqui tem muita paciência para terminar esta votação, votar o projeto sobre as distribuidoras, votar o projeto sobre a emancipação e votar as medidas...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Então faça a suspensão, Sr. Presidente. Eu vou ficar aguardando reunião de bancada? A minha não está reunida porque está no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Mas V.Exa. está em obstrução.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Suspenda a reunião, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - V.Exa. está em obstrução. É um direito da Oposição estar em obstrução. E é uma flexibilidade da Mesa...

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Suspenda a reunião. Vamos ficar aguardando reunião de bancada, Presidente?



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - ...não pedir a todos os membros da Oposição que estejam presentes, apesar dessa oposição sistemática, que é legítima.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - A obstrução é um direito regimental.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Então, pronto! Aguardar o tempo também é um direito regimental, Deputada.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Agora, esse direito só vai funcionar se as bancadas do Governo estiverem em plenário. Vamos ficar aguardando reunião de bancada?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Os Deputados estão vindo e voltando.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Ficar aguardando eternamente em plenário reunião de bancada de partido não dá.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não há problema. Se todos os Deputados de oposição estiverem no plenário...

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Há problema sim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - ...e não estiverem utilizando da obstrução, que tira deles a necessidade de estar no plenário, nós podemos discutir essa questão de presença de forma permanente.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Sim, mas vamos aguardar uma votação por quanto tempo?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Quem, de fato, tem que ter a maior paciência aqui é o Presidente da Casa.

Tem a palavra o Deputado Otavio Leite.



A SRA. JANDIRA FEGHALI - Nós vamos aguardar uma votação aqui por 3 horas, enquanto partidos se reúnem?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Esses Deputados estão indo e voltando.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, uma notícia muito interessante se conecta diretamente com a angústia que eu aqui expressei quanto à paralisia do COMPERJ. No COMPERJ gastaram 13 bilhões, e faltam 5 bilhões. A PETROBRAS, sozinha, não tem como entrar nisso. Eis que hoje foi firmado um convênio, um contrato. Assinaram uma carta de intenções a PETROBRAS e a CNPC — China National Petroleum Corporation, que é a maior empresa da República comunista da China. Firmaram um protocolo de intenções para estabelecer uma parceria, a fim de investirem no polo do COMPERJ e também no campo de Marlim.

Eu queria destacar essa notícia porque mostra que há uma luz no fim do túnel. O Partido Comunista da China, que está à frente do Governo da China, tem...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Questão de ordem, Presidente! *(Pausa.)* Questão de ordem!

Eu formulo esta questão de ordem com base no § 1º do art. 137, no § 2º do art. 161 e no inciso IV do art. 191, todos do Regimento Interno.

A Mesa anunciou ainda há pouco o indeferimento do Destaque nº 4, da bancada do PSB. Independentemente do mérito dessa decisão, eu gostaria de centralizar a atenção no procedimento estabelecido no Regimento desta Casa.



De fato, a Presidência da Casa tem a faculdade de devolver ao autor qualquer proposição que considerar inconstitucional, ilegal ou antirregimental. No entanto, essa prerrogativa só pode ser exercida entre a apresentação dessa proposição e sua distribuição. É o que diz o art. 137, § 2º, do Regimento.

Apresentado um destaque de bancada para votação em separado, o texto principal a ser votado será votado sem a parte objeto do destaque. É o que diz o inciso IV do art. 191 do Regimento e foi o que a Presidência da sessão fez ao proclamar o resultado da subemenda substitutiva global apresentada ao PL 8.939/17: *“Aprovada a subemenda, ressalvados os destaques”* — todos eles.

Uma vez proclamado o resultado, a parte destacada, alvo de um destaque para votação em separado, só pode reintegrar o texto por meio de uma votação em plenário, até porque não pode haver texto válido sem que tenha sido aprovado pelo Plenário.

Independentemente da motivação da decisão da Mesa, a necessidade de um texto ser aprovado pelo Plenário é absoluta e imperiosa. Do contrário, teremos um dispositivo reinserido no texto por mera decisão do Presidente, isso porque, repito, o Plenário aprovou um texto, ressalvados os destaques.

O destaque foi anulado. E o processo foi reinserido no texto, à revelia da posição deste Plenário.

Assim, para não dar azo a uma ilegalidade flagrante, sugiro que a Presidência submeta ao Plenário o destaque, e concordaremos com sua rejeição. O que não pode acontecer é a supressão da manifestação deste Plenário.

Essa é a questão de ordem.



O poder do Presidente não é um poder que substitui as prerrogativas inerentes e inafastáveis do Plenário desta Casa. Se é uma subemenda, ressaltados os destaques, o destaque não pode ser anulado depois disso e reinserido no texto sem que este Plenário possa se posicionar acerca disso.

Se querem vender o pré-sal e entregar a soberania nacional, isso não dá direito de ferir o Regimento.

O SR. RENATO ANDRADE (Bloco/PP-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Renato Andrade votou com o partido nas votações anteriores.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só quero concluir o raciocínio que fazia anteriormente. A questão central é a seguinte: o COMPERJ está lá. Faltam ainda 4 bilhões, 5 bilhões para colocá-lo em funcionamento, para que 165 mil barris sejam refinados diariamente. Não há esse capital propriamente da PETROBRAS.

Foi anunciada hoje uma parceria entre a PETROBRAS e a CNPC — China National Petroleum Corporation, que é uma empresa da República comunista da China. Eu penso que a discussão é esta: é boa ou é ruim para o Brasil essa parceria?

Eu quero manifestar a minha opinião. Digo que é absolutamente positiva essa parceria entre a PETROBRAS e uma empresa estatal chinesa, da República comunista da China, a fim de que investimentos sejam feitos no COMPERJ e, pelo menos, 30 mil empregos sejam gerados imediatamente. Assim, poderemos colocar para funcionar um elefante branco, que era o que o PT...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. LUIZ LAURO FILHO (PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Presidente, o Deputado Luiz Lauro Filho votou com o PSB na votação anterior.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) -
Presidente, eu fiz uma questão de ordem. Eu gostaria que V.Exa. pudesse respondê-la.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu recolho a questão de ordem e a respondo mais tarde.

A SRA. ERIKA KOKAY - É uma questão de ordem, que requer urgência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Mais tarde eu repondo a V.Exa.

A SRA. ERIKA KOKAY - V.Exa. nem escutou a questão de ordem.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria chamar a atenção do Plenário para este ponto: o relatório do Deputado Julio Lopes é bem melhor do que o texto original. Eu conversei com o Deputado Zarattini, conversei com o PCdoB. Nós entendemos que esse é o melhor texto a ser votado, porque foi amplamente discutido na Comissão, recebeu de várias emendas, que foram adotadas pelo Deputado Julio Lopes. Então, esse é o melhor texto a ser votado.

Com certeza absoluta, podem ser acrescentadas algumas coisas, mas esse é o melhor texto. Poderíamos evitar que seja votado o original, que causa prejuízos inclusive às distribuidoras.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, o Deputado Gonzaga Patriota votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.



O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como paraense e arquiteto, faço questão de expressar a minha tristeza pela morte anunciada. E uso até a expressão de uma grande arquiteta e professora paraense da Universidade Federal do Pará — UFPA, Jussara Derenji, quando se refere a uma obra conhecida como Palacete Faciola, construída em 1909, de autoria do arquiteto José de Castro Figueiredo, paraense nascido em Belém. Essa obra foi desapropriada para a instalação de um órgão público estadual em 2008 e está prestes a ruir, confirmando a morte anunciada.

Eu faço um apelo ao Ministério Público Federal no Pará para judicializar a questão, para que a Secretaria de Estado da Cultura — SECULT, já que a obra foi desapropriada pelo Governo do Estado, seja obrigada a recuperar o prédio, a restaurar o prédio e a preservar a memória da arquitetura paraense.

Concluo meu discurso fazendo referência a Marcus Garvey, negro que participou do Movimento Volta à África e que dizia que um povo que não conhece a sua origem, a sua cultura, é como uma árvore sem raízes. Recuperemos, preservemos as nossas raízes!

Viva o patrimônio histórico cultural de Belém e do Pará!

Obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero chamar atenção para o descaso e abandono criminoso que se arrasta por mais de uma década na minha querida Belém do Pará. Refiro-me ao Palacete Faciola. Construído em 1909, com mais de 846 metros quadrados, o casarão instalado na esquina da Avenida Nazaré



com a Rua Doutor Moraes é abundante em detalhes. Nas portas de madeira, delicados entalhes criam desenhos arredondados. Na fachada, os azulejos decorados imprimem uma identidade única.

Este casarão, devido ao estado de total abandono, foi desapropriado e adquirido pelo Estado do Pará para funcionar como a nova sede do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Cultural do Estado do Pará (IDESP).

Ocorre que, desde a sua desapropriação em 2008, o palacete permanece cercado de tapume, em estado de total abandono e completamente deteriorado.

Ressalte-se que anos antes, ao tempo em que tive a honra de governar a Capital paraense, diante do iminente risco de desabamento desse imóvel, determinei uma intervenção emergencial de escoramento de sua fachada, o que resultou no seu salvamento naquele momento crítico.

O Ministério Público do Estado (MPE) publicou, no último dia 20 de junho, uma portaria que converte um procedimento preparatório, já instalado anteriormente, em inquérito civil, que investiga a *“deterioração e péssimo estado de conservação do Palacete Faciola”*. Na prática, isso garante maior prazo para que se investigue o problema.

De acordo com o 2º Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, Nilton Gurjão, algumas medidas que buscam questionar a Secretaria de Estado de Cultura (SECULT) e a Prefeitura de Belém — apontadas como investigadas no caso — já estão em andamento.

Tão absurdo quanto o descaso com a memória da cidade é a resposta dada pelo Governo do Estado ao MPE quando questionado, afirmando não ter sido possível alocar recursos para a recuperação do palacete.



É triste a forma destrutiva e o descaso com a história do Estado do Pará e da cidade de Belém. O Ministério Público, na condição de fiscal da lei e defensor dos direitos difusos e coletivos, deve, urgentemente, lançar mão das medidas judiciais cabíveis para obrigar o Estado a respeitar a memória da cidade e seu patrimônio histórico, garantido a recuperação do Palacete Faciola e a responsabilização daqueles que o deixaram chegar a esta condição de degradação.

Dizer que em 10 anos não foi possível garantir recursos para a recuperação do casarão é assumir de forma desnudada o descaso com a cidade de Belém e sua memória. É um absurdo que indigna qualquer um que ame Belém. Não nos calaremos diante desta afronta à cidade morena, Capital do Estado.

Quero apelar ao Ministério Público do Estado e ao próprio Governador que não deixem o Palacete Faciola ir abaixo. É a memória da cidade que está sendo destruída!

Por isso, faço questão de trazer a frase de um grande ativista negro comunicador, um dos principais idealistas do Movimento Volta para a África, o jamaicano Marcus Garvey: *“Um povo sem conhecimento da sua história, origem e cultura é como uma árvore sem raízes”*.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - V.Exa. tem a palavra, Deputada Luiza Erundina.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, eu queria comunicar que a Corte Interamericana de Direitos Humanos proferiu sentença em que declarou o Estado brasileiro responsável pela tortura e pelo assassinato de Vladimir Herzog, sem que houvesse investigação, julgamento e punição dos responsáveis por esse crime e outros crimes de



lesa-humanidade que fizeram vítimas, inclusive os familiares de Vladimir Herzog, a Sra. Zora, Clarice, André e Ivo Herzog.

Sr. Presidente, essa sentença também envolve uma condenação pela aplicação da Lei da Anistia, que estende os benefícios dela aos que cometeram crimes de lesa-humanidade.

Portanto, Sr. Presidente, é necessário rever a Lei da Anistia, para que os crimes de lesa-humanidade cometidos pela ditadura militar não fiquem impunes. Há nesta Casa inclusive projeto de lei que prevê a revisão ou a releitura dessa lei, para evitar que se mantenham impunes os responsáveis pela grave violação aos direitos humanos e à dignidade das vítimas durante 21 anos de ditadura militar.

Sr. Presidente, eu espero que esse fato dê a esta Casa a consciência de fazer a sua parte na reparação desses graves crimes de lesa-humanidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Danilo Cabral.

O SR. DANILO CABRAL (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero fazer um breve registro e parabenizar o meu querido amigo Marconi Santana, Prefeito da cidade de Flores, no Sertão do Pajeú, que vem desenvolvendo um conjunto de atividades no sentido de melhorar a qualidade de vida do povo de Flores.

Marconi tem uma preocupação com as obras de abastecimento no meio rural, como os sistemas simplificados, que já foram implantados, mas também com as melhorias da cidade e dos distritos.

Nesse sentido, nesta semana Marconi desenvolveu atividades para melhorar a mobilidade da cidade de Flores, com toda a programação de sinalização, e



também do Distrito de Fátima, onde foi realizado um conjunto de ações de infraestrutura e de calçamento, além de um conjunto de melhorias nas estradas vicinais que levam aos diversos povoados da cidade de Flores.

Deixo o meu abraço ao Prefeito Marconi Santana!

Peço que seja registrado o nosso pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Paulo Foletto.

O SR. PAULO FOLETTO (PSB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria registrar a ida da bancada capixaba ao Ministério da Saúde e o apelo que foi feito ao Ministro Gilberto Occhi por cinco hospitais filantrópicos do Estado do Espírito Santo: a Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim, o Hospital Evangélico Cachoeiro de Itapemirim, o Hospital Evangélico de Vila Velha, o Hospital Maternidade São José, da minha cidade de Colatina, que hoje é o suporte à saúde na região noroeste do Estado do Espírito Santo, e a Santa Casa de Misericórdia de Guaçuí.

O Ministro Gilberto Occhi publica amanhã uma portaria em que aumenta a média e alta complexidade em quase 12 milhões por ano. É sem dúvida nenhuma uma porta de saída para a população carente do nosso Estado do Espírito Santo, que procura os hospitais filantrópicos.

Eu quero agradecer aos hospitais filantrópicos do Estado do Espírito Santo pelo serviço que prestam e agradecer ao Ministério da Saúde a sensibilidade. Faço-o na figura do Ministro Gilberto Occhi. Com pouco tempo de trabalho, já demonstra uma capacidade muito grande de resolução dos problemas.



O SR. RONALDO LESSA (PDT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, lamento o falecimento do Conselheiro do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia — CONFEA José Chacon de Assis. Esse jovem engenheiro, que foi Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia — CREA do Rio de Janeiro e membro da Direção do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro, faleceu ontem à noite, atropelado aqui em Brasília. Lamentamos que uma liderança como esta dos engenheiros do Rio de Janeiro e do Brasil tenha perdido a vida dessa forma.

O corpo será encaminhado, ainda hoje, ao Rio de Janeiro.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, dou como lido o meu pronunciamento sobre a partidarização e o desmonte da *TV Cultura*, fato a que nós vimos assistindo. Os funcionários têm denunciado insistentemente o ataque a essa emissora de TV e a regressão da emissora — uma emissora de caráter público, democrático, de isenção jornalística — a uma partidarização.

Certamente, há interesse dos tucanos em São Paulo. Houve inclusive o enfraquecimento de conteúdos próprios e a opção de compra e difusão de enlatados. Mais do que isso, há demissões arbitrárias, censura prévia a conteúdos críticos aos Governos do PSDB, a partidarização de programas.

Aproveitamos a oportunidade para repudiar o que aconteceu com a pré-candidata Manuela D'Ávila no programa *Roda Vida*, da *TV Cultura*, em que foi alvo de deplorável preconceito e machismo por parte de entrevistadores e convidados, inclusive da *TV Cultura*.



PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em participação recente no programa *Roda Vida* da *TV Cultura*, a pré-candidata a Presidente da República pelo PCdoB, Manuela D'Ávila, foi alvo do mais deplorável preconceito e machismo por parte de integrantes da bancada de “entrevistadores” e convidados. Foi um episódio lamentável, amplamente repudiado por jornalistas, por outros pré-candidatos e pela maioria dos que se manifestaram a respeito nas redes sociais.

Segundo levantamento de seu partido, Manuela foi interrompida 62 vezes pelos entrevistadores e demais debatedores convidados, enquanto Ciro Gomes (PDT), que participou de programa anterior, sofreu apenas oito interrupções. Além disso, ficou nítido o tom policalesco do que mais se assemelhava a um interrogatório, sem guardar qualquer semelhança com uma entrevista isenta e preocupada em informar o público do programa. Uma vergonha!

Mas este episódio de misoginia e de afronta ao bom e verdadeiro jornalismo não foi um fato isolado. Há muito tempo a *TV Cultura* de São Paulo, administrada pelo PSDB, deixou de ser uma TV pública para passar a cumprir o nefasto papel de uma emissora partidarizada a serviço dos interesses políticos dos tucanos e da banda conservadora da elite paulistana.

Os funcionários da *TV Cultura* têm denunciado insistentemente o continuado ataque por parte dos Governos tucanos, ataque com o objetivo de liquidar o caráter público, democrático e de isenção jornalística que um dia foram marca da emissora. Compreende uma série de fatores como o enfraquecimento da produção de conteúdos próprios e a opção pela compra e difusão de enlatados, o desrespeito aos direitos trabalhistas, com inúmeros processos na Justiça e demissões arbitrárias de



funcionários, censura política prévia a conteúdos críticos aos Governos do PSDB e a descarada partidização dos programas pretensamente jornalísticos.

Um caso de censura que ganhou grande repercussão foi o ocorrido em abril de 2017, quando a *TV Cultura* censurou parte da apresentação da banda Aláfia no programa *Cultura Livre*, por conter um trecho de uma música com críticas ao Governador Geraldo Alckmin e ao então Prefeito João Doria, ambos do PSDB. A *TV Cultura* lançou uma nota tentando justificar o injustificável, afirmando que havia cortado o trecho da música para *“não difundir ideias ou fatos que incentivem a polarização, independentemente do indivíduo a quem esse discurso se destina”*.

Portanto, o programa *Cultura Livre* não era tão livre assim. Foi censurado por conter críticas aos políticos tucanos, o que quase resultou no pedido de demissão da apresentadora do programa à época e a crítica de amplos setores do meio jornalístico e cultural à postura autoritária da Direção da emissora, convertida em um puxadinho do PSDB.

Do ponto de vista dos conteúdos, há uma constatação de que a *TV Cultura* vem optando pela redução da produção de programas próprios, com o direcionamento de recursos cada vez maiores para a compra de programas enlatados, produzidos fora da emissora. Isto se reflete na redução não apenas do conteúdo independente da emissora, que passa a ser uma repetidora de conteúdos que não são de sua autoria, mas também na redução do número de funcionários, devido à terceirização de conteúdos absolutamente contrários aos propósitos de uma emissora pública.

Um exemplo da redução de programas próprios é o programa *Metrópolis*, principal programa de cultura da emissora, com 30 anos no ar, que teve seu tempo



reduzido de 30 minutos para 15 minutos diários. Trata-se de mais um reflexo do desinvestimento, que resulta também na redução do número de funcionários.

Outro elemento que tem caracterizado a política neoliberal imposta pelos tucanos à *TV Cultura* é a forma como seus funcionários têm sido tratados. São mais de 500 ações trabalhistas decorrentes de descumprimento de direitos e demissões abusivas. Uma delas foi a demissão ilegal de representantes da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) da empresa, que foram desligados durante a vigência da estabilidade garantida por lei a integrantes de CIPA. Outros casos mais antigos, mas que não devem ser esquecidos, foram as demissões de Gabriel Priolli e Heródoto Barbeiro. O primeiro, então Diretor de Jornalismo da *TV Cultura*, por ter feito uma entrevista com os candidatos a Governador, incluindo Geraldo Alckmin, sobre pedágios. O segundo, então apresentador do programa *Roda Viva*, devido às perguntas sobre pedágio feitas ao candidato à Presidência da República José Serra.

Os funcionários da emissora sofrem ainda com a política de arrocho salarial praticada pelos Governos tucanos, que nos últimos anos impôs o congelamento de salários dentro da emissora. E o reajuste salarial conquistado este ano, de apenas 3,5%, está muito longe de recompor as perdas acumuladas durante os anos de congelamento salarial. No caso dos jornalistas, o percentual é 27% menor que o necessário para repor a inflação de 30,5%, acumulada pelo INPC desde o último reajuste, em 1º de dezembro de 2013, até fevereiro de 2018. Para os radialistas, o último reajuste foi em 1º de maio de 2014 e a inflação do período soma quase 25,5%, ou seja, sobram 22% de prejuízo para o bolso dos trabalhadores e trabalhadoras.



Todos estes fatos comprovam a partidarização e o desmonte que vem sofrendo a *TV Cultura* em São Paulo, uma emissora que deveria cumprir seu papel público, de isenção jornalística e promoção da pluralidade democrática, convertida em uma sucursal do PSDB e do pensamento conservador, sem direito a contraponto e à auto-organização dos trabalhadores. É um caso revelador de como a direita demagoga e reacionária concebe, na prática, a “imprensa livre” que eles dizem defender: nada mais do que um quintal de seus interesses políticos.

Derrotar a dinastia tucana em São Paulo e essa visão retrógrada que visa subordinar os espaços públicos aos interesses particulares de quem está no poder é condição necessária para que possamos avançar na construção de um Estado e um Brasil mais democrático e cidadão, verdadeiramente livre, plural e com amplo sentido público.

Muito obrigado.

O Sr. Rodrigo Maia, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Carlos Manato, o Deputado Alberto Fraga, nas votações anteriores, votou com o partido.

Obrigado.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE - Conceda-me 1 minuto, Presidente Carlos Manato.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Pois não, Deputada.



A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, amanhã, às 9 horas da manhã, será inaugurada a UBS — Unidade Básica de Saúde do Bairro Congós, que receberá emendas de nossa autoria no valor de 490 mil reais, para investimentos em equipamentos. Os recursos vão para essa UBS, mas também para outras comunidades rurais no Município de Macapá.

Parabenizamos os moradores do Congós e todos os funcionários da saúde que fazem funcionar a oferta de saúde à comunidade. Parabéns ao povo do Bairro Congós, que afinal recebe essa UBS funcionando!

Sr. Presidente, peço a divulgação deste meu registro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Será divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Eu vou conceder a palavra aos Deputados Evair de Melo e Glauber Braga. Depois, vou encerrar a votação.

Com a palavra o Deputado Evair de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, preservar a tradição e a cultura e transformá-las em oportunidade é uma marca do povo do Espírito Santo. Neste fim de semana, entre os dias 6 e 8 de julho, no Distrito de Guaraná, no nosso querido Município de Aracruz, acontecerá a 8ª Festa da Imigração Italiana de Aracruz, um importante movimento voluntário daquela comunidade, que trabalha para ajudar as suas instituições. Preservando tradições, culturas e valores, eles constroem uma comunidade e um Município próspero nas terras capixabas.



Eu tenho certeza de que essa será uma grande oportunidade de as famílias italianas de toda a região fazerem sua integração. Onde está a família, está a paz e está a ordem. E aí se constroem oportunidades

Parabenizo o povo de Guaraná por esse trabalho importante, por essa manifestação cultural importante na 8ª Festa da Imigração Italiana de Aracruz, no Município de Guaraná, neste fim de semana, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - *Unita Italia!*

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, entre os dias 6 e 8 de julho, no distrito de Guaraná, em Aracruz, teremos a 8ª Itália Unita, a Festa da Imigração Italiana de Aracruz.

A cultura italiana é de importância fundamental para a construção da cultura e da identidade do povo capixaba. Assim, a comemoração da colonização é a comemoração da história e da cultura do nosso povo e da nossa gente do Estado do Espírito Santo.

Haverá gastronomia típica, bem como apresentação de grupos de dança e apresentações musicais tradicionais.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Sr. Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, depois desta votação, por meio da qual querem entregar o petróleo brasileiro para as multinacionais, querem entregar o controle da ELETROBRAS, começando pela privatização de seis distribuidoras.



Mas o mundo que defende a sua soberania não tem um sistema de joelhos. Na China, o setor elétrico é completamente estatal; na Rússia, na Índia e na África do Sul, majoritariamente estatal; na França e na Coreia do Sul, majoritariamente estatal; no Canada, na cidade de Quebec, e na Noruega, estatal; nos Estados Unidos, mais de 70% das estatais são controladas pelo Exército nas hidrelétricas. A Alemanha e outros países da Europa estão num movimento de reestatização. E o Brasil querendo ficar de joelhos!

O SR. ANTONIO BRITO (PSD-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, registro a visita a esta Casa do Prefeito de Itapetinga, Rodrigo Hage, cidade que é a capital da pecuária do Estado da Bahia.

O Prefeito vem atuando fortemente na área da saúde, na área social, na área econômica do Município. O Prefeito Rodrigo Hage tem todo o nosso apoio, inclusive com a colocação de emendas parlamentares. Apoiamos esse Prefeito, que tem forte atuação. Itapetinga é uma região que precisa muito do apoio na área de empregos, na área de novas indústrias e fábricas.

Parabéns, Prefeito! Seja bem-vindo à Câmara dos Deputados!

Da mesma forma, serão sempre bem recebidos em Brasília todos os Vereadores do Legislativo de Itapetinga, Leonardo Matos, todos do Hospital Cristo Redentor, toda a liderança de Itapetinga, cidade tão importante para o sudoeste baiano, líder da pecuária na região.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa, em especial no Programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 30;

NÃO: 235;

TOTAL: 265.

ART. 17:1.

QUÓRUM: 266.

OBSTRUÇÃO: 85.

ESTÁ REJEITADO O DESTAQUE.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Há sobre a mesa e vou submeter a
votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A matéria vai ao Senado Federal.



O SR. MAJOR OLIMPIO (PSL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Major Olímpio votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O Deputado Major Olímpio votou com o partido.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, fiz uma questão de ordem à Mesa, e a Mesa ficou de responder. A questão de ordem é fundamental, porque essa matéria, feita a questão de ordem, não se encerra aqui. Há um destaque que foi suprimido unilateralmente, autoritariamente e abusivamente pela Presidência da Casa. Portanto, eu gostaria que houvesse uma resposta. Não é possível recolher essa questão de ordem, porque esta determina a tramitação da matéria que está sendo apreciada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O Presidente é quem pode responder. S.Exa. recolheu a questão de ordem e vai responder a V.Exa. *a posteriori*.

A SRA. ERIKA KOKAY - Não adianta responder *a posteriori*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O Regimento permite, Deputada.

A SRA. ERIKA KOKAY - Não, não permite.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O Regimento permite, V.Exa. sabe que o permite.

A SRA. ERIKA KOKAY - Trata-se de uma questão de ordem que interfere diretamente, é uma variável a determinar a tramitação da matéria que está sendo apreciada. Não se pode recolhê-la. Recolhê-la é como se estivesse negando-a. O Eduardo Cunha faz isso, mas não queremos a volta do espírito Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Ele não faz: fazia. Não está mais aqui, não.



Deputada, o Presidente recolheu a questão de ordem, S.Exa. estava na Presidência. Regimentalmente, V.Exa. pode recorrer à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. V.Exa. tem todo o Regimento para usar, e nós vamos respeitar o que a Deputada usar do Regimento, mas o Presidente recolheu a questão de ordem.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Carlos Manato, registre o voto contrário do PSOL a todo o Projeto nº 8.939, de 2017, que trata da cessão onerosa — onerosa para o povo brasileiro — relativa à PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Está feito o registro. É regimental, Deputado Chico Alencar.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero registrar, também, o voto contrário da bancada do Partido dos Trabalhadores.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu registro o voto contrário da bancada do Partido dos Trabalhadores, mas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Peço que fale um de cada vez, Deputados. Vou dar a palavra a V.Exa., Deputada.

O SR. NELSON PELLEGRINO - Lamentamos que a Câmara Federal tenha aprovado este projeto, que é um projeto que entrega 5 bilhões de barris da PETROBRAS, da outorga onerosa, que não paga a parte da partilha, de 29%. Isso significa um prejuízo de 500 bilhões de reais para o País!



A bancada do Partido dos Trabalhadores vai continuar lutando no Senado para impedir a aprovação deste projeto, que é um projeto de lesa-pátria.

Quero que se registre o voto contrário da bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Está registrado.

Concedo a palavra à Sra. Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, recolher questão de ordem não tem respaldo regimental. Foi uma invenção de Eduardo Cunha. Nós não queremos a volta de Eduardo Cunha, a volta ao espírito de Eduardo Cunha, de triste memória nesta Casa, ocupando de novo esta cadeira. Não existe isso de recolher uma questão de ordem que tem um impacto direto sobre a tramitação de uma matéria.

Simplemente, a Mesa suprimiu um destaque, mas nós estávamos votando um texto ressaltados os destaques. Posteriormente, um deles foi suprimido pela Mesa. Suprimido pela Mesa, deixa, portanto, de ser destacado. Passa a ter acolhida, de novo, no texto. Mas nós não votamos o texto sem o destaque! Nós votamos o texto ressaltados os destaques.

Portanto, triste memória presente nesta Casa: Eduardo Cunha.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado José Mentor acompanhou a bancada do PT na última votação.

O SR. MARCELO MATOS (PSD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Marcelo Matos votou com o partido na última votação, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Há mais algum Deputado que queira justificar, queira fazer alguma intervenção? (*Pausa.*) Fique à vontade. Nós vamos permitir, para não dizerem que somos autoritários.

Vamos encerrar a sessão.

A SRA. ERIKA KOKAY - Pedimos novo painel!

O SR. IVAN VALENTE - Novo painel!



PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. VINICIUS CARVALHO (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, caros telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*, o aumento de 10% nas mensalidades dos planos de saúde individuais anunciado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) é preocupante não só pelo impacto na inflação deste ano, mas porque irá acentuar a fuga dos consumidores do setor de saúde suplementar, levando a rede pública a ficar ainda mais sobrecarregada.

Cabe destacar ainda que os planos empresariais e por adesão, que atualmente constituem a maioria dos contratos oferecidos pelas operadoras, devem ser reajustados, em média, em 19%, segundo estimativas de técnicos do setor. Sem sombra de dúvida, esses reajustes vão ampliar o volume de problemas existentes no sistema público de saúde.

De acordo com dados da própria ANS, nos últimos 3 anos, o número de beneficiários de planos de saúde recuou em 3 milhões. De 50 milhões e 100 mil em março de 2015, o total caiu para cerca de 47 milhões em março passado. Nos últimos 12 meses, o contingente diminuiu em 173 mil.

Paralelamente, 3,6% do orçamento do Governo Federal foram destinados à saúde pública em 2018. O percentual está bem abaixo da média mundial, de 11,7%, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS). A taxa brasileira é menor do que a média no continente africano, de 9,9%, nas Américas, de 13,6%, e na Europa, de 13,2. Na Suíça, essa proporção é de 22%.

O levantamento aponta que o gasto com saúde no Brasil é de quatro a sete



vezes menor do que o de países com sistema universal de saúde, como Reino Unido e França, e inferior ao de países da América do Sul, onde saúde não é direito universal, casos de Argentina e Chile.

E a expectativa do Brasil para os próximos anos não é das melhores por conta da emenda à Constituição aprovada em dezembro de 2016 que limita o crescimento dos gastos públicos pelos próximos 20 anos ao percentual da inflação nos 12 meses anteriores. A conclusão é de que esse congelamento dos gastos vai representar perdas de 743 bilhões de reais para o Sistema Único de Saúde no período, segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

A verdade é que, com a crise econômica e política do País, o SUS está subfinanciado, com o dinheiro disponível, não dando conta das necessidades do setor. O Ministério da Saúde reafirmou que mantém o compromisso com a rede pública. A Pasta destacou que os recursos para a saúde cresceram 231% em 10 anos e que, em 2017, foram aplicados R\$ 265 bilhões. Mas, como já falamos anteriormente, esses recursos são insuficientes, frente à demanda de pacientes, que cresce a cada dia, principalmente em função da alta do desemprego.

Outro fator que tende a onerar o orçamento das famílias é a decisão da ANS de estipular um teto de 40% de coparticipação para os contratos dessa modalidade, com a medida entrando em vigor em 2019. Atualmente, os consumidores arcam com, no máximo, 30% dos custos, cabendo o restante às operadoras. Cabe, então, o questionamento: qual foi a base técnica para expandir o limite?

Diante do exposto, concluímos que o sistema de saúde pública já tão deficitário tende a tornar-se impraticável, o que não queremos, o que não podemos permitir. O SUS, criado pela Constituição de 1988, está completando 30 anos,



inegavelmente com pontos positivos. Afinal sete em cada dez brasileiros dependem exclusivamente dos seus serviços.

Mas são muitos os aspectos que dificultam sua expansão, a começar pela falha em eliminar as longas filas e gargalos no atendimento de casos de média e alta complexidade, um dos desesperos da população, que elegeu a saúde como o maior problema do País, em pesquisa Datafolha.

É claro que a carência de financiamento é o maior entrave. Mas, se as severas restrições orçamentárias impedem a expansão de verbas, temos que trabalhar visando a uma gestão mais eficiente. As dificuldades do setor não podem se avolumar a ponto de tornarem insustentável o sistema. Nunca é demais lembrar que saúde é um direito de todo cidadão brasileiro e um dever do Estado.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PODE-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com grande honra que uso desta tribuna para homenagear os Estados Unidos da América pela passagem, neste 4 de julho, de mais um aniversário da sua independência, data em que foi promulgada a Declaração de Independência, em 1776, evento que, apesar de redigido esse documento, não pôs fim aos conflitos com a coroa inglesa, que se estenderam até 1883, quando foi selada a autonomia das Treze Colônias.

Cidadãos ilustres como Thomas Jefferson, Samuel Adams, Richard Lee e Benjamim Franklin organizaram o Primeiro Congresso Continental e elaboraram a declaração de direitos sob inspiração iluminista, dando início a uma nação fincada nas bases do cristianismo e na valorização do ser humano, em que o Estado reproduz a voz do povo que o criou, com uma constituição enxuta que há 200 anos permanece inalterada na sua essência.

Os Estados Unidos tornaram-se baluarte das liberdades no mundo, oferecendo um contraponto a regimes comunistas ateístas que ceifaram milhões de vítimas. E até hoje são chamados a intervir onde surgem ditadores sanguinários que oprimem seus cidadãos e ainda ameaçam a paz mundial com a posse de armamentos de destruição em massa.

Teve o povo irmão dos Estados Unidos a sensibilidade de eleger para o mais alto posto da Nação um político conservador, o Presidente Donald Trump, que vem dando sinais de mudança nas tendências esquerdistas, voltando a valorizar a vida desde a concepção, cortando verbas de organizações abortistas e escolhendo para seu quadro de auxiliares pessoas comprometidas com o verdadeiro senso humanitário conservador judaico-cristão.



Finalizo, pedindo a Deus que continue iluminando a Nação irmã do norte, como refúgio de todos os oprimidos, e derrame as mais escolhidas bênçãos celestiais sobre todo o povo norte-americano.

Obrigado.



A SRA. IRACEMA PORTELLA (Bloco/PP-PI. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de trazer a esta tribuna um tema da maior relevância: a saúde mental. Segundo dados da Organização das Nações Unidas — ONU, ao longo da vida, uma em cada dez pessoas precisará de cuidados nesta área.

No entanto, de acordo com a ONU, estamos indo num ritmo muito lento de investimentos no setor. Trata-se de um problema, porque a população provavelmente não terá acesso a tais serviços.

Esta é uma das conclusões de estudo recente divulgado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), conforme registra matéria veiculada no *site* das Nações Unidas no Brasil, cujo conteúdo reproduzimos, em parte, neste pronunciamento.

O *Atlas de Saúde Mental 2017* defende a criação de clínicas baseadas nas comunidades para universalizar o atendimento, informa a reportagem.

Segundo o relatório, em países de renda média e baixa, os gastos governamentais com saúde mental são inferiores a 1 dólar *per capita*.

Em nações pobres, o número de trabalhadores na área é considerado insuficiente: 2 profissionais a cada 100 mil habitantes. Em países de renda alta, o indicador chega a mais de 70 por 100 mil habitantes, e os investimentos são da ordem de mais de 80 dólares *per capita*.

Mais de dois terços dos países, do total de 117 que responderam à pesquisa da OMS, informaram que os cuidados e o tratamento de pessoas com transtornos mentais graves não estão incluídos nos planos nacionais de seguros de saúde ou de reembolso.

“Ninguém deveria estar perdendo cuidados de saúde mental por causa de seu



custo”, disse o Diretor do Departamento de Saúde Mental e Abuso de Substâncias da Agência da ONU, Shekhar Saxena.

“É por isso que o esforço da OMS para a cobertura universal de saúde é tão importante: garantir que todos, em qualquer lugar, tenham acesso aos cuidados dos quais necessitam, incluindo os que se relacionam com a saúde mental.”

O *Atlas de Saúde Mental* é publicado desde 2000, quando uma primeira avaliação em nível global mapeou os investimentos dos países nesta área.

Atualmente, os dados do relatório ajudam a OMS a monitorar os avanços dos países no cumprimento do Plano de Ação Integral de Saúde Mental 2013-2020, informou a reportagem do *site* da ONU.

As metas da OMS preveem que a cobertura dos serviços de saúde mental seja ampliada em 20% até 2020. Entretanto, pontuou a matéria, desde a edição anterior do atlas, publicada em 2014, até a atual, não há dados sobre avanços na expansão do atendimento.

A estratégia também estipula que pelo menos 80% dos países atualizem ou desenvolvam políticas e planos de saúde mental baseados em instrumentos de direitos humanos internacionais e regionais.

No caso das leis sobre saúde mental, a percentagem esperada para 2020 é de 50%. Outro objetivo da OMS é que 80% dos países tenham pelo menos dois programas nacionais de saúde mental, que sejam funcionais e multissetoriais, direcionados para promoção e prevenção.

“Esta última edição nos fornece mais evidências de que o aumento de recursos para a saúde mental não está acontecendo com rapidez suficiente. Nós sabemos o que funciona. A falta de investimento em saúde mental como uma



questão de urgência terá custos de saúde, sociais e econômicos, em uma escala que raramente vimos antes”, alertou Saxena.

De acordo com a OMS, cada dólar investido na expansão do tratamento de transtornos mentais comuns — como depressão e ansiedade — resulta em um retorno de 4 dólares em melhores condições de saúde e capacidade de trabalho, frisou a reportagem do *site* das Nações Unidas.

Outro dado preocupante, trazido pelo relatório, é que menos da metade dos 139 países que instituíram políticas e planos para a saúde mental estão alinhados com as convenções de direitos humanos que enfatizam a importância da transição da instituição psiquiátrica para serviços baseados na comunidade.

A taxa global de leitos em hospitais psiquiátricos é 6 vezes maior (11,3 a cada 100 mil habitantes) do que o número de leitos nas enfermarias psiquiátricas de hospitais gerais, diz o estudo da OMS.

O plano de ação da agência da ONU inclui também a redução em 10% das taxas de suicídio. A OMS estima que cerca de 800 mil pessoas morrem por suicídio a cada ano.

O estudo da OMS apresenta dados importantes sobre saúde mental que precisam ser levados em conta pelos nossos gestores públicos.

É fundamental investir mais no setor. A saúde mental deve ser priorizada, com estratégias de prevenção e atendimento humanizado.

É cada vez maior o número de pessoas que enfrentam problemas como depressão, ansiedade, síndrome do pânico e outras doenças que afetam profundamente o bem-estar físico, emocional e mental.

Era o que tinha a dizer.



A SRA. TIA ERON (PRB-BA. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje falar sobre a atuação do assistente social, profissional incansável que luta em favor da prática dos direitos humanos. É acolhedor, sensível à causa do indivíduo, tem capacidade de ouvir e transformar as difíceis condições dos menos favorecidos ou dos que vivem à margem da sociedade em caminhos de soluções e amparo. O perfil do assistente social faz dele um dos profissionais mais importantes de agregação das questões sociopolíticas, críticas e interventivas nas esferas pública e privada em prol do cidadão.

A sua atuação está presente no Brasil desde a década de 30. Teve destaque a partir de 1947, quando foi criada a Legião Brasileira de Assistência — LBA, com o objetivo de atender as famílias dos combatentes da Segunda Guerra Mundial. Inicialmente, caracterizou-se por um atendimento materno-infantil. Quase 10 anos depois, o curso superior de Serviço Social foi oficializado no País, pela Lei nº 1.889, de 1953. Em 27 de agosto de 1957, a Lei nº 3.252, juntamente com o Decreto nº 994, de 15 de maio de 1962, regulamentou a profissão. Essa última data marca o Dia do Assistente Social no Brasil.

Os avanços continuam. A partir dos anos 70 e 80, tem-se a criação de um projeto ético-político, construído pela categoria, expressando o compromisso com o estabelecimento de uma nova ordem societária, mais justa, democrática e garantidora de direitos universais. Hoje, a profissão encontra-se regulamentada pela Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que legitima o Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais. Como mecanismo de fortalecimento do sistema, é promulgada no mesmo ano, em 1993, a Lei nº 8.742, também conhecida como Lei



Orgânica da Assistência Social — LOAS, criada para regulamentar o disposto nos arts. 203 e 204 da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre os princípios, diretrizes, organização e gestão, prestações e financiamento da assistência social.

A LOAS traz um novo significado para a assistência social enquanto política pública de seguridade, direito do cidadão e dever do Estado e prevê um sistema de gestão descentralizado e participativo. Cria o Conselho Nacional de Assistência Social, com composição paritária, órgão deliberativo e controlador da política de assistência social.

Na semana de comemoração do Dia do Assistente Social, cabe lembrar sua história e seu conceito, como reconhecimento da valiosa contribuição desse profissional nas mais diversas áreas de atuação, como saúde, previdência, educação, habitação, lazer, justiça e tantas outras, sempre com o papel de planejar, gerenciar, administrar, executar e assessorar políticas, programas e serviços sociais.

Por isso, posso destacar o que tornou possível, em poucos meses, com o apoio de profissionais da “persistência social”, a concretização das propostas transformadoras à época na SEMPS — Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza:

- Realização da XI Conferência Municipal, que fizemos com a participação de autoridades federais, estaduais e municipais no âmbito da assistência social;

- Inauguração do CRAS — Centro de Referência de Assistência Social no Bairro Mata Escura;

- Implantação da ludoteca doada pelo Laboratório Sabin ao CREAS — Centro de Referência Especializado de Assistência Social no Bairro Curuzu, para atender os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas;



-
- Parceria com o BNB — Banco do Nordeste, relativa ao CREDIAMIGO, para promover uma assistência que transforma e emancipa o cidadão, sem que ocorra apenas o mero gerenciamento de pobreza;
 - Criação de CRAS temáticos, e o primeiro foi o Família Empreendedora no Bairro Valéria;
 - Consolidação da política para os idosos, totalmente inexistente, com a regulamentação própria da Lei dos Idosos;
 - Assinatura de termo de parceria com as instituições de ensino superior UNINASSAU e Ocidente relativo à Universidade da Maturidade;
 - Projeto de implantação da Casa da Sabedoria, nos termos de parcerias já assinados pelas universidades;
 - Em comemoração à Semana do Idoso, nomeação da gestora do Fundo Municipal para os Idosos, a fim de gerir as doações de 1 milhão (Itaú Social), 250 mil (AMBEV) e 60 mil (Tesouro);
 - Implantação de projeto de formação e resgate da dignidade de pessoas em situação de rua;
 - Inauguração do primeiro Centro Dia de Microcefalia no Estado da Bahia;
 - Realização do Baile Especial, em crianças com microcefalia curtem a ressaca carnavalesca;
 - Implantação do Centro Dia de Microcefalia em parceria com a Fundação José Silveira para oferecimento de atendimento ginecológico a mães das crianças com essa síndrome;
 - Implantação do projeto Saúde Integrativa das Crianças com Microcefalia, por meio da nobre parceria com Dr. Marcelo Bonassa;



- Assinatura o Termo de Parceria firmado com a clínica Jovial para as crianças;
- Reunião com o Secretário da SINDEC, Almir Mello, e as mães do Centro Dia de Microcefalia para garantir o direito ao Programa Minha Casa, Minha Vida;
- Parceria de suma importância com a Clínica Pro Oftalmo, com a Dra. Karla Leite, a fim de atender crianças com microcefalia;
- Realização de três grandes casamentos coletivos, viabilizados pela Prefeitura de Salvador, através da SEMPS (o primeiro aconteceu no Quartel de Amaralina, e os outros, na Ilha de Bom Jesus dos Passos e no Hangar Salvador);
- Carnaval na casa de muitos para pessoas em situação de rua;
- Assistência, no carnaval de 2018, por meio de postos com plantão 24 horas do Conselho Tutelar;
- Realização da campanha Criança não é Mão de Obra e lançamento da cartilha temática do projeto, em parceria com o Ministério Público da Bahia;
- Aprovação, sanção pelo Prefeito e aplicação da lei sobre gestão referente aos conselheiros tutelares, garantindo-lhes a devida remuneração pelo trabalho realizados em festas populares.
- Inauguração, já no finalzinho da nossa gestão à frente da Pasta, de mais um CRAS temático, o Pai Presente, em parceria com o Tribunal de Justiça da Bahia; e
- Entrega do *Kit* Equipagem para idosos.

Quanto às ações promovidas na SEMPS, ficam não somente o balanço positivo do nosso trabalho mas também um legado sólido de fortalecimento dos projetos existentes e da construção de novos outros. O objetivo é sempre a garantia do direito do cidadão — considere-se a família, crianças, adolescentes e idosos



carentes — por meio de uma assistência social de proteção à vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, por se entender que política feita de verdade traz importantes e duradouros resultados.



A SRA. BRUNA FURLAN (PSDB-SP. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na qualidade de Vice-Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional responsável pelo exame da Medida Provisória nº 820, de 2018, que dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a migrantes oriundos de situações de crise humanitária, embarco nesta noite para Roraima, juntamente com uma delegação de diplomatas europeus, para averiguar a situação dos migrantes venezuelanos que têm buscado refúgio em nosso País.

Participam da viagem o Embaixador da União Europeia no Brasil; a Embaixadora da Áustria; o Embaixador da Espanha; representantes das Embaixadas da Alemanha, da Itália e do Reino Unido; o Coordenador Residente das Agências da ONU no Brasil; a responsável pelo escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados — ACNUR em Brasília; o Consultor Legislativo do Senado Dr. Tarcísio Jardim; e dois Diplomatas brasileiros, representando o Itamaraty. De domingo a terça-feira (22 a 24 de abril), cumprimos intensa agenda.

Em Boa Vista, as atividades previstas incluem: (i) reunião com a Prefeita Teresa Surita; (ii) reunião com a Governadora Suely Campos; (iii) reunião com o Superintendente Substituto da Polícia Federal; (iv) encontro com Bispo de Roraima; (v) encontro com os generais responsáveis pelos programas de acolhimento e de internalização dos refugiados; (vi) sessão informativa com agências da ONU e representantes da sociedade civil; (vii) visita ao escritório dos organismos internacionais que nos apoiam no acolhimento aos migrantes; e, (viii) visita a abrigos de migrantes.

Na cidade de Pacaraima, situada na fronteira com a Venezuela, nosso



programa contempla: (i) almoço com o Pelotão Especial de Fronteira; (ii) encontro com a Delegada da Polícia Federal em Pacaraima; (iii) reconhecimento da fronteira e reunião de trabalho com a Polícia Federal; (iv) reconhecimento das obras do centro de ordenamento e triagem; (v) encontro com o Padre Jesús López, que mantém intensa atividade pastoral de acolhimento dos migrantes; e, (vi) reconhecimento do abrigo dos indígenas waraos.

Como Vice-Presidente da Comissão Mista responsável pelo exame da MP 820/18, tenho me esforçado, juntamente com o Presidente da Comissão, o Senador Paulo Paim, para garantir o pleno cumprimento, pelo Governo Federal, das medidas de assistência emergencial para acolhimento dos refugiados venezuelanos e sua internalização harmoniosa e produtiva em nosso País.

Temos também advogado — com o apoio de PGR, da Defensoria Pública da União, da Procuradoria do Trabalho, de organismos internacionais e de entidades da sociedade civil — pelo fortalecimento dos serviços públicos do Estado de Roraima, sobretudo nas áreas de abrigo, saúde, educação, segurança, documentação dos migrantes e apoio ao trabalho.

As atividades no âmbito da Comissão Mista têm permitido que eu dê continuidade ao trabalho em prol dos migrantes, que deixam seu país e vêm buscar melhor sorte no Brasil.

Em 2016, fui Presidente da Comissão Especial que examinou o projeto da nova Lei de Migração (Lei nº 13.445, de 2017) na Câmara dos Deputados. Em 2017, continuei a contribuir para o tema como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). Apresentei, também, dois projetos de lei sobre temas internacionais: o PL 9.947/18, que concede aos refugiados admitidos



no Brasil a isenção no pagamento de taxas relativas aos processos de reconhecimento de diplomas, questão fundamental para a sua inserção produtiva em nossa sociedade; e o PL 8.754/17, que tem como objetivo proteger pessoas, equipamentos e instalações da Cruz Vermelha, do Crescente Vermelho e do Cristal Vermelho, em benefício do trabalho que essas entidades realizam em conflitos armados, desastres naturais e crises humanitárias.

Como disse o Coordenador Residente da ONU no Brasil, durante audiência pública da Comissão Mista da MP 820/18, “não acreditamos em fechar fronteiras; acreditamos em construir pontes, especialmente para aqueles que passam por dificuldades e momentos difíceis”.

Muito obrigada.



VI - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 173.4.55.O
Data: 04/07/2018

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - **COMPARECEM MAIS OS SRS.:**



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 173.4.55.O
Data: 04/07/2018

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Encerro a sessão, convocando segunda Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, quarta-feira, dia 4 de julho, às 18h03min, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 10.332, de 2018. Haverá matéria sobre a mesa para deliberação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 173.4.55.O

Data: 04/07/2018

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176

(Encerra-se a sessão às 18 horas e 2 minutos.)